



PROJETO PEDAGÓGICO DOS
CURSOS

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA

Campus Santo Ângelo



INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Farroupilha

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DO AGRONEGÓCIO

Campus Santo Ângelo

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DO AGRONEGÓCIO

Campus Santo Ângelo

Criado pela Resolução *Ad Referendum* nº008/2007, homologada pela Resolução nº 032, do Conselho Superior, de 14 de julho de 2017.

Aprovado Projeto Pedagógico do Curso e autorizado o funcionamento pela Resolução nº042, do Conselho Superior, de 14 de julho de 2017.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA
E TECNOLOGIA FARROUPILHA



Michel Temer
Presidente da República

Mendonça Filho
Ministro da Educação

Eline Neves Braga Nascimento
Secretário da Educação Profissional
e Tecnológica

Carla Comerlato Jardim
Reitora do Instituto Federal Farroupilha

Edison Gonzague Brito da Silva
Pró-Reitor de Ensino

Raquel Lunardi
Pró-Reitora de Extensão

Arthur Frantz
Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação
e Inovação

Nídia Heringer
Pró-Reitora de Desenvolvimento
Institucional

Vanderlei José Pettenon
Pró-Reitora de Administração

Rosane Rodrigues Pagno
Diretora Geral do Campus

Eliane de Lourdes Felden
Diretora de Ensino Campus

Andressa Peripolli Rodrigues
Coordenadora Geral de Ensino do Campus

Elaine Luiza Biacchi Vione
Coordenadora do Curso

Equipe de elaboração

Adilson dos Santos Moraes
Adilson Ribeiro P. Stamberg
Andressa Peripolli Rodrigues
Carmen Lourdes Didonet Smaniotto
Eliane de Lourdes Felden
Liliane Krebs Bessel Muller
Luís Henrique Loose
Medianeira da Graça Gelati Weyh
Rosane Rodrigues Pagno

Colaboração Técnica
Assessoria Pedagógica da PROEN

Revisão Textual
Maria Aparecida Lucca Paranhos

SUMÁRIO

1.	Detalhamento do curso	7
2.	Contexto educacional	8
2.1.	Histórico da Instituição.....	8
2.2.	Justificativa de oferta do curso	8
2.3.	Objetivos do Curso	11
2.3.1.	Objetivo Geral.....	11
2.3.2.	Objetivos Específicos	11
2.4.	Requisitos e formas de acesso	11
3.	Políticas institucionais no âmbito do curso	13
3.1.	Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão	13
3.2.	Políticas de Apoio ao discente.....	14
3.2.1.	Assistência Estudantil.....	14
3.2.2.	Núcleo Pedagógico Integrado (NPI).....	14
3.2.3.	Atendimento Pedagógico, Psicológico e Social.....	15
3.2.4.	Atividades de Nivelamento.....	15
3.2.5.	Mobilidade Acadêmica	16
3.2.6.	Educação Inclusiva	16
3.2.6.1.	Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE) 17	
3.2.6.2.	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI)	18
3.2.6.3.	Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS).....	19
3.3.	Programa Permanência e Êxito	19
3.3.1.	Acompanhamento de Egressos.....	19
4.	Organização didático-pedagógica.....	19
4.1.	Perfil do Egresso	19
4.1.1.	Áreas de atuação do Egresso	20
4.2.	Metodologia	21
4.3.	Organização curricular	22
4.4.	Matriz Curricular	24
4.4.1.	Pré-Requisitos.....	25
4.1.	Representação gráfica do perfil de formação	26
4.2.	Prática Profissional	27
4.2.1.	Prática Profissional Integrada	27

4.2.2.	Estágio Curricular Supervisionado	28
4.3.	Disciplinas Eletivas.....	31
4.4.	Avaliação	31
4.4.1.	Avaliação da Aprendizagem.....	31
4.4.2.	Autoavaliação Institucional.....	32
4.4.3.	Avaliação do Curso.....	32
4.5.	Critérios e procedimentos para aproveitamento de estudos anteriores	32
4.6.	Certificação Intermediária.....	33
4.7.	Expedição de Diploma e Certificados	33
4.8.	Ementário	34
4.8.1.	Componentes curriculares obrigatórios	34
4.8.2.	Componentes curriculares eletivos	47
5.	Corpo Docente e Técnico Administrativo em Educação.....	50
5.1.	Corpo Docente	50
5.2.	Atribuições do Coordenador	51
5.3.	Colegiado do Curso.....	51
5.4.	Núcleo Docente Estruturante (NDE)	52
5.5.	Corpo Técnico Administrativo em Educação.....	52
5.6.	Políticas de capacitação do corpo Docente e Técnico Administrativo em Educação	54
6.	INSTALAÇÕES FÍSICAS	54
6.1.	Biblioteca.....	54
6.2.	Áreas de ensino específicas.....	55
6.3.	Áreas de esporte e convivência.....	56
6.4.	Áreas de atendimento ao discente	56
6.5.	Áreas de apoio.....	56
7.	Referências.....	57
8.	Anexos.....	61

1. Detalhamento do curso

Denominação do Curso: Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio

Grau: Tecnólogo

Modalidade: Presencial

Eixo tecnológico: Recursos Naturais

Ato de criação do curso: Criado pela Resolução Ad Referendum nº008/2007, homologada pela Resolução nº 032, do Conselho Superior, de 14 de julho de 2017. Aprovado Projeto Pedagógico do Curso e autorizado o funcionamento pela Resolução nº042, do Conselho Superior, de 14 de julho de 2017.

Quantidade de vagas: 35

Turno de oferta: Noturno

Regime letivo: Semestral

Regime de matrícula: por componente curricular

Carga horária total do curso: 2600 horas

Carga horária de estágio: 200 horas

Carga horária de ACC: 240 horas

Tempo de duração do Curso: 6 semestres (3 anos)

Tempo máximo para integralização curricular: 10 semestres (5 anos)

Periodicidade de oferta: Anual

Local de funcionamento: Instituto Federal Farroupilha – Campus Santo Ângelo – RS 218, Km 05 - Indúbras CEP 98806-700, Santo Ângelo, RS.

Coordenadora do curso: Elaine Luiza Biacchi Vione

Contato da coordenadora: elaine.vione@iffarroupilha.edu.br

2. Contexto educacional

2.1. Histórico da Instituição

O Instituto Federal Farroupilha (IF Farroupilha) foi criado a partir da Lei 11.892/2008 mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul com sua Unidade Descentralizada de Júlio de Castilhos e da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, além de uma Unidade Descentralizada de Ensino que pertencia ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves, situada no município de Santo Augusto. Assim, o IF Farroupilha teve na sua origem quatro campi: *Campus São Vicente do Sul*, *Campus Júlio de Castilhos*, *Campus Alegrete* e *Campus Santo Augusto*.

No ano de 2010, o IF Farroupilha expandiu-se com a criação do *Campus Panambi*, *Campus Santa Rosa* e *Campus São Borja*; no ano de 2012, com a transformação do Núcleo Avançado de Jaguari em *Campus*, em 2013, com a criação do *Campus Santo Ângelo* e com a implantação do *Campus Avançado de Uruguaiana*. Em 2014 foi incorporado ao IF Farroupilha o Colégio Agrícola de Frederico Westphalen, que passou a chamar *Campus Frederico Westphalen* e foram instituídos oito Centros de Referência: Candelária, Carazinho, Não-Me-Toque, Quaraí, Rosário do Sul, Santiago, São Gabriel e Três Passos. Assim, o IF Farroupilha constitui-se por dez campi e um *Campus Avançado*, em que ofertam cursos de formação inicial e continuada, cursos técnicos de nível médio, cursos superiores e cursos de pós-graduação, além de outros Programas Educacionais fomentados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Além desses campi, o IF Farroupilha atua em 35 cidades do Estado, com 37 polos que ofertam cursos técnicos na modalidade de ensino a distância.

A sede do IF Farroupilha, a Reitoria, está localizada na cidade de Santa Maria, a fim de garantir condições adequadas para a gestão institucional, facilitando a comunicação e integração entre os campi. Enquanto autarquia, o IF Farroupilha possui autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, atuando na oferta de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Nesse sentido, os Institutos são equiparados às universidades, como instituições acreditadas e certificadoras de competências profissionais, além de detentores de autonomia universitária.

Com essa abrangência, o IF Farroupilha visa à interiorização da oferta de educação pública e de qua-

lidade, atuando no desenvolvimento local a partir da oferta de cursos voltada para os arranjos produtivos, culturais, sociais e educacionais da região. Assim, o IF Farroupilha, com sua recente trajetória institucional, busca perseguir este propósito, visando constituir-se em referência na oferta de educação profissional e tecnológica, comprometida com as realidades locais.

O IF Farroupilha *Campus Santo Ângelo* teve, em novembro de 2010, os primeiros passos para sua implantação. Esse foi um momento de reuniões entre o Prefeito Municipal, Comissão local Pró-implantação do IF Farroupilha, membros da Reitoria (Reitor e Pró-Reitores) do Instituto e o Secretário Nacional do Ensino Técnico Federal Prof. Eliezer Pacheco, a fim de incluir Santo Ângelo na 3ª fase da expansão. Assim, assinou-se um protocolo de intenções pró-implantação.

O resultado das sucessivas reuniões e audiências públicas culminou na decisão de contemplar Santo Ângelo com a implantação do *Campus* em uma área de 50 ha destinada via doação pelo município de Santo Ângelo, localizada à margem da RS 218.

Após definição da implantação, iniciou-se a fase de decisão de quais cursos seriam 7 ofertados. Então, na busca de sintonia com as necessidades e potencialidades de desenvolvimento regional, os eixos tecnológicos de atuação do *Campus* foram definidos por meio de audiências públicas e da escuta às representações da comunidade. A opção foi pelos eixos tecnológicos: Recursos Naturais, Ambiente e Saúde e Informação e Comunicação. Passadas essas fases, no dia dezanove de dezembro de 2012 foi realizado o ato de lançamento da Pedra Fundamental do IF Farroupilha – *Campus Santo Ângelo*, com a presença de autoridades locais e da Reitora Profª. Sra. Carla Comerlato Jardim.

Ressalta-se, ainda, que as comissões envolvidas verificaram a possibilidade de o Instituto iniciar suas atividades antes do término das obras dos prédios em construção na área doada. Para tanto, a prefeitura disponibilizaria um espaço. Por conseguinte, a prefeitura, via Secretaria Municipal de Educação (SMED), por meio de um termo de cooperação, cedeu o prédio onde funciona o Centro do Conhecimento. Com isso posto em prática, o Instituto inicia o ano de 2014 com dois cursos subsequentes: Gerência de Saúde e Informática para Internet.

2.2. Justificativa de oferta do curso

A oferta da Educação Profissional e Tecnológica no IF Farroupilha se dá em observância à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996, com a Lei de criação da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, nº 11.892/2008, com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia Resolução CNE/CP 3, de 18 de dezembro de 2002 e, em âmbito institucional, com as Diretrizes Institucionais gerais e diretrizes curriculares institucionais da organização didático-pedagógica para os cursos superiores de graduação do IF Farroupilha, definidas pela Resolução CONSUP nº13/2014 e demais legislações nacionais vigentes.

O IF Farroupilha *Campus* Santo Ângelo, conforme Regionalização proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), encontra-se na Microrregião Santo Ângelo, composta por 16 municípios. Faz parte do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Missões, que abrange um total de 25 municípios. Estas unidades administrativas apresentam uma série de similaridades socioculturais e econômicas, entre si, bem como com aquelas pertencentes às microrregiões limítrofes (Fronteira Noroeste, Noroeste Colonial e Celeiro). O COREDE Missões, conforme a Fundação de Economia e Estatística (FEE) possui uma população de aproximadamente 251 mil habitantes, com um PIB superior a R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) anuais. No município de Santo Ângelo, encontra-se o maior contingente populacional do COREDE, com aproximadamente 79 mil habitantes, distribuídos por mais de 680 km², o que gera uma densidade demográfica de 112,5 hab/km². A expectativa de vida supera os 76 anos. De acordo com dados do FEE, o analfabetismo no município fica em torno de 6,45%. No entanto, entre pessoas com mais de 15 anos, vários municípios de abrangência do COREDE Missões, têm índices superiores a 10%, o que reforça a necessidade da ampliação dos investimentos em educação pública e de qualidade nesta região, a fim de promover o desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental.

As bases econômicas da Microrregião Santo Ângelo são marcadas pela agricultura (cultivo de soja, milho, trigo, frutíferas e hortigranjeiros), criação de bovinos, aves e suínos e atividades produtivas correlacionadas, além da indústria, comércio, prestação de serviços e turismo. A Região das Missões é marcada pela diversidade cultural, social e econômica. Tais diversidades podem ser observadas no meio rural, onde existem atividades agrícolas ligadas ao modelo empresarial/patronal, com uma diversidade de formas e organização de produção familiar. As unidades familiares de produção contam apenas com o traba-

lho familiar ou com uma quantidade de trabalho assalariado que não ultrapassa a contribuição da própria família. Essas propriedades são responsáveis pelo maior percentual de ocupação da população residente no espaço rural. Esse espaço vem sofrendo um esvaziamento demográfico bem como um processo de envelhecimento e “masculinização”, nas mais diversas escalas de análise, indo do local ao global.

Na Microrregião Santo Ângelo, menos de 25% da população ainda reside no meio rural; já no município de Santo Ângelo, apenas 5,9% da população ainda reside no meio rural, o que torna clara a necessidade de uma proposta de Educação que pense e discuta esta realidade rural e possa contribuir para a redução do êxodo rural e melhoria da qualidade de vida no campo. Conforme o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a estrutura fundiária da Região Missioneira possui um Módulo Fiscal de 20 hectares. No município de Santo Ângelo, por exemplo, mais de 70% das propriedades não atingem 20 hectares, são minifúndios e, de acordo com as características naturais, sociais e produtivas da Região, essa área é menor do que o mínimo necessário para que ocorra a reprodução social; ou seja, para que se dê o desenvolvimento em todas as suas dimensões, para os agentes envolvidos.

Diante desse contexto socioeconômico o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR) de Santo Ângelo/RS, quadriênio 2018 – 2021, coordenado pela Secretaria Municipal da Agricultura, Associação Riograndense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e Conselho de Desenvolvimento Agropecuário (COMDASA) com a colaboração de órgãos e entidades sociais e educacionais incluindo o IF Farroupilha *Campus* Santo Ângelo, tem como objetivo: “indicar dados e cenários do meio rural e agrícola do município, junto com uma análise e avaliação da situação atual para apontar as atividades e ações que sejam prioritárias para o desenvolvimento do meio rural, tanto nos aspectos econômicos, como nos aspectos sociais e ambientais” (PMDR, 2017). Esse plano prevê, para o período, investimentos nas áreas de: Piscicultura, Ovinocultura e Caprinocultura, Pecuária de Corte e Leite, Avicultura familiar de Corte e Postura, Suinocultura, Vitivinicultura, Produção de Feno, Grãos, Mel, Hortigranjeiros, Agroindústria Familiar, Turismo Rural, incentivo ao jovem no meio rural, Silvicultura em consórcio com Pecuária e Lavoura, Melhoramento de Solo e Fontes de Energias Alternativas.

O desenvolvimento do agronegócio na Região das Missões envolve um conjunto de instituições do

município de Santo Ângelo e região, da esfera municipal, estadual e federal, que unem esforços em direção ao fortalecimento dessa área relevante, que impulsiona o desenvolvimento social e econômico. O agronegócio, é uma vocação rio-grandense histórica, é também uma marca da região missioneira, considerando que a economia local gira em torno de várias culturas, em especial a soja, o trigo, o milho, a produção de hortifrutigranjeiros, cadeia produtiva do leite, entre outras e a agropecuária com expressivos números.

O município de Santo Ângelo, até o ano de 2016, contava com vinte e quatro associações de produtores, com maior suporte na comercialização do excedente produtivo, tanto junto ao comércio local (mercados e feiras de produtores organizadas nas praças e avenidas) quanto junto aos programas governamentais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que, tem contratos com mais de 115 produtores rurais. Certamente, para pensar o desenvolvimento da região é necessário incentivar alternativas de integração da produção, a partir das potencialidades e cadeias produtivas locais, que permitam o aproveitamento dos produtos e subprodutos dos sistemas de produção existentes, objetivando a diminuição de custos, a redução de insumos externos aos sistemas locais e à proteção dos recursos naturais. A escolha de uma cadeia produtiva deve estar diretamente ligada ao processo histórico de ocupação, às condições macro ambientais, bem como à capacidade que tem de oferecer resposta aos interesses dos produtores e empresas voltadas ao agronegócio.

A oferta de cursos do eixo de Recursos Naturais é oriunda da demanda de audiências públicas realizadas com a comunidade quando da implantação do *Campus* Santo Ângelo. No Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (2014-2018), no que diz respeito ao *Campus* Santo Ângelo, ficou definido que para a oferta de cursos de graduação seria realizado um estudo mais aprofundado das potencialidades da região. A partir de estudos realizados, observou-se que há a necessidade de formar pessoas que tenham conhecimento na área de produção, com foco na gestão em atividades agroindustriais. O IFFar *Campus* Santo Ângelo oferta o Curso Técnico em Agricultura desde 2016 e propõe a verticalização do eixo através da oferta para 2018 do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio tem enfoque: na gestão sistêmica da produção agrícola, na definição de mercados estratégicos, na atuação desde a produção, gestão, distribuição até o processamento dos produtos do campo,

buscando a sustentabilidade da agricultura familiar, patronal e empresarial da região; no planejamento e execução da implantação de arranjos produtivos locais com o objetivo de promover o desenvolvimento local e regional.

Considerado uma das profissões do futuro, o agronegócio contribui expressivamente para a economia brasileira, sendo destaque na balança comercial e no fornecimento de alimentos ao mercado nacional e internacional. Cada vez com mais espaço no setor, o profissional de agronegócios viabiliza soluções tecnológicas competitivas para melhorar a produção das lavouras e aperfeiçoar a produtividade da criação.

As ações de Ensino e Pesquisa podem, através da Extensão, gerar uma relação de socialização de saberes e conhecimentos, entre a Instituição, o meio rural, indústria e comércio voltado ao agronegócio, por meio de atividades como dias de campo e estágios que fortaleçam esses vínculos. Nessa perspectiva, os sujeitos estão no centro do modelo de desenvolvimento, visando à construção de uma identidade organizacional focada na gestão e empreendedorismo cooperativado, sem se dissociar da visão ambiental, guiada pelos princípios da agroecologia e da sustentabilidade. Assim, tem-se a preocupação de formar um sujeito com percepção crítica e criativa, com dinamismo para atuar na melhoria da condição socioeconômica dos produtores e empresas rurais, possibilitando a sucessão e manutenção das novas gerações no campo, além de preservar e fortalecer as características culturais das etnias do município e região. Na organização curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio temas como ética, desenvolvimento sustentável, cooperativismo, consciência ambiental, empreendedorismo, administração rural, normas técnicas e de segurança são abordados. O profissional deverá atuar como agente de desenvolvimento em seu espaço socioprofissional, de forma humanística, criativa e empreendedora, estabelecendo uma visão sistêmica com capacidade de diagnosticar a realidade do processo de desenvolvimento rural, intervindo na realidade e transformando-a. Também deverá ser capaz de propor alternativas para a superação dos gargalos no âmbito das cadeias produtivas na busca de ações estratégicas para o agronegócio. O IF Farroupilha *Campus* Santo Ângelo propõe o Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio sintonizado com a identidade regional e com as tendências do mundo do trabalho considerando o potencial produtivo da comunidade que esse *Campus* tem abrangência. O IFFar afirma, pois, sua missão de promover a educação profissional, científica e tecnológica, públi-

ca, por meio do ensino, pesquisa e extensão com foco na formação integral do cidadão e no desenvolvimento sustentável.

2.3. Objetivos do Curso

2.3.1. Objetivo Geral

Formar profissionais capazes de compreender as bases técnico-científicas, sociais, econômicas e ambientais do agronegócio, de forma a desenvolver uma visão sistêmica das cadeias produtivas, propondo soluções inovadoras para as questões agropecuárias e agroindustriais, e capazes de atuar de maneira interdisciplinar em Instituições Públicas ou Privadas, com vistas a promover o desenvolvimento regional.

2.3.2. Objetivos Específicos

- Propiciar o conhecimento das teorias produtivas e administrativas do agronegócio;
- Capacitar profissionais para viabilizar soluções tecnológicas competitivas para o desenvolvimento de alternativas nas atividades das diversas cadeias produtivas do agronegócio;
- Desenvolver o conhecimento sobre as cadeias produtivas dos setores agrícolas, agropecuário, agroindustriais e sobre os fatores que afetam seu desempenho;
- Disponibilizar aos profissionais ferramentas de gestão e empreendedorismo, nas diversas etapas dos processos produtivos;
- Viabilizar aos discentes formas que oportunizem o desenvolvimento regional e a integração social com a comunidade;
- Incitar uma cultura profissional voltada à pesquisa, extensão e inovação;
- Desenvolver a interação entre a comunidade escolar e a comunidade externa nos processos de ensino e aprendizagem.

2.4. Requisitos e formas de acesso

Para ingresso no Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio – *Campus* Santo Ângelo é necessário ter concluído o Ensino Médio e ter realizado o Exame Nacional do Ensino Médio - Enem. Segundo dados do Ministério da Educação (MEC), o Enem foi criado em 1998 com o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da educação básica, buscando contribuir para a melhoria da qualidade desse nível de escolaridade. A partir de 2009, passou a ser utilizado também como mecanismo de seleção para o ingresso no ensino superior de graduação,

através do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), que é um sistema informatizado gerenciado pelo MEC no qual as instituições públicas de Ensino Superior oferecem suas vagas.

O Processo Seletivo do SiSU é realizado duas vezes ao ano, entretanto o IF Farroupilha optou por ofertar vagas sempre no primeiro semestre de cada ano, tendo em vista a periodicidade anual de oferta de vagas dos seus cursos superiores de graduação. A inscrição dos candidatos no SiSU, para os cursos superiores de graduação do IF Farroupilha, é gratuita e ocorre no início do primeiro semestre letivo, sempre pela internet. A cada edição do SiSU, as IES ofertam suas vagas e os candidatos melhores classificados são selecionados para ingresso.

A seleção para ingresso nos cursos superiores de graduação do IF Farroupilha, em consonância com a Lei nº 13.409, de 28/12/2016, que altera a Lei nº 12.711, de 29/8/2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino; o Decreto nº 9.034, de 20/04/2017, que altera o Decreto nº 7.824, de 11/10/2012, que regulamenta a Lei nº 12.711, de 29/08/2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio; a Portaria nº 09, de 05/05/2017, que altera a Portaria Normativa MEC nº 18, de 11/10/2012 e a Portaria Normativa MEC nº 21, de 05/11/2012, e dá outras providências; além da legislação institucional do IFFar, que estabelece a Política de Ações Afirmativas de Inclusão Socioeconômica, Étnico-Racial e para Pessoas com Deficiência para os Cursos Técnicos de Nível Médio e de Graduação, presenciais e a distância. A totalidade das vagas ofertadas pela instituição, por curso e turno, será distribuída da seguinte forma:

- 60% das vagas serão destinadas à Política de Ações Afirmativas do IFFar;
- 40% das vagas serão destinadas à Ampla Concorrência (AC).

a) Ampla Concorrência é a categoria geral, na qual participam os candidatos que não se enquadram em nenhuma das opções de reserva de vagas ou que não desejam participar delas.

• A totalidade das vagas calculadas dentro das 60% destinadas à Política de Ações Afirmativas do IFFar, são ofertadas exclusivamente a candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em Escola Pública (EP), e distribuídas da seguinte maneira:

50% aos candidatos com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário mínimo (um

salário mínimo e meio) per capita (por pessoa), com a seguinte distribuição:

a) Do número de vagas apuradas pela aplicação do percentual previsto nos 60%, será assegurada uma porcentagem aos candidatos autodeclarados pretos, pardos, indígenas e às pessoas com deficiência.

a.1) Esta porcentagem correspondente à soma do percentual de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, da população do estado do Rio Grande do Sul e será desdobrada nas seguintes cotas:

a.1.1) Cota 1 (C1): Destina-se aos candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em Escola Pública, com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salários mínimos per capita que se autodeclararam Pretos, Pardos e Indígenas (PPI) e que sejam Pessoas com Deficiência (PcD) - ($EP \leq 1,5$ PPIPcD);

a.1.2) Cota 2 (C2): Destina-se aos candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em Escola Pública, com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salários mínimos per capita que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas e que não sejam pessoas com deficiência - ($EP \leq 1,5$ PPI);

b) Do número de vagas apuradas pela aplicação do percentual previsto para 50% aos candidatos com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário mínimo, será assegurado uma porcentagem aos candidatos que não se autodeclararam pretos, pardos, indígenas, organizando-se na seguinte distribuição:

b.1) Cota 3 (C3): Destina-se aos candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em Escola Pública, com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salários mínimos per capita que não se autodeclararam pretos, pardos e indígenas e que sejam pessoas com deficiência - ($EP \leq 1,5$ PcD);

b.2) Cota 4 (C4): Destina-se aos candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em Escola Pública, com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salários mínimos per capita que não se autodeclararam pretos, pardos e indígenas e não sejam pessoas com deficiência - ($EP \leq 1,5$ Outros).

50% aos candidatos com renda familiar bruta mensal superior a 1,5 salário mínimo (um salário mínimo e meio) per capita (por pessoa), organizando-se na seguinte distribuição:

a) Do número de vagas apuradas pela aplicação do percentual previsto para 50% aos candidatos com renda familiar bruta mensal superior a 1,5 salário mínimo, será assegurado uma porcentagem aos

candidatos autodeclarados pretos, pardos, indígenas e às pessoas com deficiência.

a.1) Esta porcentagem correspondente à soma do percentual de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, da população do estado do Rio Grande do Sul e será desdobrada nas seguintes cotas:

a.1.1) Cota 5 (C5): Destina-se aos candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em Escola Pública, com renda familiar bruta mensal superior a 1,5 salários mínimos per capita que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas e sejam pessoas com deficiência - ($EP > 1,5$ PPIPcD);

a.1.2) Cota 6 (C6): Destina-se aos candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em Escola Pública, com renda familiar bruta mensal superior a 1,5 salários mínimos per capita que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas e não sejam pessoas com deficiência - ($EP > 1,5$ PPI);

b) Do número de vagas apuradas pela aplicação do percentual previsto para 50% aos candidatos com renda familiar bruta mensal superior a 1,5 salário mínimo, será assegurado uma porcentagem aos candidatos que não se autodeclararam pretos, pardos, indígenas e será desdobrada nas seguintes cotas:

b.1) Cota 7 (C7): Destina-se aos candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em Escola Pública, com renda familiar bruta mensal superior a 1,5 salários mínimos per capita que não se autodeclararam pretos, pardos e indígenas e sejam pessoas com deficiência - ($EP > 1,5$ PcD);

b.2) Cota 8 (C8): Destina-se aos candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em Escola Pública, com renda familiar bruta mensal superior a 1,5 salários mínimos per capita que não se autodeclararam pretos, pardos e indígenas e não sejam pessoas com deficiência - ($EP > 1,5$ Outros).

Para fins de cálculo dos 1,5 salários mínimos, considera-se o valor do salário mínimo nacional vigente no ano corrente do Processo Seletivo. O percentual de vagas correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas e de pessoas com deficiência na população do estado do Rio Grande do Sul, de acordo com o último Censo Demográfico (Censo 2010), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, é de 16,45% para PPI e 23,83% para PcD.

• Em caso de vaga ociosa no curso, decorrente de evasão ou transferência, o IF Farroupilha abrirá Edital para:

a) Reingresso: a retomada do vínculo de matrícula de estudante que perdeu o vínculo com a Instituição no mesmo curso, nível e modalidade de ensino.

b) Transferência Interna: a transferência do estudante com matrícula em curso no IF Farroupilha para:

b.1) o mesmo curso em outro Campus;

b.2) outro curso, do mesmo nível de ensino, no mesmo Campus;

b.3) outro curso, do mesmo nível de ensino, na mesma área de conhecimento, em outro Campus;

b.4) para o mesmo curso, em outra modalidade, no mesmo Campus ou em outro Campus ou em outro polo de EaD.

c) Transferência Externa: a transferência para o IFFar de estudante do mesmo curso ou de curso da mesma área do conhecimento de outra Instituição de Ensino ou transferência de estudante do IFFar para outra Instituição de Ensino;

d) Ingresso de Portador de Diploma: o ingresso de estudante em curso do mesmo nível ou em um nível inferior do que possui diplomação.

3. Políticas institucionais no âmbito do curso

3.1. Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão

As políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvidas no âmbito do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio, estão em consonância com as políticas constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal Farroupilha, as quais convergem e contemplam as necessidades do curso.

O ensino proporcionado pelo IF Farroupilha é oferecido por cursos e programas de formação inicial e continuada, de educação profissional técnica de nível médio e de educação superior de graduação e de pós-graduação, desenvolvidos articuladamente à pesquisa e à extensão. O currículo é fundamentado em bases filosóficas, epistemológicas, metodológicas, socioculturais e legais, expressas no seu projeto Político Pedagógico Institucional. Essas bases são norteadas por princípios da estética, da sensibilidade, da política, da igualdade, da ética, da identidade, da interdisciplinaridade, da contextualização, da flexibilidade e da educação como processo de formação na vida e para a vida, a partir de uma concepção de sociedade, trabalho, cultura, ciência, tecnologia e ser humano.

Além das atividades de ensino realizadas no âmbito do currículo, a instituição oferece o financiamen-

to a Projetos de Ensino através do Programa Institucional de Projetos de Ensino (PROJEN), com vistas ao aprofundamento de temas relacionados à área formativa do curso, e, nesses projetos, os alunos participantes podem atuar como bolsistas, monitores, público alvo ou ainda como interessados em aprofundar seu conhecimento.

As ações de pesquisa do IF Farroupilha constituem um processo educativo para a investigação, objetivando a produção, a inovação e a difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos, artístico-culturais e desportivos, articulando-se ao ensino e à extensão, e envolvendo todos os níveis e modalidades de ensino, ao longo de toda a formação profissional, com vistas ao desenvolvimento social. Outro objetivo é incentivar e promover o desenvolvimento de programas e projetos de pesquisa, articulando-se com órgãos de fomento e consignando em seu orçamento recursos para esse fim. Nesse sentido, são desenvolvidas ações (como o apoio à iniciação científica) com o intuito de despertar o interesse pela pesquisa e instigar os estudantes na busca de novos conhecimentos.

O IF Farroupilha possui alguns programas, sendo eles: o Programa Institucional de Pesquisa, que prevê o Processo Seletivo de Cadastro e Aprovação de Projetos de Pesquisa – Boas Ideias, o qual aprova e classifica os projetos; Mentores Brilhantes, que disponibiliza a taxa de bancada para custear o projeto; Jovens Cientistas, que oferece bolsa para alunos; e, ainda participa de editais do CNPq (PIBIC-AF, PIBIC, PIBIC-EM; PIBITI), da Capes (Jovens talentos para a Ciência) e da FAPERGS (PROBITI, PROBIC). No mesmo enfoque, há o Programa Institucional de Incentivo à Produtividade em Pesquisa e Inovação Tecnológica do Instituto Federal Farroupilha, que oferece bolsa de pesquisador para os docentes.

As ações de extensão constituem um processo educativo, científico, artístico-cultural e desportivo que se articulam ao ensino e à pesquisa de forma indissociável, com o objetivo de intensificar uma relação transformadora entre o IF Farroupilha e a sociedade. Essas ações têm como objetivo geral incentivar e promover o desenvolvimento de programas e projetos de extensão, articulando-se com órgãos de fomento e consignando em seu orçamento recursos para esse fim.

O Instituto possui o programa institucional de incentivo à extensão (PIIEX), no qual os estudantes podem auxiliar os coordenadores na elaboração e execução de projetos. Os trabalhos de pesquisa e extensão desenvolvidos pelos acadêmicos podem ser apresentados na Mostra Acadêmica Integrada de cada *Campus* e na Mostra da Educação Profissional e

Tecnológica, em que todos os *Campus* do Instituto participa. Além disso, é dado incentivo à participação de eventos, como congressos, seminários e outros eventos que estejam relacionados à área de atuação dos mesmos.

Os estudantes do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio são estimulados a participar dos projetos e atividades na área de ensino, pesquisa e extensão, os quais poderão ser aproveitados no âmbito do currículo como atividade complementar, conforme normativa prevista neste PPC.

3.2. Políticas de Apoio ao discente

As políticas do IF Farroupilha voltadas ao apoio aos discentes destacam as políticas de assistência aos estudantes, apoio pedagógico e educação inclusiva.

No Instituto Federal Farroupilha, o apoio ao discente é realizado direta ou indiretamente através dos seguintes órgãos e políticas: assistência ao estudante, Núcleo Pedagógico Integrado, atividades de nivelamento, atendimento pedagógico, Psicológico e Social, programas de mobilidade acadêmica e educação inclusiva.

3.2.1. Assistência Estudantil

A Assistência Estudantil do IF Farroupilha é uma Política de Ações, que têm como objetivos garantir o acesso, o êxito, a permanência e a participação de seus alunos no espaço escolar. A Instituição, atendendo o Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), aprovou por meio da Resolução nº12/2012 a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, a qual estabelece os princípios e eixos que norteiam os programas e projetos desenvolvidos nos seus Campi.

A Política de Assistência Estudantil abrange todas as unidades do IF Farroupilha e tem entre os seus objetivos: promover o acesso e permanência na perspectiva da inclusão social e da democratização do ensino; assegurar aos estudantes igualdade de oportunidades no exercício de suas atividades curriculares; promover e ampliar a formação integral dos estudantes, estimulando a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios de caráter cultural, artístico, científico e tecnológico; bem como estimular a participação dos educandos, por meio de suas representações, no processo de gestão democrática.

Para cumprir com seus objetivos, o setor de Assistência Estudantil possui alguns programas como: Programa de Segurança Alimentar e Nutricional; Programa de Promoção do Esporte, Cultura e Lazer; Programa de Atenção à Saúde; Programa de Apoio à Permanência; Programa de Apoio Didático-Pedagógico, entre outros.

Dentro de cada um desses programas existem linhas de ações, como, por exemplo, auxílios financeiros aos estudantes, prioritariamente aqueles em situação de vulnerabilidade social (auxílio permanência, auxílio transporte, auxílio às atividades extracurriculares remuneradas, auxílio alimentação).

A Política de Assistência Estudantil, bem como seus programas, projetos e ações são concebidas como um direito do estudante, garantido e financiado pela Instituição por meio de recursos federais, assim como pela destinação de, no mínimo, 5% do orçamento anual de cada *Campus* para este fim.

Para o desenvolvimento destas ações, cada *Campus* do Instituto Federal Farroupilha possui em sua estrutura organizacional uma Coordenação de Assistência Estudantil (CAE), que, juntamente com uma equipe especializada de profissionais e de forma articulada com os demais setores da Instituição, trata dos assuntos relacionados ao acesso, permanência, sucesso e participação dos alunos no espaço escolar.

A CAE do *Campus* Santo Ângelo está composta por uma equipe mínima de oito servidores: Assistente Social, Nutricionista, Médico(a), Odontólogo(a), Técnico em Enfermagem e 03 Assistentes de Aluno. Quanto a sua infraestrutura, o refeitório, a sala de convivência e o espaço para as organizações estudantis estão em processo de implantação.

3.2.2. Núcleo Pedagógico Integrado (NPI)

O Núcleo Pedagógico Integrado (NPI) é um órgão estratégico de planejamento, apoio e assessoramento didático-pedagógico, vinculado à Direção de Ensino do *Campus*, ao qual cabe auxiliar no desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), no Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI) e na Gestão de Ensino do *Campus*, comprometido com a realização de um trabalho voltado às ações de ensino e aprendizagem, em especial no acompanhamento didático-pedagógico, oportunizando, assim, melhorias na aprendizagem dos estudantes e na formação continuada dos docentes e técnico-administrativos em educação.

O NPI é constituído por servidores que se inter-relacionam na atuação e operacionalização das ações que permeiam os processos de ensino e aprendiza-

gem na instituição. Tendo como membros natos os servidores no exercício dos seguintes cargos e/ou funções: Diretor (a) de Ensino; Coordenador (a) Geral de Ensino; Pedagogo(o); Responsável pela Assistência Estudantil no *Campus*; Técnico(s) em Assuntos Educacionais lotado(s) na Direção de Ensino. Além dos membros citados poderão ser convidados para compor o Núcleo Pedagógico Integrado, como membros titulares, outros servidores efetivos do *Campus*.

A finalidade do NPI é proporcionar estratégias, subsídios, informações e assessoramento aos docentes, técnico-administrativos em educação, educandos, pais e responsáveis legais, para que possam escolher, entre diversos itinerários e opções, aquele mais adequado enquanto projeto educacional da instituição e que proporcione meios para a formação integral, cognitiva, inter e intrapessoal e a inserção profissional, social e cultural dos estudantes.

Além do mais, a constituição desse núcleo tem como objetivo, promover o planejamento, implementação, desenvolvimento, avaliação e revisão das atividades voltadas ao processo de ensino e aprendizagem em todas as suas modalidades, formas, graus, programas e níveis de ensino, com base nas diretrizes institucionais.

O envolvimento do NPI abrange em seu trabalho a elaboração, reestruturação e implantação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o desenvolvimento de atividades voltadas à discussão, orientação, elaboração e garantia de execução dos Projetos Pedagógicos dos Cursos em todos os níveis e modalidades ofertados no *Campus*, a divulgação e orientação sobre novos saberes, legislações da educação e ensino técnico e tecnológico, na prevenção de dificuldades que possam interferir no bom interrelacionamento entre todos os integrantes das comunidades educativas do *Campus*.

O NPI deve garantir além da qualidade do ensino, a comunicação clara, ágil e eficiente entre os envolvidos nas ações de ensino e aprendizagem, para efetivar a coerência e otimizar os resultados.

3.2.3. Atendimento Pedagógico, Psicológico e Social

O IF Farroupilha – *Campus* Santo Ângelo tem como prerrogativa consolidar uma equipe de profissionais voltada ao atendimento pedagógico, psicológico e social dos estudantes, tais como: pedagogo, psicólogo, assistente social, técnico em assuntos educacionais e assistentes de alunos.

A partir do organograma institucional estes profissionais devem atuar em setores como: Coordenação de Assistência Estudantil (CAE), Coordenação de

Ações Inclusivas (CAI) e Núcleo Pedagógico Integrado (NPI), os quais desenvolvem ações que tem como foco o atendimento ao discente.

O atendimento pedagógico, psicológico e social compreende atividades de orientação e apoio ao processo de ensino e aprendizagem, tendo como foco não apenas o estudante, mas todos os sujeitos envolvidos, resultando, quando necessário, na reorientação deste processo.

Os estudantes com necessidade especiais de aprendizagem terão atendimento educacional especializado pelo Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), que visa oferecer suporte ao processo de ensino e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, envolvendo também orientações metodológicas aos docentes para a adaptação do processo de ensino às necessidades destes sujeitos.

3.2.4. Atividades de Nivelamento

Entende-se por nivelamento o desenvolvimento de atividades formativas que visem recuperar conhecimentos que são essenciais para que o estudante consiga avançar no itinerário formativo de seu curso com aproveitamento satisfatório.

As atividades serão asseguradas ao discente, por meio de:

a) disciplinas de formação básica, na área do curso, previstas no próprio currículo do curso, visando retomar os conhecimentos básicos a fim de dar condições para que os estudantes consigam prosseguir no currículo;

b) projetos de ensino elaborados pelo corpo docente do curso, aprovados no âmbito do Programa Institucional de Projetos de Ensino (PROJEN), voltados para conteúdos/temas específicos com vistas à melhoria da aprendizagem no curso;

c) demais atividades formativas promovidas pelo curso, para além das atividades curriculares que visem subsidiar/sanar as dificuldades de aprendizagem dos estudantes.

No Instituto Federal Farroupilha *Campus* Santo Ângelo, para além da disponibilização, sempre que possível, de um turno pelos docentes para o atendimento ao estudante, são desenvolvidas atividades de diagnóstico e revisão, com o objetivo de atender o nivelamento de saberes e conhecimentos, estabelecidas em calendário acadêmico no período inicial do ano letivo, tendo aproximadamente, a duração de 30 dias letivos.

3.2.5. Mobilidade Acadêmica

Entende-se como educação inclusiva a garantia de acesso e permanência do estudante na instituição de ensino e do acompanhamento e atendimento do egresso no mundo do trabalho, respeitando as diferenças individuais, especificamente, das pessoas com deficiência, diferenças étnicas, de gênero, cultural, socioeconômica, entre outros.

O Instituto Federal Farroupilha priorizará ações inclusivas voltadas às especificidades dos seguintes grupos sociais, com vistas à garantia de igualdade de condições e oportunidades educacionais:

I - pessoas com necessidades educacionais específicas: consolidar o direito das pessoas com deficiência visual, auditiva, intelectual, físico motora, múltiplas deficiências, altas habilidades/superdotação e transtornos globais do desenvolvimento, bem como Transtorno do Espectro Autista, promovendo sua emancipação e inclusão nos sistemas de ensino e nos demais espaços sociais;

II - gênero e diversidade sexual: o reconhecimento, o respeito, o acolhimento, o diálogo e o convívio com a diversidade de orientações sexuais fazem parte da construção do conhecimento e das relações sociais de responsabilidade da escola como espaço formativo de identidades. Questões ligadas ao corpo, à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, à gravidez precoce, à orientação sexual, à identidade de gênero são temas que fazem parte desta política;

III – diversidade étnica: dar ênfase nas ações afirmativas para a inclusão da população negra e da comunidade indígena, valorizando e promovendo a diversidade de culturas no âmbito institucional;

V – oferta educacional voltada às necessidades das comunidades do campo: medidas de adequação da escola à vida no campo, reconhecendo e valorizando a diversidade cultural e produtiva, de modo a conciliar tais atividades com a formação acadêmica;

VI - situação socioeconômica: adotar medidas para promover a equidade de condições aos sujeitos em vulnerabilidade socioeconômica.

Para a efetivação das ações inclusivas, o IF Farroupilha constituiu o Plano Institucional de Inclusão, que promoverá ações com vistas:

- I – à preparação para o acesso;
- II – a condições para o ingresso;
- III - à permanência e conclusão com sucesso;
- IV - ao acompanhamento dos egressos.

Para auxiliar na operacionalização da Política de Educação Inclusiva, o *Campus* Santo Ângelo conta com a Coordenação de Ações Inclusivas (CAI), que constitui os Núcleos Inclusivos de Apoio aos Estudantes (NAE): Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) e Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS).

Há também, na Reitoria, o Núcleo de Elaboração e Adaptação de Materiais Didático/pedagógicos – NEAMA do IF Farroupilha. (Resolução CONSUP nº 033/2014), que tem como objetivo principal o desenvolvimento de materiais didático/pedagógicos acessíveis aos estudantes e servidores com deficiência visual incluídos na Instituição. Os materiais produzidos podem ser tanto em Braille quanto em formato acessível, para aqueles que utilizam leitor de tela. O NEAMA realizará as adaptações solicitadas pelos campi de acordo com as prioridades previstas em sua Resolução, quais sejam: Planos de Ensino, Apostilas completas de disciplinas, Avaliações, Exercícios, Atividades de orientação, Bibliografias Básicas das disciplinas, Documentos Institucionais, seguindo uma metodologia que depende diretamente da quantidade e qualidade dos materiais enviados, tais como: figuras, gráficos, fórmulas e outros de maior complexidade. A prioridade no atendimento será dada aos campi que possuem estudantes com deficiência visual e nos quais não há profissionais habilitados para atendê-los, procurando assegurar assim, as condições de acesso, permanência e formação qualificada dos estudantes incluídos no IF Farroupilha.

3.2.6. Educação Inclusiva

Entende-se como educação inclusiva a garantia de acesso e permanência do estudante na instituição de ensino e do acompanhamento e atendimento do egresso no mundo do trabalho, respeitando as diferenças individuais, especificamente, das pessoas com deficiência, diferenças étnicas, de gênero, cultural, socioeconômica, entre outros.

O Instituto Federal Farroupilha priorizará ações inclusivas voltadas às especificidades dos seguintes grupos sociais, com vistas à garantia de igualdade de condições e oportunidades educacionais:

I - pessoas com necessidades educacionais específicas: consolidar o direito das pessoas com deficiência visual, auditiva, intelectual, físico motora, múltiplas deficiências, altas habilidades/superdotação e transtornos globais do desenvolvimento, bem como Transtorno do Espectro Autista, promovendo sua

emancipação e inclusão nos sistemas de ensino e nos demais espaços sociais;

II - gênero e diversidade sexual: o reconhecimento, o respeito, o acolhimento, o diálogo e o convívio com a diversidade de orientações sexuais fazem parte da construção do conhecimento e das relações sociais de responsabilidade da escola como espaço formativo de identidades. Questões ligadas ao corpo, à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, à gravidez precoce, à orientação sexual, à identidade de gênero são temas que fazem parte desta política;

III – diversidade étnica: dar ênfase nas ações afirmativas para a inclusão da população negra e da comunidade indígena, valorizando e promovendo a diversidade de culturas no âmbito institucional;

V – oferta educacional voltada às necessidades das comunidades do campo: medidas de adequação da escola à vida no campo, reconhecendo e valorizando a diversidade cultural e produtiva, de modo a conciliar tais atividades com a formação acadêmica;

VI - situação socioeconômica: adotar medidas para promover a equidade de condições aos sujeitos em vulnerabilidade socioeconômica.

Para a efetivação das ações inclusivas, o IF Farroupilha constituiu o Plano Institucional de Inclusão, que promoverá ações com vistas:

- I – à preparação para o acesso;
- II – a condições para o ingresso;
- III - à permanência e conclusão com sucesso;
- IV - ao acompanhamento dos egressos.

Para auxiliar na operacionalização da Política de Educação Inclusiva, o *Campus* Santo Ângelo conta com a Coordenação de Ações Inclusivas (CAI), que constitui os Núcleos Inclusivos de Apoio aos Estudantes (NAE): Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) e Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS).

Há também, na Reitoria, o Núcleo de Elaboração e Adaptação de Materiais Didático/pedagógicos – NEAMA do IF Farroupilha. (Resolução CONSUP nº 033/2014), que tem como objetivo principal o desenvolvimento de materiais didático/pedagógicos acessíveis aos estudantes e servidores com deficiência visual incluídos na Instituição. Os materiais produzidos podem ser tanto em Braille quanto em formato acessível, para aqueles que utilizam leitor de tela. O NEAMA realizará as adaptações solicitadas pelos campi de acordo com as prioridades previstas em sua Resolução, quais sejam: Planos de Ensino, Apostilas completas de disciplinas, Avaliações, Exercícios, Atividades de orientação, Bibliografias Básicas das disci-

plinas, Documentos Institucionais, seguindo uma metodologia que depende diretamente da quantidade e qualidade dos materiais enviados, tais como: figuras, gráficos, fórmulas e outros de maior complexidade. A prioridade no atendimento será dada aos campi que possuem estudantes com deficiência visual e nos quais não há profissionais habilitados para atendê-los, procurando assegurar assim, as condições de acesso, permanência e formação qualificada dos estudantes incluídos no IF Farroupilha.

3.2.6.1. Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE)

O IF Farroupilha *Campus* Santo Ângelo conta com um Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), cujo objetivo consiste em acompanhar o desenvolvimento do estudante nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas do Instituto Federal Farroupilha, instituído pela Resolução nº 14/2010 dessa instituição, é setor deliberativo, vinculado à Coordenação de Ações Inclusivas, e tem por finalidade desenvolver políticas, ações e projetos no intuito de garantir a inclusão no IF Farroupilha. Nesse sentido, são atribuições do NAPNE:

- Promover a implantação e consolidação de políticas inclusivas no IF Farroupilha;
- Buscar minimizar barreiras arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programáticas e atitudinais enfrentadas pela comunidade acadêmica;
- Orientar os docentes quanto às adaptações de materiais didático-pedagógicos para as disciplinas;
- Acompanhar o processo de elaboração do planejamento e das avaliações para os alunos incluídos, conjuntamente com os docentes, a fim de realizar as adaptações necessárias;
- Promover cursos de formação continuada à comunidade acadêmica sobre assuntos relacionados à inclusão;
- Acompanhar e orientar individualmente os discentes com deficiência nas atividades acadêmicas;
- Atender às pessoas com deficiência do *Campus* com vistas a maximizar suas potencialidades;
- Articular os diversos setores da instituição buscando estimular a inclusão das pessoas com deficiência;

- Sinalizar prioridades de ações, aquisição de equipamentos, softwares e materiais didático-pedagógicos a serem utilizados nas práticas educativas voltadas aos alunos incluídos;

- Atuar em consonância com o Núcleo Pedagógico Integrado, no intuito de garantir processos de ensino qualificados aos educandos com deficiência;

- Participar e/ou implementar atividades de pesquisa, ensino e extensão com foco na educação inclusiva;

- Auxiliar nos processos seletivos do IF Farroupilha buscando garantir acessibilidade dos candidatos;

- Zelar pelas condições de acesso, permanência e conclusão dos cursos pelos alunos da instituição;

- Estabelecer processo de registro sistemático quanto ao acompanhamento realizado aos alunos com deficiência;

- Trabalhar de forma articulada com a CAI e demais setores inclusivos do *Campus*.

O NAPNE é o setor que articula as ações inclusivas no âmbito do *Campus Santo Ângelo*, tendo como principal objetivo formar na instituição uma cultura da educação para a convivência e o respeito à diversidade. Nesse sentido, realiza o acompanhamento dos alunos com necessidades educacionais especiais, organiza adaptações curriculares e assessora os docentes no encaminhamento das atividades adaptadas em sala de aula e nos demais espaços e atividades do *Campus*.

Tendo em vista o acesso significativo de estudantes que fazem parte do público-alvo da Educação Especial nos diferentes níveis e modalidades de Educação no IF Farroupilha, e considerando o Decreto nº 7.611/2011 e a Lei nº 12.764/12, essa instituição implementou o Atendimento Educacional Especializado (AEE). O Regulamento do AEE no IF Farroupilha (Resolução nº 015/15) define como alunado desse atendimento os estudantes com deficiência, com transtorno do espectro do autismo, que apresentam altas habilidades/superdotação e transtornos globais de desenvolvimento, seguindo as indicações da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Trata-se de um serviço oferecido no turno oposto ao turno de oferta regular do estudante, no qual um profissional com formação específica na área desenvolve atividades de complementação e suplementação dos conteúdos desenvolvidos na sala de aula comum. Esse atendimento é realizado em uma Sala de Recursos Multifuncionais e prevê, além do uso de recursos diferenciados, orientações aos professores.

3.2.6.2. Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI)

O NEABI – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas do Instituto Federal Farroupilha, instituído com a Resolução nº 23/2010 desse instituto, tem a finalidade de implementar as Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, pautadas na construção da cidadania por meio da valorização étnico-racial, principalmente de negros, afrodescendentes e indígenas. No intuito de consolidar estes objetivos, são atribuições do NEABI:

I - promover encontros de reflexão e capacitação de servidores em educação, para o conhecimento e a valorização da história dos povos africanos, da cultura afro-brasileira, da cultura indígena e da diversidade na construção histórica e cultural do país;

II - promover a realização de atividades de extensão como seminários, conferências, painéis, simpósios, encontros, palestras, oficinas, cursos e exposições de trabalhos e atividades artístico-culturais;

III - propor ações que levem a conhecer o perfil da comunidade interna e externa do *Campus* nos aspectos étnico-raciais;

IV - implementar a Lei nº 10.639/03 e nº 11.645/08 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, que está pautada em ações que direcionam para uma educação pluricultural e pluriétnica, para a construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial, principalmente de negros, afrodescendentes e indígenas;

V - fazer intercâmbio em pesquisas e socializar seus resultados em publicações com as comunidades interna e externas ao Instituto: universidades, escolas, comunidades negras rurais, quilombolas, comunidades indígenas e outras instituições públicas e privadas;

VI - motivar e criar possibilidades de desenvolver conteúdos curriculares e pesquisas com abordagens multi e interdisciplinares, de forma contínua;

VII - colaborar em ações que levem ao aumento do acervo bibliográfico relacionado a educação pluriétnica em cada *Campus*;

VIII – incentivar a criação de grupos de convivência da cultura afro-brasileira e indígena, em especial com os estudantes do *Campus*.

O Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas do *Campus Santo Ângelo* desenvolve atividades e ações educativas nas áreas de ensino, pesquisa e extensão ligadas às questões étnico-raciais, através de debates, reflexões, seminários que visem a valori-

zação da diversidade na construção histórica e cultural do País.

3.2.6.3. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS)

As questões de gênero e diversidade sexual estão presentes nos currículos espaços, normas, ritos, rotinas e práticas pedagógicas das instituições de ensino. Não raro, as pessoas identificadas como dissonantes em relação às normas de gênero e à matriz sexual são postas sob a mira preferencial de um sistema de controle e vigilância que, de modo sutil e profundo, produz efeitos sobre todos os sujeitos e os processos de ensino e aprendizagem. Histórica e culturalmente transformada em norma, produzida e reiterada, a heterossexualidade obrigatória e as normas de gênero tornam-se o baluarte da heteronormatividade e da dualidade homem e mulher. As instituições de ensino acabam por se empenhar na reafirmação e no êxito dos processos de incorporação das normas de gênero e da heterossexualização compulsória.

Com intuito de proporcionar mudanças de paradigmas sobre a diferença, mais especificamente sobre gênero e heteronormatividade, o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS), considerando os documentos institucionais, tais como a Política de Diversidade e Inclusão do IF Farroupilha e a Instrução Normativa nº 03, de 02 de Junho 2015, que dispõe sobre a utilização do nome social no âmbito do IF Farroupilha, tem como objetivo proporcionar espaços de debates, vivências e reflexões acerca das questões de gênero e diversidade sexual, na comunidade interna e externa, viabilizando a construção de novos conceitos de gênero e diversidade sexual, rompendo barreiras educacionais e atitudinais na instituição, de forma a promover inclusão de todos na educação.

3.3. Programa Permanência e Êxito

Em 2014, o IF Farroupilha implantou o Programa Permanência e Êxito dos Estudantes da instituição, homologado pela Resolução CONSUP nº 178, de 28 de novembro de 2014. O objetivo do Programa é consolidar a excelência da oferta da EBPTT de qualidade e promover ações para a permanência e o êxito dos estudantes no IF Farroupilha. Além disso, busca socializar as causas da evasão e retenção no âmbito da Rede Federal; propor e assessorar o desenvolvimento de ações específicas que minimizem a in-

fluência dos fatores responsáveis pelo processo de evasão e retenção, categorizados como: individuais do estudante, internos e externos à instituição; instigar o sentimento de pertencimento ao IF Farroupilha e consolidar a identidade institucional; e atuar de forma preventiva nas causas de evasão e retenção.

Visando a implementação do Programa, o IF Farroupilha institui em seus Campi ações, como: sensibilização e formação de servidores; pesquisa diagnóstica contínua das causas de evasão e retenção dos alunos; programas de acolhimento e acompanhamento aos alunos; ampliação dos espaços de interação entre a comunidade externa, a instituição e a família; prevenção e orientação pelo serviço de saúde dos Campi; programa institucional de formação continuada dos servidores; ações de divulgação da Instituição e dos cursos; entre outras.

Através de projetos como o Programa Permanência e Êxito dos Estudantes, o IF Farroupilha trabalha em prol do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES/2010).

3.3.1. Acompanhamento de Egressos

O IF Farroupilha concebe o acompanhamento de egressos como uma ação que visa ao planejamento, definição e retroalimentação das políticas educacionais da instituição, a partir da avaliação da qualidade da formação ofertada e da interação com a comunidade.

Além disso, o acompanhamento de egressos visa ao desenvolvimento de políticas de formação continuada, com base nas demandas do mundo do trabalho, reconhecendo como responsabilidade da instituição o atendimento aos seus egressos.

A instituição está implementando um programa institucional de acompanhamento de egresso, a partir de ações contínuas e articuladas, entre as Pró-Reitorias de Ensino, Extensão e Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e Coordenação de curso superior.

4. Organização didático-pedagógica

4.1. Perfil do Egresso

O Tecnólogo em Gestão do Agronegócio é o profissional que viabiliza soluções tecnológicas competitivas para o desenvolvimento de negócios na agropecuária a partir do domínio dos processos de gestão e das cadeias produtivas do setor; realiza prospecção de novos mercados, análise de viabilidade econômi-

ca, identificação de alternativas de captação de recursos, beneficiamento, logística e comercialização são atividades gerenciadas por este profissional. O Profissional do Agronegócio está atento às novas tecnologias do setor rural, à qualidade e produtividade do negócio, definindo investimentos, insumos e serviços, visando à otimização da produção e o uso racional dos recursos.

A partir da priorização e concepção do IF Farroupilha quanto à formação dos profissionais, o egresso do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio terá uma orientação com ênfase no gerenciamento das cadeias produtivas, elaboração de projetos e programas relacionados às cadeias produtivas locais/regionais (estaduais e/ou nacionais), destacando, de forma específica, os aspectos relacionados aos insumos, processo produtivo, gestão inovadora, estratégias empreendedoras e distribuição ou comercialização de produtos agropecuários, respeitando uma visão gerencial profissional e sistêmica do agronegócio.

Os egressos poderão, também, participar nas pesquisas tecnológicas visando o aumento da competitividade das cadeias produtivas e, com isso, reforçando o acréscimo de valor nos produtos e processos produtivos, além de contribuir para o desenvolvimento local, regional e nacional. O profissional do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio do IF Farroupilha, igualmente, estará preparado para atuar, ativamente, nas orientações e/ou pareceres profissionais, nas discussões e elaborações de projetos de desenvolvimento que respeitam ou ilustram os seguintes temas emergentes: questões ambientais e sustentabilidade; respeito às diversidades culturais; políticas e ações de acessibilidade e inclusão social; entre outras.

O Egresso do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio do IF Farroupilha se configura num profissional com competências, habilidades e atitudes que procuram viabilizar e/ou buscar caminhos, estratégias e soluções tecnológicas, inovadoras e institucionais que reforçam a competitividade e gestão eficiente nas cadeias produtivas do agronegócio na economia. Por este motivo, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio pretende formar profissionais com o seguinte perfil:

- Ter uma visão sistêmica para administrar processos do agronegócio em todos os níveis de produção, viabilizando soluções tecnológicas competitivas eficientes;
- Dominar processos de Gestão de cadeias produtivas do setor, para realizar prospecção de novos mercados e analisar viabilidade econômica;

- Detectar e implementar modificações nas organizações em função do tempo e características de cada sistema do agronegócio;

- Desenvolver criatividade para inovar e ser empreendedor, tomando decisões corretas, destacando atitudes que viabilizem, economicamente, as organizações como propriedades, empresas e cooperativas;

- Entender e mensurar os fatores políticos, sociais, econômicos, ambientais e institucionais para propor políticas públicas do agronegócio, esboçar alternativas de captação de recursos e gerenciamento moderno ou competitivo das empresas, focando o desenvolvimento da comunidade, país/região/local;

- Planejar e executar projetos sustentáveis para otimização e uso racional de recursos, dentro de um ambiente de crescente inovação tecnológica no setor agropecuário;

- Desenvolver raciocínio, síntese de ideias e análise de conjunturas, pesquisas e estudos de mercados nacionais e internacionais;

- Atuar com base em princípios éticos e de maneira sustentável;

- Possuir autonomia intelectual, com a compreensão da necessidade de continuidade, desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional; e,

- Atuar com liderança para motivar e gerenciar pessoas, respeitando a ética profissional, a individualidade e, por fim, estimular uma cultura do coletivo;

Assim, partindo do perfil pretendido, o objetivo do curso é formar profissional que planeja, projeta e executa empreendimentos voltados para o agronegócio. Projeta mercados estratégicos para o agronegócio. Analisa indicadores de mercado. Afere o desempenho da produção no agronegócio. Analisa e controla custos de produção do agronegócio. Caracteriza e interpreta as diversas cadeias produtivas do agronegócio. Planeja e executa a implantação de arranjos produtivos locais. Gerencia empresas/propriedades rurais. Avalia e emite parecer técnico em sua área de formação.

4.1.1. Áreas de atuação do Egresso

Prospecção de novos mercados, análise de viabilidade econômica, identificação de alternativas de captação de recursos, beneficiamento, logística e comercialização são atividades gerenciadas pelo profissional do agronegócio. Esse profissional deve estar atento às novas tecnologias do setor rural, à qualidade e produtividade do negócio, definindo investimentos, insumos e serviços, visando à otimiza-

ção da produção e o uso racional dos recursos. O futuro profissional pode atuar em Cooperativas e associações; Empresas agropecuárias; Empresas de comercialização de insumos e produtos agropecuários; Empresas de distribuição de produtos do agronegócio; Empresas de planejamento, desenvolvimento de projetos, assessoramento técnico e consultoria; Organizações não governamentais; Órgãos públicos; Instituições de Ensino, mediante formação requerida pela legislação vigente.

4.2. Metodologia

A formação nos cursos superiores de Tecnologia do Instituto Federal Farroupilha deve ocorrer a partir de sólida formação científica e tecnológica, integrando a formação teórica e prática a partir de estreito contato com o mundo do trabalho. O Curso superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio promove a profissionalização gerencial pela capacitação que possibilita o atendimento às exigências das atividades do agronegócio, através de elementos que permitem o desenvolvimento econômico e social da região, considerando a integração entre ensino, pesquisa e extensão.

O calendário acadêmico dos Cursos Superiores de Graduação deve prever o mínimo de 100 (cem) dias de trabalho acadêmico efetivo por semestre, excluído o tempo destinado aos exames finais. Cada período letivo do calendário dos Cursos Superiores de Graduação deve contemplar, no mínimo, 18 (dezoito) semanas destinadas ao desenvolvimento da carga horária das disciplinas e 02 (duas) semanas de trabalho acadêmico efetivo, destinadas ao desenvolvimento de atividades acadêmicas e científico-culturais, no âmbito do curso.

Entende-se por trabalho acadêmico efetivo as atividades previstas na proposta pedagógica, que implicam em atividades acadêmicas e/ou trabalho discente efetivo com supervisão do docente, tais como: aulas; atividades práticas supervisionadas em laboratórios, atividades em biblioteca, trabalhos individuais e em grupo, práticas de ensino, estágios curriculares, prática profissional integrada, semanas acadêmica, mostras científicas, eventos culturais, palestras, entre outros.

A carga horária mínima dos Cursos Superiores de Graduação é mensurada em horas (60 minutos) de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo. Sendo que cada hora aula deve ser composta de 50 (cinquenta) minutos de aula e 10 (dez) minutos de trabalho discente efetivo, orientado e controlado pelo docente. Portanto, da carga horária total de cada disciplina, 20% será contabilizada como traba-

lho discente efetivo, devendo constar no Plano de Ensino da disciplina e ser registrado no diário de classe.

São consideradas atividades de trabalho discente efetivo no IF Farroupilha:

I - estudos dirigidos, individuais ou em grupo;

II - leitura e produção de textos científicos e trabalhos acadêmicos;

III - produção de materiais/experimentos;

IV - intervenção prática na realidade;

V - visitas de estudo a instituições na área do curso;

VI - consultas a bibliotecas e centros de documentação;

VII - visitas a instituições educacionais e culturais;

VIII - outras atividades, desde que relacionadas à natureza do conhecimento do componente curricular ao qual se vinculam.

Para integralização curricular, o estudante deverá: 1) ser aprovado em todos os componentes curriculares obrigatórios, além da carga horária mínima de componentes curriculares eletivos (108 horas ou 3 disciplinas); 2) cumprir a carga horária mínima de Atividades Complementares mediante comprovação junto à Coordenação do Curso; 3) realizar o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório; e, 4) ter seu Relatório de Estágio aprovado conforme regulamentação própria.

As disciplinas teóricas e as práticas educativas desenvolvidas de forma articulada, ao longo do curso, deverão utilizar metodologias que estimulem a observação, a criatividade e a reflexão, que evitem a apresentação de soluções prontas e busquem atividades que desenvolvam habilidades necessárias para solução de problemas. Ao acadêmico, devem ser apresentados desafios que busquem retratar a realidade que vai enfrentar como cidadão e como profissional.

Almeida e Valente (2011, p. 28) destacam o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) como outra forma metodológica a ser utilizada no contexto educacional. Assim, do mesmo modo que o currículo tem como uma de suas metas básicas o domínio da leitura e da escrita para empregá-las no desenvolvimento pessoal e profissional, na convivência, no contexto sociocultural e no pleno exercício da cidadania, hoje também é necessário que o currículo abarque os letramentos digitais e midiáticos de modo que crianças, jovens e adultos possam ler, escrever e aprender empregando as múltiplas linguagens de comunicação e expressão propiciadas pelas TDIC e mídias por elas veiculadas.

A informática vem ganhando espaço no âmbito educacional como um recurso didático pedagógico no processo da construção do conhecimento. Visto que, esta já faz parte do cotidiano e criam desafios aos docentes, os quais devem ter maior familiaridade com recursos digitais como internet, e-mail, hipertexto entre outros (Snyder, 2004 apud Almeida, 2011, p.23). Sendo assim, a construção do conhecimento deve perpassar pela apropriação e incorporação do uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC), proporcionando aos docentes e estudantes novas possibilidades, potencializando o processo ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, a criação de ambientes de aprendizagem interativos por meio das TDIC impulsiona novas formas de ensinar, aprender e interagir com o conhecimento, com o contexto local e global, propicia o desenvolvimento da capacidade de dialogar, representar o pensamento, buscar, selecionar informações e construir conhecimentos. (ALMEIDA E VALENTE 2011, p. 31)

Além disso, a interdisciplinaridade e a construção do raciocínio crítico devem ser construídas pelo uso de técnicas metodológicas que tragam a realidade educacional para a sala de aula, proporcionando reflexão, discussão e avaliação, para a construção das disciplinas. Nesse intuito, desde o primeiro semestre do curso, as práticas profissionais são integradas dentro de, pelo menos, três componentes curriculares. A Prática Profissional Integrada será desenvolvida ao longo do curso a partir de um planejamento prévio desenvolvido pelo Colegiado do Curso em conjunto com os professores que ministram aulas no semestre, a fim de oportunizar aos discentes vivências na área do curso.

O currículo e a metodologia poderão sofrer adaptações ou flexibilização, de acordo com o diagnóstico de discentes com necessidades específicas, a fim de garantir o processo de ensino-aprendizagem a todos os alunos do curso, praticando-se assim a educação inclusiva. A metodologia não deve ser trabalhada de forma amadora ou isolada em cada componente curricular, o professor ao utilizar uma metodologia deve documentar, registrar, refletir, discutir acerca do processo com a coordenação e assessoria pedagógica para que o método produza efeitos reais e se torne objeto de pesquisa para possíveis aprimoramentos.

Para que o aluno desenvolva um senso crítico, uma postura emancipatória enquanto sujeito no processo ensino-aprendizagem, e, conseqüentemente, venha a ser um profissional preparado para uma atuação voltada à transformação social, é imprescindível que as disciplinas desenvolvam vínculos entre

si, de forma a promover a interdisciplinaridade em ações conjuntas, tomando cuidado para evitar sobreposição de conteúdos programáticos. As atividades de trabalho discente efetivo, oportunidades de mobilidade acadêmica, realização de práticas profissionais, assim como as atividades complementares são estratégias metodológicas no processo de ensino-aprendizagem para assegurar a interdisciplinaridade e as relações entre teoria e prática. Estas estratégias metodológicas são concretizadas através do incentivo à participação em oficinas, seminários e simpósios na área, oportunidades de promoção de palestras, eventos acadêmicos e grupos de discussão, além da realização de estágios e cursos que complementem a formação do Tecnólogo em Gestão do Agronegócio.

4.3. Organização curricular

- I. A organização curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio observa as determinações legais presentes na Lei nº 9.394/96, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos Cursos Superiores de Tecnologia, normatizadas na Resolução CNE/CP nº 3/2002, as Diretrizes Institucionais para os cursos de Graduação do IF Farroupilha (Resolução nº 13/2014) e demais normativas institucionais e nacionais pertinentes ao ensino superior.
- II. A concepção do currículo do curso tem como premissa a articulação entre a formação acadêmica e o mundo do trabalho, possibilitando a articulação entre os conhecimentos construídos nas diferentes disciplinas do curso com a prática real de trabalho, propiciando a flexibilização curricular e a ampliação do diálogo entre as diferentes áreas de formação.
- III. A organização curricular do curso está organizada de forma a concretizar e atingir os objetivos a que o curso se propõe, desenvolvendo as competências necessárias ao perfil profissional do egresso, atendendo às orientações do Catálogo de Cursos Superiores de Tecnologia, à legislação vigente, às características do contexto regional e às concepções preconizadas no Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal Farroupilha.

- IV.** O currículo do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio está organizando a partir de 04 (quatro) núcleos de formação, a saber: Núcleo Comum, Núcleo Articulador, Núcleo Específico e Núcleo Complementar, os quais são perpassados pela Prática Profissional. O Núcleo Comum destina-se aos componentes curriculares necessários à formação em todos os cursos de tecnologia da Instituição, e os componentes curriculares de conteúdos básicos da área específica visando atender às necessidades de nivelamento dos conhecimentos necessários para o avanço do estudante no curso e assegurar uma unidade formativa nos cursos de tecnologia. O Núcleo Articulador contempla os componentes curriculares que perpassam os cursos de tecnologia do Eixo Tecnológico de Recursos Naturais, visando uma identidade tecnológica entre os cursos deste eixo. O Núcleo Específico destina-se aos componentes curriculares específicos da área de formação do Agronegócio. O Núcleo Complementar compreende as atividades complementares e os componentes curriculares eletivos, visando à flexibilização curricular e a atualização constante da formação profissional.
- V.** A prática profissional deve permear todo o currículo do curso, desenvolvendo-se através da Prática Profissional Integrada e do estágio curricular supervisionado. Essa estratégia permite a constante integração teórica e prática e a interdisciplinaridade, assegurando a sólida formação dos estudantes.
- VI.** Os conteúdos especiais obrigatórios, previstos em Lei, estão contemplados nas disciplinas e/ou demais componentes curriculares que compõem o currículo do curso, conforme as especificidades previstas legalmente:
- VII.** I – Educação ambiental – esta temática é trabalhada de forma transversal no currículo do curso, em especial na disciplina de Gestão Ambiental, e nas atividades complementares do curso, tais como workshop/palestras, oficinas, semanas acadêmicas, entre outras, constituindo-se em um princípio fundamental da formação do tecnólogo.
- VIII.** II – História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena – está presente como conteúdo nas disciplinas de Ética Profissional e Sociologia Rural. Essa temática também se fará presente nas atividades complementares do curso, realizadas no âmbito da instituição, tais como palestras, oficinas, semanas acadêmicas, entre outras. Além das atividades curriculares, o *Campus* conta com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena (NEABI) que desenvolve atividades formativas voltadas para os estudantes e servidores.
- IX.** III – Educação em Direitos Humanos – está presente como conteúdo em disciplinas que guardam maior afinidade com a temática, como Ética Profissional e Sociologia Rural. Essa temática também se fará presente nas atividades complementares do curso, realizadas no âmbito da instituição, tais como palestras, oficinas, semanas acadêmicas, entre outras. Além das atividades curriculares, o *Campus* conta com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena (NEABI) que desenvolve atividades formativas sobre essa temática voltadas para os estudantes e servidores.
- X.** IV – Libras – está presente como disciplina eletiva no currículo.
- Além dos conteúdos obrigatórios listados acima, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio desenvolve, de forma transversal ao currículo, atividades relativas à temática de educação para a diversidade, visando à formação voltada para as práticas inclusivas, tanto em âmbito institucional, quanto na futura atuação dos egressos no mundo do trabalho.

4.4. Matriz Curricular

1º semestre	Código	Componentes Curriculares	C.H. Total	C.H. Semanal
		Leitura e Produção Textual	36	2
		Metodologia Científica	36	2
		Informática	36	2
		Matemática	72	4
		Fundamentos do Agronegócio	36	2
		Fundamentos de Produção Vegetal	72	4
		Fundamentos de Produção Animal	72	4
			360	20

2º semestre	Código	Componentes Curriculares	C.H. Total	C.H. Semanal
		Estatística	72	4
		Ética Profissional	36	2
		Fundamentos de Economia	36	2
		Empreendedorismo	36	2
		Gestão do Agronegócio I	36	2
		Contabilidade Rural	36	2
		Fundamentos da Ciência do Solo	72	4
		Cadeia Produtiva da Aquicultura	36	2
		360	20	

3º semestre	Código	Componentes Curriculares	C.H. Total	C.H. Semanal
		Matemática Financeira	36	2
		Sociologia Rural	36	2
		Introdução a Tecnologia de Alimentos	72	4
		Gestão do Agronegócio II	36	2
		Comercialização de Produtos Agropecuários	72	4
		Gestão em Recursos Hídricos	36	2
		Agrometeorologia	36	2
		Cadeia Produtiva de Animais Não Ruminantes I	36	2
		360	20	

4º semestre	Código	Componentes Curriculares	C.H. Total	C.H. Semanal
		Administração Rural I	36	2
		Segurança Alimentar e Sustentabilidade	36	2
		Direito Agrário e Legislação Rural	36	2
		Cadeia Produtiva de Animais Não Ruminantes II	36	2
		Fitossanidade	36	2
		Mecanização e Agricultura de Precisão	72	4
		Cadeia produtiva de Culturas Anuais	72	4
		Eletiva I	36	2
		360	20	

m se	Código	Componentes Curriculares	C.H. Total	C.H. Semanal

		Cooperativismo e Associativismo	36	2
		Administração Rural II	72	4
		Contabilidade e Custos	36	2
		Cadeia Produtiva de Animais Ruminantes I	36	2
		Cadeia Produtiva de Olericultura	36	2
		Agroecossistemas e Agroenergia	72	4
		Cadeia Produtiva de Fruticultura e Silvicultura	36	2
		Eletiva II	36	2
			360	20

	Código	Componentes Curriculares	C.H. Total	C.H. Semanal
6º semestre		Gestão Ambiental	36	2
		Marketing no Agronegócio	36	2
		Gestão de Pessoas	36	2
		Planejamento e Projetos em Agronegócios	36	2
		Políticas Públicas no Agronegócio	36	2
		Extensão Rural	36	2
		Tecnologia de Pós-Colheita de Produtos Agrícolas	36	2
		Cadeia Produtiva de Animais Ruminantes II	72	4
		Eletiva III	36	2
			360	20

Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	200
Atividades Complementares de Curso	240

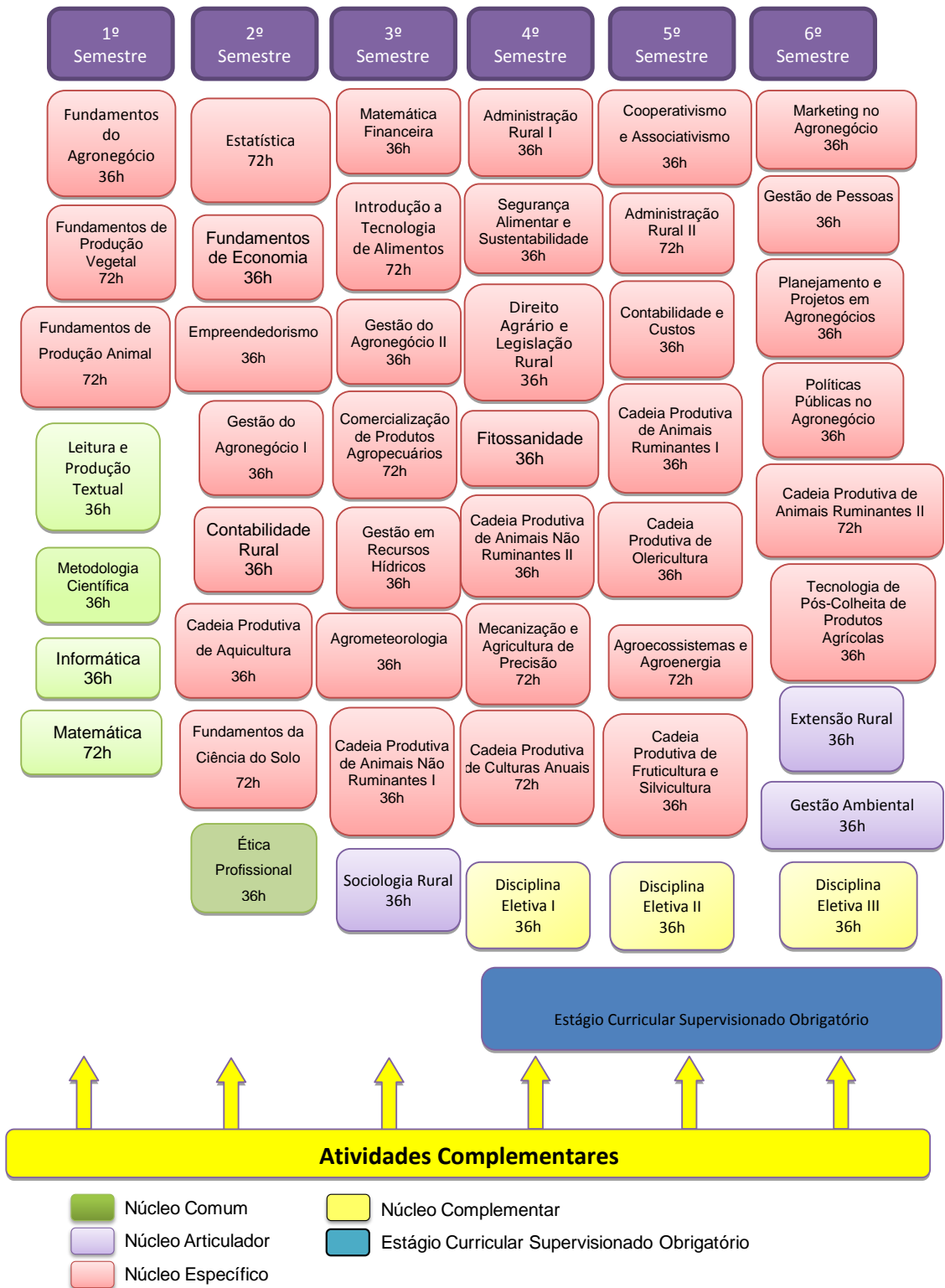
Componentes do Currículo	C.H.
Disciplinas	2160
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	200
Atividades Complementares de Curso	240
Carga Horária Total do Curso	2600

Legenda	
Disciplinas do Núcleo Específico	
Disciplinas do Núcleo Articulador	
Disciplinas do Núcleo Comum	
Disciplinas do Núcleo Complementar	
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	

4.4.1. Pré-Requisitos

Os componentes curriculares do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio não possuem pré-requisitos. Embora não exista a previsão de pré-requisitos, a matriz curricular foi planejada a partir de uma sequência de componentes curriculares que se interligam e se complementam, sendo, portanto recomendado que esta proposta seja seguida pelos estudantes. Situações que desobedeçam esta sequência curricular, comprometendo o aproveitamento do estudante, deverão ser analisadas pelo colegiado do curso.

4.1. Representação gráfica do perfil de formação



4.2. Prática Profissional

4.2.1. Prática Profissional Integrada

A Prática consiste em uma metodologia de ensino que visa assegurar um espaço/tempo no currículo que possibilite a articulação entre os conhecimentos construídos nas diferentes disciplinas do curso com a prática real de trabalho, propiciando a interdisciplinaridade e flexibilização curricular e a ampliação do diálogo entre as diferentes áreas de formação.

A Prática Profissional Integrada desenvolve-se com vistas a atingir o perfil profissional do egresso, tendo como propósito integrar os componentes curriculares formativos, ultrapassando a visão curricular como conjuntos isolados de conhecimentos e práticas desarticuladas e favorecer a integração entre teoria e prática, trabalho manual e intelectual, formação específica e formação básica ao longo do processo formativo.

O planejamento, desenvolvimento e avaliação das PPIs, deverão levar em conta as particularidades da área de conhecimento do curso, para que se atendam os objetivos formativos, a partir de atividades coerentes com seu projeto pedagógico e passíveis de execução.

São objetivos específicos das Práticas Profissionais Integradas:

I - aprofundar a compreensão do perfil do egresso e áreas de atuação do curso;

II - aproximar a formação dos estudantes com o mundo de trabalho;

III - articular horizontalmente o conhecimento dos componentes curriculares envolvidos, oportunizando o espaço de discussão e espaço aberto para entrelaçamento com outras disciplinas, de maneira que as demais disciplinas do curso também participem desse processo;

IV - integrar verticalmente o currículo, proporcionando uma unidade em todo o curso, compreendendo uma sequência lógica e crescente complexidade de conhecimentos teóricos e práticos, em contato com a prática real de trabalho;

V - incentivar a produção e a inovação científico-tecnológica, e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho, de acordo com as peculiaridades territoriais, econômicas e sociais em que o curso está inserido;

VI - constituir-se como espaço permanente de reflexão-ação-reflexão envolvendo todo o corpo docente do curso no seu planejamento,

permitindo a autoavaliação do curso e, consequentemente, o seu constante aperfeiçoamento;

VII - incentivar a pesquisa como princípio educativo;

VIII - promover a interdisciplinaridade;

IX - promover a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A PPI deve ser realizada por meio de estratégias de ensino que contextualizem a aplicabilidade dos conhecimentos construídos no decorrer do processo formativo, problematizando a realidade e fazendo com que os estudantes, por meio de estudos, pesquisas e práticas, desenvolvam projetos e ações baseados na criticidade e na criatividade.

A PPI do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio terá na sua organização curricular, o percentual de 5% da carga horária das disciplinas obrigatórias do curso. Cada semestre letivo terá no mínimo três disciplinas com carga horária de PPI, sendo sua organização e distribuição definida em reunião do Colegiado do Curso a cada semestre letivo em vigor.

A PPI será planejada, preferencialmente antes do início do semestre letivo na qual será desenvolvida ou, no máximo, até trinta dias úteis a contar do primeiro dia letivo do semestre no qual será desenvolvida, e deverá prever, obrigatoriamente:

I - Plano de Trabalho da PPI, planejado pelo colegiado do curso, com a definição das disciplinas que integrarão, diretamente, este Plano de Trabalho;

II - as disciplinas a integrarem o Plano de Trabalho de PPI serão estabelecidas com base no perfil profissional do egresso e na temática proposta no Plano de Trabalho da PPI;

III - definição clara dos objetivos, conteúdos, conhecimentos e habilidades a serem desenvolvidos durante o Plano de Trabalho da PPI;

IV - estratégias de realização da PPI, tais como visitas técnicas, oficinas, projetos integrados, estudos de caso, experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, como laboratórios, oficinas, ateliês e outros; também investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa e/ou intervenção, simulações, entre outras formas de integração previstas no Plano de Trabalho de PPI consoantes às Diretrizes Institucionais para os Cursos Superiores de Graduação do IF Farroupilha;

V - carga horária total do Plano de Trabalho de PPI, especificando-se a carga horária destinada ao registro no cômputo da carga horária de cada disciplina envolvida diretamente na PPI;

VII - formas de avaliação das atividades desenvolvidas na PPI:

a) a avaliação deverá ser integrada entre as disciplinas diretamente envolvidas;

b) o(s) instrumento(s) de avaliação das PPIs deverá(ão) ser utilizado(s) como um dos instrumentos para avaliação de cada disciplina diretamente envolvida;

VIII - resultados esperados na realização da PPI, prevendo, preferencialmente, o desenvolvimento de uma produção e/ou produto (escrito, virtual e/ou físico) conforme o Perfil Profissional do Egresso, bem como a realização de momento de socialização entre os estudantes e os docentes do curso por meio de seminário, oficina, dentre outros, ao final de cada período letivo e ao final do curso, visando integrar horizontal e verticalmente as Práticas Profissionais Integradas no desenvolvimento do curso.

Os professores envolvidos diretamente no Plano de Trabalho de PPI serão responsáveis pelo acompanhamento, registro e comprovação da realização das atividades previstas. O registro das atividades de PPI será realizado no diário de classe de cada disciplina indicada no Plano de Trabalho da PPI conforme a carga horária específica destinada a cada uma das disciplinas. Poderão ser previstas, no Plano de Trabalho de PPI, atividades no contra turno, cuja forma de desenvolvimento, acompanhamento, comprovação de realização das atividades e equivalência de carga horária em horas aula deverá ser prevista no Plano de Trabalho de PPI.

4.2.2. Estágio Curricular Supervisionado

Com base nas Resoluções 48/2010 e 013/2014 do IF Farroupilha, bem como na Lei Nacional Nº 11.788/2008, o estágio curricular supervisionado, como um dos instrumentos para a prática profissional no curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio tem o objetivo de articular os conhecimentos construídos durante o curso à prática real de trabalho na área. As modalidades de Estágio Curricular Supervisionado, previstas nos cursos do Instituto Federal Farroupilha, são:

- Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório;
- Estágio Curricular Supervisionado Não-Obrigatório.

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório é requisito para obtenção do diploma, propiciando ao estudante a complementação do processo de ensino-aprendizagem. O Estágio Curricular Supervisionado Não-Obrigatório é direito do estudante, realizado como atividade opcional, sendo obrigatória a prévia tramitação pelo Setor de Estágios. O Estágio Curricular Supervisionado Não-Obrigatório pode ser aproveitado no currículo na forma de atividade complementar, conforme normas de Atividade Complementar do Curso. A realização de Estágio Curricular Supervisionado, em ambas as modalidades, deve atender a regulamentação específica de estágio do Instituto Federal Farroupilha.

O Estágio Curricular Supervisionado poderá ser realizado em empresas públicas ou privadas, cooperativas e organizações do Agronegócio, propriedades rurais, órgãos de prestação de serviços nos diversos setores da economia, instituições de ensino, pesquisa e extensão tanto nacional quanto internacional, desde que previamente oficializadas com a Entidade Educacional e que apresentem condições de proporcionar experiências na área de formação do educando. Profissionais liberais com registros em Conselhos Profissionais, que atendam às condições legais, podem receber estagiários de área afim.

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Farroupilha e a Instituição onde será desenvolvido o Estágio caracterizarão e definirão o Estágio Curricular Supervisionado por meio de Termos de Compromisso de Estágio Curricular Supervisionado. Será possível a realização de Estágio Curricular Supervisionado no exterior, obedecidas às mesmas regras estabelecidas para estágios no país e sendo o Termo de Compromisso de Estágio Curricular Supervisionado firmado em idioma nacional e estrangeiro. Neste caso os documentos deverão obrigatoriamente ser encaminhados à Pró-Reitoria de Extensão, que fará análise e solicitará parecer da Procuradoria Jurídica junto ao Instituto Federal Farroupilha.

A jornada diária do estágio será compatível com o horário escolar do estudante e não poderá prejudicar suas atividades escolares. De acordo com a legislação vigente os alunos de ensino superior e da educação profissional poderão

cumprir uma carga horária máxima de estágio de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais. Nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, o aluno em estágio poderá ter jornada de até 8 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais.

O tempo previsto para Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório será contado a partir do início do período letivo, precedido de matrícula no componente curricular e cumprirá as etapas previstas no Plano de Ensino deste componente. O acadêmico que deixar de cumprir as atividades de Estágio Curricular Supervisionado nas datas previstas e não oficial o Departamento/Diretoria de Extensão e o Professor Orientador perderá o direito de conclusão de seu Estágio naquele semestre letivo. Os estágios que apresentam duração prevista igual ou superior a 01 (um) ano, deverão contemplar a existência de período de recesso, concedido preferencialmente junto com as férias escolares, de acordo com a legislação em vigor.

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório no Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio terá duração de 200 horas, devendo iniciar a partir da segunda metade do curso, a partir do momento em que o aluno tenha cursado 1200 horas em componentes curriculares obrigatórios (entre disciplinas e atividades complementares).

A Avaliação do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório deve ser realizada em conjunto pelo docente orientador de estágio do Curso e pelo supervisor de estágio da instituição onde foi desenvolvido, mediante preenchimento de formulário próprio. Uma vez concluído o Estágio, o aluno deverá entregar o Relatório de Estágio Curricular Supervisionado assinado pelo Professor Orientador, à Diretoria/Coordenação de Extensão e participar da Defesa de Estágio perante uma Banca de Avaliação, conforme calendário a ser estabelecido pelas Coordenações responsáveis. A assinatura do Professor Orientador subentende que ele aprovou o Relatório, segundo os critérios mínimos de aprovação. Os instrumentos para a avaliação do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio serão: Ficha de Avaliação da Instituição onde foi realizado o estágio; Relatório de Estágio; Explicação oral perante a Banca Avaliadora. Será aprovado o aluno que obtiver a nota mínima 7,0 (sete) na referida avaliação.

A carga horária de estágio, bem como a avaliação do estágio, deve ser integralizada no prazo do período letivo em que está matriculado, ao contrário, o aluno será reprovado no estágio devendo realizar nova matrícula no semestre de oferta seguinte e concluir o estágio observado o prazo para integralização do curso.

O estudante poderá, ao longo do curso, realizar estágio não obrigatório em instituições que o IF Farroupilha – Campus Santo Ângelo possua convênio. A realização do estágio não obrigatório não dispensa o estudante da realização do estágio curricular obrigatório para o curso, quando previsto.

As atividades complementares visam contribuir para uma formação ampla e diversificada do licenciando, a partir de vivências e experiências realizadas para além do âmbito do curso ou da instituição, valorizando a pluralidade de espaços educacionais e incentivando a busca pelo conhecimento.

No Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio caracterizam-se como atividades complementares aquelas voltadas ao ensino, pesquisa, extensão e gestão, realizadas em âmbito institucional ou em outros espaços institucionais, com carga horária de 240 horas, 10% da carga horária mínima do curso.

As atividades complementares devem ser realizadas para além da carga horária das atividades realizadas no âmbito dos demais componentes curriculares previstos no curso, sendo obrigatórias para a conclusão do curso e colação de grau.

A comprovação das atividades complementares se dará a partir da apresentação de certificado ou atestado emitido pela instituição responsável pela realização/oferta, no qual deve constar a carga horária da atividade realizada e a programação desenvolvida.

A coordenação do curso realizará o acompanhamento semestral do cumprimento da carga horária de atividades complementares pelos estudantes, podendo definir prazos para o cumprimento parcial da carga horária ao longo do curso.

A integralização da carga horária exigida para atividades complementares deverá ocorrer antes da conclusão do último semestre do curso pelo estudante, com a devida comprovação do cumprimento da carga horária.

São válidas como Atividades Complementares

Atividades	Carga horária máxima em todo o curso
Participação em cursos extracurriculares na área	200 horas
Participação em congressos ou jornadas nacionais e/ou internacionais como participante	200 horas
Participação em congressos ou jornadas nacionais e/ou internacionais com apresentação de trabalho (como apresentador do trabalho)	
Participação em congressos ou jornadas nacionais e/ou internacionais com apresentação de trabalho (como colaborador do trabalho)	50 horas
Cursos de extensão (como ministrantes/palestrante do curso)	100 horas
Cursos de extensão (como participantes do curso)	60 horas
Assessoria de cursos (presenciais e a distância) na área do curso	60 horas
Cursos à distância em áreas afins	120 horas
Cursos de línguas (inglês, espanhol, italiano, alemão, etc.) presenciais	80 horas
Cursos de línguas (inglês, espanhol, italiano, alemão, etc.) desenvolvidos a distância	80 horas
Programas de incentivo da própria instituição: monitorias e outros programas do IF Farroupilha – <i>Campus Santo Ângelo</i>	100 horas
Programas de incentivo da própria instituição: programas de iniciação científica do IF Farroupilha – <i>Campus Santo Ângelo</i> com bolsa de incentivo	150 horas
Programas de incentivo da própria instituição: programas de iniciação científica do IF Farroupilha – <i>Campus Santo Ângelo</i> sem bolsa de incentivo	100 horas
Programas de incentivo da própria instituição: programas de iniciação científica de órgãos de fomento a pesquisa (FAPERGS, CAPES, CNPQ) com bolsa de incentivo	200 horas
Programas de incentivo da própria instituição: programas de iniciação científica de órgãos de fomento a pesquisa (FAPERGS, CAPES, CNPQ) sem bolsa de incentivo	150 horas
Programas de incentivo da própria instituição: projetos de extensão do IF Farroupilha – <i>Campus Santo Ângelo</i> com bolsa de incentivo	150 horas
Programas de incentivo da própria instituição: projetos de extensão do IF Farroupilha – <i>Campus Santo Ângelo</i> sem bolsa de incentivo	100 horas
Programas de incentivo da própria instituição: projetos de extensão externos com bolsa de incentivo	200 horas
Programas de incentivo da própria instituição: projetos de extensão externos sem bolsa de incentivo	150 horas
Publicações: artigos publicados em revista da instituição e/ou congresso da área (30 horas por artigo)	200 horas
Publicações: artigos publicados em revista nacional (40 horas por artigo)	200 horas
Publicações: artigos publicados em revista internacional (60 horas por artigo)	200 horas
Produção de material técnico na área com certificação (60 horas por material produzido)	200 horas
Tutoria de ensino a distância na área	100 horas
Tutoria em polos presenciais na área	150 horas
Organização de eventos na área	120 horas
Visitas técnicas supervisionadas	80 horas
Estágios curriculares não obrigatórios	200 horas
Disciplinas cursadas em outros cursos nas áreas afins	150 horas
Dias de campo e participação em feiras agropecuárias	150 horas
Outras atividades ligadas à área do curso (representação estudantil, participação em comissões, conselhos, colegiados, etc.)	100 horas
Participação em bancas avaliadoras na área do curso	60 horas

4.3. Disciplinas Eletivas

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio contempla a oferta de disciplinas eletivas, num total de 108 horas, a partir do 4º semestre. O curso deverá disponibilizar, no mínimo, 03 disciplinas eletivas para a escolha da turma, através de Edital, no semestre anterior à oferta de disciplina eletiva, que considerará as

condições de infraestrutura e de pessoal da instituição.

Estas disciplinas propiciarão discussões e reflexões frente à realidade regional na qual o curso se insere, oportunizando espaços de diálogo, construção do conhecimento e de tecnologias importantes para o desenvolvimento da sociedade.

São possibilidades de disciplinas eletivas:		
	Componentes Curriculares	Carga Horária
Componentes Eletivos	Libras	36
	Espanhol Instrumental	36
	Inglês Instrumental	36
	Tópicos Avançados em Economia Solidária	36
	Tópicos Avançados em Informações Gerenciais	36
	Tópicos Avançados em Qualidade Total	36
	Tópicos Avançados em Produção e Tecnologia de Sementes	36
	Tópicos Avançados em Uso, Manejo e Conservação do Solo	36
	Tópicos Avançados de Adversidades Climáticas	36

Poderão ser acrescentadas novas disciplinas eletivas ao PPC do curso a partir de solicitação realizada pelo docente e aprovada pelo NDE e Colegiado do Curso, devendo ser publicadas à comunidade acadêmica.

Poderá ser validada como disciplina eletiva, aquela realizada pelo estudante em outro curso superior, desde que aprovada pela coordenação e/ou colegiado do curso, e atenda à carga horária mínima exigida.

Em caso de reprovação em disciplina eletiva, o estudante poderá realizar outra disciplina eletiva ofertada pelo curso, não necessariamente repetir aquela em que obteve reprovação.

4.4. Avaliação

4.4.1. Avaliação da Aprendizagem

A Avaliação da Aprendizagem nos cursos do Instituto Federal Farroupilha segue o disposto no Regulamento da Avaliação do Rendimento Escolar, aprovado pela Resolução nº 04, de 22 de fevereiro de 2010, com esclarecimentos na Instrução Normativa nº 03/2010/PRENSINO. De acordo com o regulamento e com base na Lei 9394/96, a avaliação deverá ser contínua e cumu-

lativa, assumindo, de forma integrada, no processo de ensino-aprendizagem, as funções diagnóstica, formativa e somativa, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A verificação do rendimento escolar é feita de forma diversificada e sob um olhar reflexivo dos envolvidos no processo, podendo acontecer através de provas escritas e/ou orais, trabalhos de pesquisa, seminários, exercícios, aulas práticas, auto-avaliações e outros. A fim de atender às peculiaridades do conhecimento envolvido nos componentes curriculares e às condições individuais e singulares do (a) aluno (a), oportunizando a expressão de concepções e representações construídas ao longo de suas experiências escolares e de vida. Em cada componente curricular, o professor deve oportunizar no mínimo dois instrumentos avaliativos.

A recuperação da aprendizagem deverá ser realizada de forma contínua no decorrer do período letivo, visando que o (a) aluno (a) atinja as competências e habilidades previstas no currículo, conforme normatiza a Lei nº 9394/96.

Os resultados da avaliação do aproveitamento são expressos em notas. As notas deverão ser expressas com uma casa após a vírgula sem arredondamento. A nota mínima para aprovação é

7,0. Caso o estudante não atinja média 7,0, terá direito ao exame final. A nota para aprovação após exame é 5,0, considerando o peso 6,0 para a nota obtida antes do exame e peso 4,0 para a nota da prova do exame.

4.4.2. Autoavaliação Institucional

A autoavaliação institucional deve orientar o planejamento das ações vinculadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, bem como a todas as atividades que lhe servem de suporte. O IF Farroupilha conta com a Comissão Própria de Autoavaliação Institucional, que é responsável por conduzir a prática de autoavaliação institucional. O regulamento em vigência da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Instituto Federal Farroupilha foi aprovado através Resolução CONSUP 073/2013, sendo a CPA composta por uma Comissão Central, apoiada pela ação dos núcleos de autoavaliação em cada *Campus* da instituição.

Considerando a autoavaliação institucional um instrumento norteador para a percepção da instituição como um todo é imprescindível entendê-la na perspectiva de acompanhamento e trabalho contínuo, no qual o engajamento e a soma de ações favorecem o cumprimento de objetivos e intencionalidades.

Os resultados da autoavaliação relacionados ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Agronegócio serão tomados como ponto de partida para ações de melhoria em suas condições físicas e de gestão.

4.4.3. Avaliação do Curso

A Educação Superior é avaliada em âmbito Nacional a partir do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES, o qual tem como finalidade a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (Lei nº 10.861/2004).

O SINAES normatiza a avaliação da educação superior a partir de três perspectivas: Avaliação

de Desempenho dos Estudantes, realizada através do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE, conforme o ciclo de avaliação de cursos, estabelecido por normativa própria, constituindo-se em componente curricular obrigatório dos cursos de graduação; Avaliação Externa de Cursos Superiores e Instituições, sendo que a avaliação externa de cursos tem como objetivo avaliar as condições do curso para o seu reconhecimento e/ou renovação de reconhecimento, resultando em ato de reconhecimento ou renovação de reconhecimento, e a avaliação externa de instituições tem o objetivo de avaliar as condições para a oferta de ensino superior, resultando em ato de credenciamento ou recredenciamento para a oferta de ensino superior; Autoavaliação Institucional, realizada institucionalmente, no âmbito da CPA, com vistas a avaliar o desenvolvimento institucional e reorientar o planejamento, quando necessário, a fim de garantir a qualidade da educação ofertada. O resultado de qualidade insuficiente sujeita a instituição às medidas de regulação e supervisão no âmbito do Ministério da Educação.

Os resultados da avaliação externa dos cursos superiores e da autoavaliação institucional devem ser utilizados como subsídio para a avaliação do curso no âmbito do Núcleo Docente Estruturante, Colegiado de Curso e do respectivo Grupo de Trabalho, em conjunto com a Direção Geral e de Ensino, para fins de realização de melhorias contínuas. Os cursos devem manter práticas de autoavaliação periódicas, através de instrumentos construídos no âmbito do Núcleo Docente Estruturante e do Colegiado de Curso, a fim de complementar o processo avaliativo. O Instituto Federal Farroupilha, através da Pró-Reitoria de Ensino, Direção de Ensino dos Campi e Coordenações de Curso Superior, deve desenvolver ações periódicas com vistas à informação e divulgação dos resultados da Avaliação do Ensino Superior, promovendo ações de valorização e melhoria dos resultados, quando necessário.

4.5. Critérios e procedimentos para aproveitamento de estudos anteriores

De acordo com a LDB 9394/96, o conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Entende-se por Certificação de Conhecimentos Anteriores a dispensa de frequência em componente curricular do curso do Instituto Federal Farroupilha em que o estudante comprove excepcional domínio de conhecimento através da realização de avaliação teórica e/ou prática.

A avaliação será realizada sob a responsabilidade de Comissão composta pelo(s) professor(es) da área de conhecimento, a qual estabelecerá os procedimentos e os critérios para a avaliação, de acordo com as ementas dos componentes curriculares para o qual solicita a certificação de conhecimentos. O resultado mínimo da avaliação para obtenção de certificação em componente curricular deverá ser de 7,0.

A avaliação para Certificação de Conhecimentos Anteriores poderá ocorrer por solicitação fundamentada do estudante, que justifique a excepcionalidade, ou por iniciativa de professores do curso.

Não se aplica a Certificação de Conhecimentos Anteriores para o componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) bem como para Estágio Curricular Supervisionado.

Os procedimentos para a solicitação de certificação de conhecimentos seguem o disposto nas Diretrizes Curriculares Institucionais para os cursos superiores de Graduação do IF Farroupilha.

4.6. Certificação Intermediária

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio não prevê certificação parcial aos alunos. O acadêmico que requerer uma terminabilidade específica deverá encaminhar o pedido ao colegiado do Curso o qual julgará o mérito da questão, de acordo com as disciplinas cursadas e com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

4.7. Expedição de Diploma e Certificados

O estudante que frequentar todos os componentes curriculares previstos no curso, tendo obtido aproveitamento satisfatório e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das horas-aula em cada um deles, antes do prazo máximo para a integralização do curso, receberá o diploma de concluinte do curso, após realizar a colação de grau na data agendada pela instituição.

As normas para expedição de Diplomas, Certificados e Históricos Escolares finais estão normatizadas através de regulamento próprio.

4.8. Ementário

4.8.1. Componentes curriculares obrigatórios

1º semestre

Componente Curricular: Leitura e Produção Textual	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 1º semestre
Ementa	
Concepções de leitura: leitura crítica e compreensão dos vários gêneros textuais. Conceitos relativos à produção textual. Estratégias de planejamento do texto escrito. Práticas de escrita de diversos gêneros textuais com predomínio de sequências textuais argumentativas e expositivas.	
Bibliografia Básica	
BECHARA, E. Moderna Gramática Portuguesa . 37a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. FERREIRA, M. Aprender e Praticar Gramática . São Paulo: FTD, 2007. MARTINS, D. S.; ZILBERKNOP, L. S. Português instrumental : de acordo com as atuais normas da ABNT. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2010.	
Bibliografia Complementar	
ANDRADE, M. M. de. Comunicação em língua portuguesa . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006. FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Para entender o texto: leitura e redação . 17. ed. São Paulo: Ática, 2010. GUEDES, P. C. Da redação à produção textual: o ensino da escrita . São Paulo: Parábola, 2012. KOCH, I. G. V. A coesão textual . São Paulo: Contexto, 2009. KÖCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa . 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.	

Componente Curricular: Metodologia Científica	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 1º semestre
Ementa	
Tipos de Conhecimento. Produção do Conhecimento Científico. Métodos, abordagens e tipos de pesquisa. Planejamento de pesquisa. Estrutura e organização dos gêneros acadêmico-científicos (artigo, relatório, projeto de pesquisa). Normas técnicas de apresentação de trabalhos acadêmico-científicos. Ética na pesquisa.	
Bibliografia Básica	
CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, R. Metodologia científica . 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003. KÖCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa . 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. RUIZ, J. Á. Metodologia Científica: guia para eficiência dos estudos . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.	
Bibliografia Complementar	
CRUZ, A. C.; PEROTA, M. L. L. R.; MENDES, M. T. R. Elaboração de Referências (NBR 6023/2002) . 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2007. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011. MATIAS-PEREIRA, J. Manual de metodologia da pesquisa científica . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. MINAYO, M. C. de S. (Org). Pesquisa Social: teoria, criatividade e método . 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.	

Componente Curricular: Informática	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 1º semestre
Ementa	
Introdução à informática. Sistemas Operacionais. Redes de Computadores e Internet. Editor de Textos. Planilha Eletrônica. Apresentador de Slides. Softwares aplicados ao curso.	
Bibliografia Básica	
NORTON, P. Introdução à informática . São Paulo: Pearson, 2009. MEIRELLES, F. de S. Informática: novas aplicações com microcomputadores . São Paulo: Pearson Makron Books, 2004. VELOSO, F. Informática: conceitos básicos . Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.	
Bibliografia Complementar	
BARRIVIERA, R.; OLIVEIRA, E. D. Introdução à Informática . Curitiba: Livro Técnico, 2010. GORDON, S. R. Sistemas de informação: uma abordagem gerencial . 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006. MANZANO, A.; MANZANO, M. I. Informática básica . São Paulo: Érica, 2012. MARÇULA, M.; BENINI FILHO, P. A. Informática: conceitos e aplicações . São Paulo: Érica, 2010. MANZANO, A. Estudo Dirigido – Microsoft Windows 7 Ultimate . São Paulo: Érica, 2010.	

Componente Curricular: Matemática	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 1º semestre
Ementa	
Matemática básica: regra de três e porcentagem. Tópicos de geometria espacial: áreas e volumes. Sistemas lineares. Funções: noções gerais (domínio, imagem, contradomínio); função polinomial; função exponencial; função logarítmica; funções trigonométricas (seno, cosseno, tangente). Limites: noções de limite; limite e continuidade. Derivadas: interpretação geométrica, regras básicas de derivação e aplicações.	
Bibliografia Básica	
ÁVILA, G. Introdução ao cálculo . Rio de Janeiro: LTC, 1998. HOFFMANN, L.D.; BRADLEY, G. L. Cálculo: um curso moderno e suas aplicações . Rio de Janeiro: LTC, 2008.	

SHITSUKA, Ricardo et al. Matemática fundamental para tecnologia . São Paulo: Érica, 2009.	
Bibliografia Complementar	
GUIDORIZZI, H. L. Um curso de cálculo . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001.	
IEZZI, G. Fundamentos de Matemática Elementar: Geometria Analítica . 5. ed. São Carlos: Atual, 2005.	
LEITHOLD, L. O cálculo com geometria analítica . 3. ed. São Paulo: Harbra, 1994.	
PAIVA, M. Matemática . Volume único, 2 ed. São Paulo: Moderna, 2003.	
SILVA, S. et al. Matemática para os cursos de economia, administração e ciências contábeis . vol. 1, 6 ed. São Paulo: Atlas, 2010.	

Componente Curricular: Fundamentos do Agronegócio	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 1º semestre
Ementa	
Origem e evolução do agronegócio. Agronegócios: conceitos e dimensões. Estudos de cadeias produtivas e sistemas agroindustriais. Evolução da gestão e inovação tecnológica no agronegócio. Visão sistêmica do agronegócio. Agronegócio e sua inter-relação com o desenvolvimento econômico. Mercado mundial de agronegócio: oportunidades; desafios e regulação.	
Bibliografia Básica	
BATALHA, M. O. Gestão Agroindustrial . Vol. 1.3 ed. São Paulo: Atlas, 2001.	
BATALHA, M. O. Gestão Agroindustrial . Vol. 2.3 ed. São Paulo: Atlas, 2001.	
ZYLBERSZTAJN, D. Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares . São Paulo: Pioneira, 2000.	
Bibliografia Complementar	
HARDING, H. A. Administração da produção . Tradução José Marques Junior. São Paulo: Atlas, 1981.	
MONTROYA, M. A.; ROSSETTO, C. R. Abertura econômica e competitividade no agronegócio brasileiro . Passo Fundo: UPF, 2002. 1v.	
MONTROYA, M. A.; ROSSETTO, C. R. Abertura econômica e competitividade no agronegócio brasileiro . Passo Fundo: UPF, 2002. 2v.	
NEVES, M. F.; CHADAD, F. R.; LAZZARINI, S. G. Gestão de negócios em alimentos . São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.	
NEVES, M. F. Agronegócio e desenvolvimento sustentável: uma agenda para liderança mundial na produção de alimentos e bionergia . São Paulo: Atlas, 2009.	

Componente Curricular: Fundamentos de Produção Vegetal	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 1º semestre
Ementa	
Histórico da Agricultura. Principais órgãos das plantas e suas funções. Nutrição mineral nas plantas. Absorção e translocação de água e solutos nas plantas. Mercados, crescimento e desenvolvimento vegetal integrados.	
Bibliografia Básica	
MAZOYER, M. E ROUDART, L. História das agriculturas do mundo . Lisboa: Instituto Piaget, 2001.	
REICHARDT, K.; TIMM, L. C. Solo, planta e atmosfera: conceitos, processos e aplicações . 2. ed. Barueri: Manole, 2012.	
TAIZ, L.; ZEIGER, E. Fisiologia Vegetal . 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.	
Bibliografia Complementar	
CUTTER, E. G. Anatomia vegetal: parte I – células e tecidos . 2. ed. São Paulo: Roca, 1986.	
CUTTER, E.G. Anatomia vegetal: parte II – órgãos . 2. ed. São Paulo: Roca, 1986.	
FERREIRA, A. G.; BORGHETTI, F. (Org.). Germinação: do básico ao aplicado . Porto Alegre: Artmed, 2004.	
FERRI, Mário Guimarães. Botânica: morfologia externa das plantas (organografia) . São Paulo: Nobel, 1981.	
NULTSCH, Wilhaelm. Botânica geral . 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.	

Componente Curricular: Fundamentos da Produção Animal	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 1º semestre
Ementa	
Introdução à zootecnia. Generalidade e terminologia zootécnica. Noções gerais de sistemas de produção pecuária. Noções de pastagens. Noções de nutrição animal. Mercados e serviços zootécnicos. Noções gerais de cadeias de produções animais: avicultura de corte e postura; suinocultura; ovinocaprinocultura; aquicultura; bovinocultura de corte; bovinocultura de leite.	
Bibliografia Básica	
ANDRIGUETTO, J. M. et al. Nutrição animal . São Paulo: Nobel, v.1 e 2.1983.	
CUNNINGHAM, J. G. Tratado de fisiologia veterinária . 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.	
FRANDSON, R. D.; WILKE, W. L.; FAILS, A. D. Anatomia e fisiologia dos animais da fazenda . 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.	
Bibliografia Complementar	
BROOM, D. M.; FRASER, A. F. Comportamento e bem-estar de animais domésticos . 4. ed. Barueri: Manole, 2010.	
HAFEZ, B.; HAFEZ, E. S. E. (Ed.). Reprodução animal . 7. ed. Barueri: Manole, 2004.	
KINGHORN, B.; WERF, V. der W.; RYAN, M. Melhoramento Animal: uso de novas tecnologias . Piracicaba: FEALQ, 2006.	
MORENG, R. E.; AVENS, J. S. Ciência e produção de aves . São Paulo: Roca, 1990. VAZ, C. M.; SILVEIRA, L. Ovinos: o produtor pergunta, a Embrapa responde. Brasília: Embrapa, 2007.	

2º semestre	
Componente Curricular: Estatística	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 2º semestre
Ementa	
Introdução à estatística. Variáveis em estatística. Representação tabular e gráfica de dados estatísticos. Noções de	

amostragem. Estimativa. Análise exploratória de dados. Estatística Descritiva e inferencial. Noções de Probabilidade. Distribuição Normal. Análise de regressão e correlação linear. Introdução à estatística experimental; Princípios básicos de experimentação agrícola. Testes de significância. Usos de pacotes estatísticos.
Bibliografia Básica
IEZZI, G.; HAZZAN, S. Fundamentos de Matemática Elementar : Matemática comercial, matemática financeira, estatística descritiva. São Carlos: Atual, 2004. MUCELIN, C. A. Estatística . Curitiba: Livro Técnico, 2010. PIMENTEL GOMES, F.; GARCIA, C. H. Estatística aplicada a experimentos agrônômicos e florestais . Piracicaba: FEALQ, 2002.
Bibliografia Complementar
BARROS NETTO, B.; SCARMÍNIO, I.S.; BRUNS, R.E. Planejamento e otimização de experimentos . 2º Ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 1996. CRESPO, A. A. Estatística fácil . 19. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2009. MOORE, D. S., A Estatística básica e sua prática . Rio De Janeiro: LTC, 2005. SIDIA M. C. J. Bioestatística : princípios e aplicações. São Paulo: Artmed, 2004. VIEIRA, S.; HOFFMANN, R. Elementos de estatística . São Paulo: Ed. Atlas, 1990.

Componente Curricular: Ética Profissional	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 2º semestre
Ementa	
Ética como área da filosofia. Fundamentos antropológicos e morais do comportamento humano. Tópicos de ética na História da Filosofia Ocidental: problemas e conceitos fundamentais da moralidade. Relações humanas na sociedade contemporânea: Intolerância e Educação para a diversidade; Educação em direitos humanos. Ética aplicada: Ética empresarial e Ética profissional. Código de ética profissional.	
Bibliografia Básica	
GHIRALDELLI JÚNIOR, P. Filosofia e história da educação brasileira . 2. Ed. Barueri: Manole, 2009. GIDDENS, A. As consequências da modernidade . São Paulo: Ed. UNESP, 1990. TOURAINÉ. Crítica da modernidade . 9. Ed. Petrópolis: Vozes, 2009.	
Bibliografia Complementar	
HARVEY, D. Condição Pós-Moderna : uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 21. Ed. São Paulo: Loyola, 2011. MARCONDES, D. Textos básicos de ética : de Platão a Foucault. 5. ed. rev. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2007. MARCONDES, D. Textos básicos de filosofia : dos pré-socráticos a Wittgenstein. 5. ed. rev. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2007. MARTON, S. A irrecusável busca de sentido . São Paulo: Ateliê, 2004. NALINI, J.R. Ética geral e profissional . 6. Ed. São Paulo: Editora dos Tribunais, 2008.	

Componente Curricular: Fundamentos de Economia	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 2º semestre
Ementa	
Microeconomia: Fundamentos da economia. Funcionamento do mercado: demanda, oferta e equilíbrio. Custos de produção pela ótica econômica. Estudo das estruturas de mercado. Formação de preços de bens e de fatores de produção sob diferentes tipos de estruturas. Indicadores macroeconômicos. Desemprego. Juros, moeda e crédito. Taxa de câmbio. Inflação. Desenvolvimento econômico e distribuição de renda. Fundamentos da política macroeconomia (Política fiscal, monetária e cambial). A realidade da economia brasileira e seu papel na dinâmica internacional.	
Bibliografia Básica	
BROWNING, E., et al. Microeconomia . Teoria e Aplicação. São Paulo, 2014. ROSSETI, J. P. Introdução a economia . 17 ed. São Paulo: Atlas, 1997. VASCONCELOS, M. A. S. Economia micro e macro . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.	
Bibliografia Complementar	
BACHA, C. J. C. Macroeconomia aplicada à análise da economia brasileira . São Paulo: EDUSP, 2004. FARIA, L. H. L. Fundamentos de Economia . Curitiba. Ed.: Livro Técnico, 2012. GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S; TONETO JÚNIOR, R. Economia brasileira contemporânea . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010 IANNI, O. Era do Globalismo . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. VASCONCELLOS, M. A. S. et al. Manual de economia . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.	

Componente Curricular: Empreendedorismo	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 2º semestre
Ementa	
O Espírito empreendedor. Entendendo o mundo dos negócios. Focalizando o mundo dos negócios: Criatividade e Inovação. Cooperação e comprometimento para Criar. Análise de mercado. Plano de Negócio. Empreendedorismo no agronegócio, estudos de oportunidades de mercado nacional e mundial.	
Bibliografia Básica	
CHIAVENATO, I. Dando asas ao espírito empreendedor . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. DOLABELA, J. C. A. Empreendedorismo : transformando idéias em negócios. 2. ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2005. MAXIMIANO, A. C. A. Administração para empreendedores : fundamentos da criação e da gestão de novos negócios. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.	
Bibliografia Complementar	
BIRLEY, S.; MUZYKA, D. F. Dominando os desafios do empreendedor . São Paulo: Makron Books, 2001. CHIAVENATO, I. Os novos paradigmas : como as mudanças estão mexendo com as empresas. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003. DOLABELA, F. Oficina do empreendedor . Rio de Janeiro: Sextante, 2008.	

GITMAN, L. J. Administração Financeira : Princípios, Fundamentos e Práticas Brasileiras. Ed. <i>Campus</i> . 2002.
MARTINS, E. Contabilidade de Custos . 9.ed. São Paulo: Atlas, 2003. Atlas, 2008.

Componente Curricular: Gestão do Agronegócio I	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 2º semestre
Ementa	
Teoria dos Sistemas aplicado ao Agronegócio. Teorias dos Ciclos. Agriculturalização e desindustrialização. Os blocos econômicos (UE, BRICS, NAFTA, etc). Fusões e Aquisições. Enfoque micro, macro e mesoanalítico. Cadeias Produtivas Agroindustriais. Arranjos Produtivos Locais. Conjuntura e tendências do agronegócio. Estudos de Casos.	
Bibliografia Básica	
BATALHA, M. O. Gestão Agroindustrial . Vol. 1. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2001.	
BATALHA, M. O. Gestão Agroindustrial . Vol. 2. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2001.	
ZYLBERSZTAJN, D. Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares . São Paulo: Pioneira, 2000.	
Bibliografia Complementar	
HARDING, H. A. Administração da produção . Tradução José Marques Junior. São Paulo: Atlas, 1981.	
MONTROYA, M. A.; ROSSETTO, C. R. Abertura econômica e competitividade no agronegócio brasileiro . Passo Fundo: UPF, 2002. 1v.	
MONTROYA, M. A.; ROSSETTO, C. R. Abertura econômica e competitividade no agronegócio brasileiro . Passo Fundo: UPF, 2002. 2v.	
NEVES, M. F.; CHADAD, F. R.; LAZZARINI, S. G. Gestão de negócios em alimentos . São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.	
NEVES, M. F. Agronegócio e desenvolvimento sustentável : uma agenda para liderança mundial na produção de alimentos e bionergia. São Paulo: Atlas, 2009.	

Componente Curricular: Contabilidade Rural	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 2º semestre
Ementa	
Contabilidade: conceito, objetivos, campo de aplicação. Princípios Fundamentais de Contabilidade. Regimes contábeis. Balanço Patrimonial, Patrimônio Líquido. Ativo e Passivo. Escrituração contábil. Contas: conceito, classificação, funções, estrutura e Plano de Contas. Demonstrativo de Resultado do Exercício. Demonstrações de Lucros e Prejuízos acumulados e Fluxo de Caixa. A contabilidade como instrumento de avaliação, decisão e controle das atividades rurais. Interferências governamentais. Peculiaridades da atividade rural.	
Bibliografia Básica	
CREPALDI, S. A. Contabilidade rural : uma abordagem decisória. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.	
MARION, J. C. Contabilidade rural : Contabilidade agrícola contabilidade da pecuária imposto de renda - pessoa jurídica. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2007.	
MARION, J. C. Contabilidade básica . 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.	
Bibliografia Complementar	
ÁVILA, C.. Contabilidade básica . Curitiba: Livro Técnico, 2010.	
BASSO, I. P. Contabilidade geral básica . 4. ed. rev. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2011.	
LEITE, H. de P. Contabilidade para administradores . 4. ed. São Paulo: Atlas, 1997.	
NEPOMUCENO, F. Contabilidade rural e seus custos de produção . São Paulo: Thomson, 2004.	
SANTOS, G. J. dos; MARION, J. C.; SEGATTI, S. Administração de custos na agropecuária . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.	

Componente Curricular: Fundamentos da Ciência do Solo	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 2º semestre
Ementa	
Conceito de solos. Fatores de formação do solo. Conceito de perfis de solo. Princípios de propriedades físicas, químicas e biológicas do solo. Conceito de fertilidade do solo. Leis da fertilidade. Nutrientes essenciais. Análise físico-química do solo e análise foliar. Princípios de adubação. Causas e consequências da exploração indevida do solo. Classes do solo. Princípios da erosão e seus componentes. Práticas de conservação do solo.	
Bibliografia Básica	
BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. Conservação do solo . São Paulo: Ícone, 2008.	
CORINGA, de A. O. Solos . Curitiba: Livro Técnico, 2012.	
SANTOS, H. G. dos (Ed.). Sistema brasileiro de classificação de solos . 2. ed. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2006.	
Bibliografia Complementar	
FERREIRA, T. N.; SCHWARZ, R. A.; STRECK, E. V. (Coord.). Solos : manejo integrado e ecológico: elementos básicos. Porto Alegre: EMATER, 2000.	
KIEHL, E. J. Manual de edafologia : relações solo-planta. São Paulo: Agronômica Ceres, 1979.	
LEPSCH, I. F. Formação e conservação dos solos . São Paulo: Oficina de textos, 2002.	
PRIMAVESI, A. Manejo Ecológico do Solo : A Agricultura em Regiões Tropicais. 3. ed. [S.l.]: Nobel, 1981.	
SCHNEIDER, P.; GIASSON, E.; KLAMT, E. Classificação da aptidão agrícola das terras : um sistema alternativo. Guaíba: Agro livros, 2007.	

Componente Curricular: Cadeia produtiva da Aquicultura	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 2º semestre
Ementa	
Situação atual, desafios e perspectivas do mercado aquícola nacional e mundial. Avaliação dos potenciais e condicionantes da produção. Legislação sobre aquicultura no Brasil. Métodos de produção de espécies aquícolas, sistemas de cultivo e manejo. Controle de qualidade dos produtos. Estratégias de comercialização: marketing e planejamento. Aquicultura e sustentabilidade. Gestão ambiental de empreendimentos aquícolas.	
Bibliografia Básica	

MENEZES, A. Aquicultura na prática : peixes, camarões, ostras, mexilhões, sururus. 4. ed. rev. ampl. e atual. Sao Paulo: Nobel, 2009.
VINATEA ARANA, L. Fundamentos de aquicultura . Florianópolis: Ed. UFSC, 2004.
VINATEA ARANA, L. Qualidade da água em aquicultura : princípios e práticas. 3. ed. rev. e mod. Florianópolis: Ed. UFSC, 2010.
Bibliografia Complementar
AUOZANI, L. L.; REDIN, E.; HÖFLER, C. E. Plano estratégico de desenvolvimento da aquicultura e pesca . Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2007.
BALDISSEROTTO, B. Fisiologia de peixes aplicada a piscicultura . 2. ed. rev. e ampl. Santa Maria: Ed. UFSM, 2009.
GONÇALVES, A. A. Tecnologia do pescado : ciência, tecnologia, inovação e legislação. São Paulo: Atheneu, 2011.
LOGATO, P. V.R. Nutrição e alimentação de peixes de água doce . Viçosa: Aprenda Fácil, 2000.
OSTRENSKY, A.; BOEGER, W. A. Piscicultura : fundamentos e técnicas de manejo. Guaíba, RS: Agropecuária, 1998.

3º semestre

Componente Curricular: Matemática Financeira	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 3º semestre
Ementa	
Porcentagem. Juros Simples. Cálculo do juro. Homogeneidade entre a anuidade de tempo, de taxa de juro e do prazo de aplicação. Taxa proporcional, nominal e efetiva. Juro exato, comercial e bancário. Montante. Juros Compostos. Fator de Capitalização. Cálculo do capital, da taxa e do tempo. Taxas proporcionais, equivalentes, nominal, efetiva, real e aparente. Montante por períodos não inteiros. Desconto Simples. Títulos de crédito. Desconto comercial. Valor atual comercial. Taxa de juros efetiva. Equivalência de capitais. Desconto Racional. Desconto Racional em função do valor nominal. Desconto Composto. Valor atual. Equivalência de capitais.	
Bibliografia Básica	
ASSAF NETO, A. Matemática financeira e suas aplicações . 10.ed. São Paulo: Atlas, 2008.	
MATHIAS, W.; GOMES, J. M. Matemática financeira . 5.ed. São Paulo: Atlas, 2008.	
PENIDO, E. Matemática financeira para concurso público . São Paulo: Atlas, 2007.	
Bibliografia Complementar	
BRANCO, A. C. C. Matemática Financeira Aplicada : método algébrico, HP- 12C, Microsoft Excel. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.	
HAZZAN, S.; PONPEU, J. N. Matemática Financeira . 6ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.	
IEZZI, G.; HAZZAN, S.; DEGENSZAJN, D. M. Fundamentos de matemática elementar 11. São Paulo: Atual, 2004.	
MERCHEDÉ, A. Matemática Financeira . São Paulo: Atlas, 2001.	
SILVA, S. M da.; SILVA, E. M. da.; SILVA, E. M. da. Matemática para os cursos de economia, administração, ciências contábeis . 5.ed. São Paulo: Atlas, 2007.	

Componente Curricular: Sociologia Rural	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 3º semestre
Ementa	
Desenvolvimento Rural Brasileiro: ocupação do espaço agrário, formação da sociedade, contexto histórico e cultural das etnias formadoras (Européia, Afro-Brasileira e Indígena), modernização da agricultura e os reflexos na Sociedade e na Economia. Aspectos sociológicos da agricultura brasileira: agricultura patronal, agricultura familiar, movimentos sociais, reforma agrária e políticas públicas.	
Bibliografia Básica	
AMARAL, A. A. do. Fundamentos de agroecologia . Curitiba: Livro Técnico, 2011.	
GIDDENS, A. As consequências da modernidade . São Paulo: Ed. UNESP, 1990.	
TOURAINÉ. Crítica da modernidade . 9. Ed. Petrópolis: Vozes, 2009.	
Bibliografia Complementar	
GHIRALDELLI JÚNIOR, P. Filosofia e história da educação brasileira . 2. Ed. Barueri: Manole, 2009.	
ALMEIDA, J. A construção social de uma nova agricultura . 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.	
MARTINS, J. de S. A sociedade vista do abismo . 3.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.	
SANTOS, M. Por uma outra globalização : do pensamento único à consciência universal. 22. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.	
VEIGA, J. E. da (Org.). Economia socioambiental . São Paulo: SENAC São Paulo, 2009.	

Componente Curricular: Introdução a Tecnologia de Alimentos	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 3º semestre
Ementa	
Definições, classificação, funções, importância e disponibilidade dos Alimentos. Conceitos, importância e evolução da Ciência e Tecnologia de Alimentos. Alterações em alimentos. Introdução aos princípios e processos tecnológicos envolvidos no processamento de alimentos de origem animal e vegetal. Controle de qualidade e legislação.	
Bibliografia Básica	
EVANGELISTA, J. Tecnologia de alimentos . 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2008.	
GAVA, A. J.; SILVA, C. A. B. da; FRIAS, J. R. G. Tecnologia de alimentos : princípios e aplicações. São Paulo: Nobel, 2009.	
ORDÓÑEZ PEREDA, Juan A. (Colab.). Tecnologia de alimentos : componentes dos alimentos e processos. Porto Alegre: Artmed, 2005.	
Bibliografia Complementar	
ANDRADE, É. C. B. de. Química dos alimentos : a base da nutrição. São Paulo: Varela, 2010.	
FELLOWS, P.; OLIVEIRA, F. C. (Trad). Tecnologia do Processamento de Alimentos: princípios e prática . 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.	
OETTERER, M.; REGITANO-D'ARCE, M. A. B.; SPOTO, M. H. F. Fundamentos de ciência e tecnologia de alimentos . Barueri: Manole, 2006.	
ORDÓÑEZ PEREDA, J. A. Tecnologia de alimentos : alimentos de origem animal. Porto Alegre: Artmed, 2005.	
SALINAS, R. D. Alimentos e nutrição : introdução à bromatologia. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.	

Componente Curricular: Gestão do Agronegócio II	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 3º semestre
Ementa	
Organização da produção agropecuária. Estratégias gerais no agronegócio. Ambiente Organizacional e Institucional dos SAG's. Gestão e governança institucional. Objetivos e estratégias das empresas rurais. Teorias das organizações. Noções básicas de gestão: da qualidade; dos custos; financeira; dos estoques; da logística; da informação; e, projetos. Gerência e organização competitiva. Gestão global, estratégia inovadoras e eficiência organizacional. Planejamento estratégico e desafios. Ambiente interno e externo: estratégias. Conjuntura e tendências do agronegócio. Estudos de Casos.	
Bibliografia Básica	
BATALHA, M. O. Gestão Agroindustrial . Vol. 1. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2001. BATALHA, M. O. Gestão Agroindustrial . Vol. 2. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2001. ZYLBERSZTAJN, D. Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares . São Paulo: Pioneira, 2000.	
Bibliografia Complementar	
HARDING, H. A. Administração da produção . Tradução José Marques Junior. São Paulo: Atlas, 1981. MONTROYA, M. A.; ROSSETTO, C. R. Abertura econômica e competitividade no agronegócio brasileiro . Passo Fundo: UPF, 2002. 1v. MONTROYA, M. A.; ROSSETTO, C. R. Abertura econômica e competitividade no agronegócio brasileiro . Passo Fundo: UPF, 2002. 2v. NEVES, M. F.; CHADAD, F. R.; LAZZARINI, S. G. Gestão de negócios em alimentos . São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. NEVES, M. F. Agronegócio e desenvolvimento sustentável: uma agenda para liderança mundial na produção de alimentos e bionergia . São Paulo: Atlas, 2009.	

Componente Curricular: Comercialização de Produtos Agropecuários	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 3º semestre
Ementa	
Instituições de comercialização: comercialização no agronegócio; fluxos e canais de comercialização dos produtos agropecuários; comercialização, controle no mercado nacional; e princípios da comercialização. Sistema Logístico de comercialização. Comercialização no contexto do sistema econômico. Bolsas de Mercadorias no Brasil e no Mundo - Origem e funcionamento. Mercado a vista, mercado futuro, Hedge, mercado a termo, mercado de opções e swaps. Análise teórica da estrutura e sistemas de preços e mercados agropecuários. Estratégias de comercialização e diminuição de risco dentro do sistema produtivo agropecuário. Sistemas Integrados de Gestão: MRP, OPT, JIT. Tendências em Gestão da Produção. Comercialização e competitividade internacional. Instituições, governança corporativa e legislação brasileira.	
Bibliografia Básica	
CHOPRA, S. Gerenciamento da cadeia de suprimentos . São Paulo: Prentice Hall, 2003. FORBES, L. F. Mercados Futuros: uma opção . São Paulo: Bolsa de Mercadorias & Futuros, 1994. MONTROYA, M. A. O agronegócio brasileiro no final do século XX . Passo fundo: UPF, 2000.	
Bibliografia Complementar	
KUNZLER, J. P. Mercosul e o Comércio Exterior . 2. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2002. MENDES, J. T.G.; JUNIOR, J. B. P. Agronegócio: uma abordagem econômica . São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. POTER, M. E. Estratégia e competitividade: técnicas para análise de indústrias e da concorrência . Tradução Elizabeth Maria Pinho Braga. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. ROSSETTO, C. R.; MONTROYA, M. A. Abertura econômica e competitividade no Final do Século XX . Passo fundo: UPF, 2000. 1v. ROSSETTO, C. R.; MONTROYA, M. A. Abertura econômica e competitividade no Final do Século XX . Passo fundo: UPF, 2000. 2v.	

Componente Curricular: Gestão em Recursos Hídricos	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 3º semestre
Ementa	
Ocorrência e distribuição das águas na atmosfera terrestre, na superfície e no subsolo. Precipitação. Bacia hidrográfica. Escoamento superficial. Evaporação, interceptação, infiltração. Vazões. Determinação de hidrogramas. Legislação para uso dos recursos hídricos. Gerenciamento de recursos hídricos. Classificação das águas, outorgas e cobrança pela água.	
Bibliografia Básica	
BERNARDO, S.; SOARES, A. A.; MANTOVANI, E. C. Manual de Irrigação . 8. ed. Viçosa: UFV, 2006. FELICIDADE, N.; MARTINS, R. C.; LEME, A. A. (Org.). Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil: velhos e novos desafios para a cidadania . 2. ed. São Carlos: Rima, 2006. VON SPERLING, M. Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos . 3. ed. Minas Gerais: Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental, 2005.	
Bibliografia Complementar	
GALETTI, P. A. Guia do técnico agropecuário: a água . Campinas: Instituto Campeiro de ensino agrícola, 1983. GRANZIERA, M. L. M. Direito de águas: disciplina jurídica das águas doces . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001. LIBÂNEO, M. Fundamentos de qualidade e tratamento de água . Campinas: Átomo, 2005. MANO, E. B.; PACHECO, E. B. A. V.; BONELLI, C. M. C. Meio ambiente, poluição e reciclagem . 2. ed. São Paulo: Blücher, 2010. REBOUÇAS, A. C.; BRAGA, B.; TUNDISI, J. G. Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação . 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Escrituras, 2006.	

Componente Curricular: Agrometeorologia	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 3º semestre
Ementa	
Clima e a produção de alimentos. A relação da agrometeorologia com a meteorologia e demais ciências. O sistema internacional e nacional de observações meteorológicas. A importância agroclimática da radiação solar, temperatura do ar, temperatura do solo, umidade do ar e do orvalho, geadas, precipitação pluvial, evaporação e evapotranspiração, balanço hídrico, ventos. Importância das classificações e zoneamento agroclimáticos.	
Bibliografia Básica	
MONTEIRO, J. E. (org.) Agrometeorologia dos cultivos: o fator meteorológico na produção agrícola. Brasília: INMET, 2009. PEREIRA, A. R.; ANGELOCCI, L. R.; SENTELHAS, P. C. Agrometeorologia fundamentos e aplicações. Guaíba: Ed. Agropecuária, 2001. VAREJÃO-SILVA, M. A. Meteorologia e Climatologia. Brasília: Inmet, 2001.	
Bibliografia Complementar	
ASSIS, F. N. de; ARRUDA, H. V. de; PEREIRA, A. R. Aplicações de estatística à climatologia: teoria e prática. Pelotas: Ed. UFPel, 1996. DAKER, A. A água na agricultura. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos. 7º ed., V.2. 1987. PEREIRA, A. R.; VILLA NOVA, N. A.; SEDIYAMA, G. C. Evapo(transpi)ração. Piracicaba: Fealq, 1997. TUBELIS, A. A chuva e a produção agrícola. São Paulo: Nobel, 1988. VIANELLO, R.L.; ALVES, A.R. Meteorologia básica e aplicações. Ed. Viçosa, 1991.	

Componente Curricular: Cadeia Produtiva de Animais Não Ruminantes I	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 3º semestre
Ementa	
Situação atual, desafios e perspectivas do mercado de aves no cenário nacional e mundial. Avaliação dos potenciais e condicionantes da produção. Legislação sobre avicultura no Brasil. Métodos de produção, sistemas de criação e manejo. Controle de qualidade dos produtos. Estratégias de comercialização: marketing e planejamento. Avicultura e sustentabilidade. Gestão ambiental de empreendimentos avícolas.	
Bibliografia Básica	
ANDREATTI FILHO, R. L. Saúde aviária e doenças. São Paulo: Roca, 2007. MORENG, R. E.; AVENS, J. S. Ciência e produção de aves. São Paulo: Roca, 1990. PALERMO-NETO, J.; SPINOSA, H. de S.; GÓRNIAC, S. L. Farmacologia aplicada à avicultura: boas práticas no manejo de medicamentos. São Paulo: Roca, 2005.	
Bibliografia Complementar	
ALBINO, L. F. T.; TAVERNARI, F. de C. Produção e manejo de frangos de corte. Viçosa: UFV, 2008. COTTA, T. Frangos de corte: criação, abate e comercialização. Viçosa: Aprenda Fácil, 2003. LANA, G. R. Q. Avicultura. Recife: UFRPE, 2000. OLIVO, R. (Ed.). O mundo do Frango: cadeia produtiva da carne de frango. Criciúma, SC: Ed. Do Autor, 2006. PUPA, J. M. R. Galinhas poedeiras produção e comercialização de ovos. Viçosa: CPT, 2008.	

4º semestre

Componente Curricular: Administração Rural I	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 4º semestre
Ementa	
Conceituação de administração no agronegócio. Características peculiares do setor agropecuário. As unidades de produção rural. O ambiente nas empresas rurais. Objetivos e estratégias das empresas rurais. Os níveis empresariais. Áreas empresariais. Processo administrativo das empresas rurais. Teorias das organizações. Estudos de caso em consultoria rural.	
Bibliografia Básica	
BATALHA, M. O. (Coord.). Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. Gestão agroindustrial. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007. CHIAVENATO, I. Introdução a teoria geral da administração. 8. ed. - total. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. PORTER, M. E. Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.	
Bibliografia Complementar	
ARAÚJO, M. Fundamentos de agronegócios. 3. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 2010. CALLADO, A. A. C. (Org.). Agronegócio. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011. CHIAVENATO, I. Princípios da administração: o essencial em teoria geral da administração. 2.ed. rev. e atual. Barueri: Manole, 2013. MAXIMIANO, A. C. A. Administração para empreendedores. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2011. NEVES, M. F.; ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, E. M. Agronegócio do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2005.	

Componente Curricular: Segurança Alimentar e Sustentabilidade	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 4º semestre
Ementa	
Segurança Alimentar. Expansão da Produção. Políticas Públicas: Experiência Brasileira e internacional. Segurança alimentar e modelos de sustentabilidade.	
Bibliografia Básica	
AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília: Embrapa Informações Tecnológicas, 2005. DIAS, R. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2011. FORSYTHE, S. J. Microbiologia da segurança alimentar. Porto Alegre: Artmed, 2002.	
Bibliografia Complementar	
AMARAL, A. B. do. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (BRASIL). Abastecimento e segurança alimentar:	

o crescimento da agricultura e a produção de alimentos no Brasil. Brasília: CONAB, 2008.
 AMARAL, A. A. do. **Fundamentos de agroecologia.** Curitiba: Livro Técnico, 2011.
 ASSIS, L. de. **Alimentos seguros:** ferramentas para gestão e controle da produção e distribuição. 2. ed. atual. Rio de Janeiro: Ed. SENAC Nacional, 2014.
 MILLER, G. T.; SPOOLMAN, S. E. **Ecologia e Sustentabilidade.** Ed. Cengage Learning. 2013.
 PIMENTA, H. C. D. **Gestão ambiental.** Curitiba: Livro Técnico, 2012.

Componente Curricular: Direito Agrário e Legislação Rural	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 4º semestre
Ementa	
Noções gerais do Direito. O Direito brasileiro. Noções gerais da propriedade, posse, detenção e domínio. Princípios que regem a propriedade no Brasil. O Estatuto da Terra. Contratos agrários. Noções de tributação. ITR. Crédito rural e sua execução. Direitos do trabalhador rural. Seleção e admissão de empregados. Execução do contrato de trabalho. Extinção do contrato de trabalho. FGTS. Legislação sindical e cooperativista. Elaboração de contrato social empresarial. Previdência social rural.	
Bibliografia Básica	
BARROS, W. P. Curso de direito agrário: doutrina, jurisprudência, exercícios. 7. ed. rev. e atual. Livraria do advogado: Porto Alegre, 2012. MARQUES, B. F. Direito agrário brasileiro. 10. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2012. OLIVEIRA, U. M. de. Princípios de Direito Agrário na Constituição Vigente. Curitiba: Juruá, 2004.	
Bibliografia Complementar	
CALLADO, A. A. C. (Org.). Agronegócio. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011. GOMES, O.; FACHIN, L. E. Direitos Reais. 21. ed. rev e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2012. GOYOS JÚNIOR, D. de N. Direito Agrário Brasileiro e o Agronegócio Internacional. São Paulo: Observador Legal, 2007. MACHADO, P. A. L. Direito Ambiental Brasileiro. 21. ed., rev., amp. e atual. São Paulo: Malheiros, 2013. QUEIROZ, J. E. L.; SANTOS, M. W. B. dos (Coord.). Direito do agronegócio. 2. ed. ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2011.	

Componente Curricular: Cadeias Produtivas de Animais Não Ruminantes II	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 4º semestre
Ementa	
Situação atual, desafios e perspectivas do mercado de suínos no cenário nacional e mundial. Avaliação dos potenciais e condicionantes da produção. Legislação sobre suinocultura no Brasil. Métodos de produção, sistemas de criação e manejo. Controle de qualidade dos produtos. Estratégias de comercialização: marketing e planejamento. Suinocultura e sustentabilidade. Gestão ambiental de empreendimentos suinícolas.	
Bibliografia Básica	
CAVALCANTI, S. S. Suinocultura dinâmica. Belo Horizonte: FEP/MVZ, 2000. DAÍ PRÁ, M.A, et al. Compostagem como alternativa para gestão ambiental na produção de suínos. Porto Alegre: Evangraf, 2009. SOBESTIANSKY, J. et al. Suinocultura intensiva: produção, manejo e saúde do rebanho. Brasília: EMBRAPA, 1998.	
Bibliografia Complementar	
ANDRIGUETTO, J. M. et al. Nutrição Animal. v.1. As bases e os fundamentos da nutrição animal. São Paulo: Nobel, 1983. ANDRIGUETTO, J. M. et al. Nutrição Animal. v.2. Alimentação animal. São Paulo: Nobel, 1983. BONETT, L. P., MONTICELLI, C. J. Suínos: o produtor pergunta, a Embrapa responde. Brasília: Embrapa-SPI; Concórdia, 1997. EMBRAPA-CNPISA - Simpósio sobre Granulometria de Ingredientes e Rações para Suínos e Aves. Anais /Concórdia, SC: EMBRAPA-CNPISA, 1998. MAFESSONI, E. L. Manual prático de suinocultura. v.1. Passo Fundo, RS: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006.	

Componente Curricular: Fitossanidade	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 4º semestre
Ementa	
Desequilíbrio ambiental e a ocorrência de pragas, doenças e plantas invasoras. Principais agentes fitopatogênicos. Princípios de controle de doenças: evasão, erradicação, regulação, imunização, proteção, terapia e exclusão. Principais ordens de insetos de importância econômica. Métodos de controle. Biologia das plantas invasoras. Principais espécies invasoras de importância e métodos de controle. Métodos de controle de pragas doenças e plantas daninhas: controle biológico, controle químico, controle cultural e manejo integrado. Herbicidas, fungicidas e inseticidas: classificação, formulações, período de carência. Classes toxicológicas. Métodos de aplicação de produtos fitossanitários. Uso adequado, armazenamento e descarte de embalagens de agrotóxicos. Legislação.	
Bibliografia Básica	
AMORIN, L.; REZENDE, J. A. M.; BERGAMIN FILHO, A. Manual de fitopatologia. 4. ed. São Paulo: Agronômica Ceres, 2005. GALLO, D. et al. Entomologia agrícola. Piracicaba: FEALQ, 2002. SILVA, A. A.; SILVA, J. F., Tópicos em manejo de plantas daninhas. Viçosa. ed. UFV, 2007.	
Bibliografia Complementar	
ANDREI, E. Compêndio de Defensivos Agrícolas: Guia Prático de Produtos Fitossanitários para uso Agrícola. 8. ed. São Paulo: ANDREI, 2009. AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília: Embrapa Informações Tecnológicas, 2005. LORENZI, H. Manual de Identificação e Controle de Plantas Daninhas: Plantio Direto e Convencional. 6. ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2006. VARGAS, L.; ROMAN, E. S. Manual de manejo de controle de plantas daninhas. 1. Ed. Passo Fundo: Embrapa Trigo, 2008. ZUCCHI, R.A.; SILVEIRA NETO, S.; NAKANO, O. Guia de Identificação de pragas agrícolas. Piracicaba: FEALQ, 1993.	

Componente Curricular: Mecanização e Agricultura de Precisão	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 4º semestre
Ementa	
Mercado de máquinas agrícolas no Brasil. Tratores e motores. Máquinas de preparo do solo. Máquinas de implementação de culturas. Máquinas e técnicas de colheita e pós-colheita. Normas de segurança. Agricultura de precisão. Sistemas de informação geográfica (SIG) e sensoriamento remoto. Sistemas de coleta de dados e mapeamento. Monitoramento da produção. Máquinas agrícolas de agricultura de precisão.	
Bibliografia Básica	
BOREM, A.; GIUDICE, M. P.; QUEIROZ, D. M.; MANTOVANI, E. C.; FERREIRA, L. R.; VALLE, F. X. R.; GOMIDE, R. L. Agricultura de precisão . Viçosa: Editora UFV, 2000. COMETTI, N. N. Mecanização agrícola . Curitiba: Livro Técnico, 2012. MONTEIRO, L. A.; SILVA, P. R. A. Operação com Tratores Agrícolas . Botucatu: Ed. Dos autores. 1º Ed. 2009.	
Bibliografia Complementar	
MIALHE, L. G. Máquinas agrícolas: ensaios e certificação . Piracicaba: FEALQ, 1996. PECHE FILHO, A. Mecanização em pequenas propriedades . Viçosa, MG: CPT, 1999. REIS A. V. dos; MACHADO, A. L. T.; MORAES, M. L. B. de; TILLMANN, C. A. C. Motores, tratores, combustíveis e lubrificantes . Pelotas: Editora e Gráfica da UFPel, 1999. RIPOLI, T. C. C.; MOLINA JÚNIOR, W. F.; RIPOLI, M. L. C. Manual prático do agricultor: máquinas agrícolas . 1 ed. Piracicaba: ESALQ/USP, 2005. SILVA, F. M.; GORGES, P. H. M. Mecanização e agricultura de precisão . Sociedade Brasileira de Engenharia Agrícola, 1998.	

Componente Curricular: Cadeia Produtiva de Culturas Anuais	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 4º semestre
Ementa	
Panorama do Mercado Mundial e nacional para as principais culturas. Inserção do Brasil no Mercado Mundial. Mercado de oferta e demanda nacional e mundial. Pontos críticos e fortes em relação à demanda e oferta. Legislação sobre culturas anuais. Culturas anuais e arranjos produtivos. Controle sanitário e produtividade. Oportunidades e ameaças ambientais. Cadeias produtivas das principais culturas produtoras de grãos.	
Bibliografia Básica	
GALVÃO, J. C. C.; MIRANDA, G. V. (Ed.). Tecnologias de produção do milho . Viçosa: Ed. UFV, 2004. PIRES, J. L. F.; VARGAS, L.; CUNHA, G. R. da (Ed.). Trigo no Brasil: bases para produção competitiva e sustentável . Passo Fundo: Embrapa Trigo, 2011. SEDIYAMA, T. Tecnologias de produção e usos da soja . Mecenias, 2009.	
Bibliografia Complementar	
BORÉM, A.; PIMENTEL, L.; PARRELLA, R. Sorgo do plantio a colheita . UFV. 2014. BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Embrapa Clima Temperado ; GOMES, A. da S.; MARGALHÃES JÚNIOR, A. M. de (Ed.). Arroz Irrigado no Sul do Brasil . Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. SILVA, N. da S. A cultura do girassol . Funep. 1990. TOMM, G. O.; SANTOS, H. P.; WIETHOLTER, S. Tecnologia para produção de canola no Rio Grande do Sul . Embrapa, 2009. VIEIRA, C.; JÚNIOR, J. de P.; BORÉM, A. Feijão . UFV. 2013.	

5º semestre

Componente Curricular: Cooperativismo e Associativismo	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 5º semestre
Ementa	
Aspectos relativos ao Associativismo e Cooperativismo, histórico e sua importância. Estrutura e funcionamento das organizações do meio rural: cooperativas, sindicatos e associações. Legislação e aspectos jurídicos do cooperativismo e associação. Órgãos sociais: assembleia geral, conselho administrativo e conselho fiscal. Responsabilidade social das cooperativas e das associações. Cooperativas: funções, objetivos e ramos cooperativos. Gestão da organização cooperativa. Cooperativas comerciais. Experiências históricas de associativismo e cooperativismo no Brasil. Sindicatos rurais: trabalhadores e empregadores. Cooperativismo e geração de renda.	
Bibliografia Básica	
OLIVEIRA, D. de P. R. de. Manual de Gestão das Cooperativas: uma abordagem prática . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011. OLIVEIRA, U. M. de. Princípios de Direito Agrário na Constituição Vigente . Curitiba: Juruá, 2004. PINHO, D. B. O cooperativismo no Brasil . São Paulo: Saraiva, 2000.	
Bibliografia Complementar	
BÜTTENBENDER, P. L. (org). Cooperativismo na região noroeste do Rio Grande do Sul: experiências de gestão cooperativa e de promoção de desenvolvimento . Porto Alegre: SESCOOP, 2010. CALLADO, A. A. C. (Org.). Agronegócio . 3.ed. São Paulo: Atlas, 2011. CRUZIO, H. de O. Como organizar e administrar uma cooperativa: uma alternativa para o desemprego . 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007. ICAZA, A. M. S.; FREITAS, M. R. de. Projeto Esperança/Cooperança e a construção da economia solidária no Brasil: relato de uma experiência . Porto Alegre: Cáritas Brasileira, 2006. QUEIROZ, J. E. L.; SANTOS, M. W. B. dos (Coord.). Direito do agronegócio . 2. ed. ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2011.	

Componente Curricular: Administração Rural II	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 5º semestre
Ementa	
Organização, sistema e métodos nas empresas rurais. Controle de qualidade. Planejamento e controle da produção: origem e função do planejamento e controle da produção. Técnicas de Planejamento e Controle da Produção. Novas tecnologias de inovação e gestão rural. Estudos de caso em Consultoria Rural.	
Bibliografia Básica	
BATALHA, M. O. (Coord.). GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS AGROINDUSTRIAIS. Gestão agroindustrial . 3. ed. São	

Paulo: Atlas, 2007. CHIAVENATO, I.; SAPIRO, A. Planejamento Estratégico : fundamentos e aplicações. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. ZUIN, L. F. S. Agronegócios : gestão e inovação. São Paulo: Saraiva, 2006.
Bibliografia Complementar
CALLADO, A. A. C. (Org.). Agronegócio . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008. CHIAVENATO, I. Administração da produção : uma abordagem introdutória. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. CHOPRA, S.; MEINDL, P. Gestão da cadeia de suprimentos : estratégia, planejamento e operações. 4.ed. São Paulo: Pearson, 2011. CORAL, E.; OGLIARI, A. Gestão integrada da inovação : estratégia, organização e desenvolvimento de produtos. São Paulo: Atlas, 2011. NEVES, M. F.; ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, E. M. Agronegócio do Brasil . São Paulo: Saraiva, 2005.

Componente Curricular: Contabilidade e Custos	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 5º semestre
Ementa	
Introdução à contabilidade e custos. Conceito de empresa. Bens de venda e de crédito. Débitos e créditos de financiamento e funcionamentos. Noções sobre custo: de produção, diretos e indiretos, fixos e variáveis. Escrituração. Sistema fundamentais de salários. Conceito de despesas gerais de produção. Balanço. Lucros e perdas. Uso da contabilidade para fins gerenciais. Análise das demonstrações contábeis para efeito gerencial. Controle orçamentário e administrativo. Uso de amostragem no sistema de informações contábeis. Emissão de relatórios gerenciais para tomada de decisões.	
Bibliografia Básica	
LEONE, G. S. G. Custos : planejamento, implantação e controle. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000. MAHER, M. Contabilidade de custos : criando valor para a administração. São Paulo: Atlas, 2001. MARTINS, E. Contabilidade de custos . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.	
Bibliografia Complementar	
BORNIA, A. C. Análise gerencial de custos : aplicação em empresas modernas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010. CREPALDI, S. A. Contabilidade rural : uma abordagem decisória. 4. ed. rev., atual e ampl. São Paulo: Atlas, 2006. MARION, J. C. Contabilidade rural : Contabilidade agrícola contabilidade da pecuária, imposto de renda - pessoa jurídica. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2007. NEPOMUCENO, F. Contabilidade rural e seus custos de produção . São Paulo: Thomson, 2004. SANTOS, G. J. dos; MARION, J. C.; SEGATTI, S. Administração de custos na agropecuária . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.	

Componente Curricular: Cadeia Produtiva de Animais Ruminantes I	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 5º semestre
Ementa	
Situação atual, desafios e perspectivas do mercado nacional e mundial. Avaliação dos potenciais e condicionantes da produção. Legislação sobre bovinocultura de leite no Brasil. Métodos de produção, sistemas de produção e manejo. Controle de qualidade dos produtos. Estratégias de comercialização: marketing e planejamento. Bovinocultura de leite e sustentabilidade. Gestão ambiental de empreendimentos de bovinocultura de leite.	
Bibliografia Básica	
HOLMES, C. W.; WILSON, G. F. Produção de leite à pasto . Campinas: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1989. PEIXOTO, A. M.; MOURA, J. C.; FARIA, V. P. (Org.). Bovinocultura leiteira : fundamentos da exploração racional. 3. ed. Piracicaba: FEALQ, 2000. SILVA, S. C.; NASCIMENTO JUNIOR, D.; EUCLIDES, V.B.P. Pastagens : conceitos básicos, produção e manejo. Viçosa: Suprema, 2008.	
Bibliografia Complementar	
CHAPAVAL, L.; PIKARSKI, P. R. B. Leite de qualidade : manejo reprodutivo, nutricional e sanitário. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2000. LUCCI, C. S. Nutrição e Manejo de Bovinos Leiteiros . São Paulo: Editora Manole Ltda. 1997. NEIVA, R. S. Produção de bovinos leiteiros : planejamento, criação, manejo. Lavras, MG: UFLA, 2000. SIMPÓSIO SOBRE MANEJO DA PASTAGEM, 18., 2001, Piracicaba. Planejamento de sistemas de produção em pastagens . Piracicaba: FEALQ, 2001. SIMPÓSIO SOBRE PRODUÇÃO ANIMAL, 10., 1998, Piracicaba. Planejamento da exploração leiteira . Piracicaba: FEALQ, 1998.	

Componente Curricular: Cadeia Produtiva de Olericultura	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 5º semestre
Ementa	
Introdução ao estudo da olericultura. Caracterização dos empreendimentos. Infra-estrutura de produção e de mercado de produção. Planejamentos de hortas. Classificação das hortaliças. Métodos de propagação de hortaliça. Plasticultura. Sistemas de produção de hortaliças de folha. Sistemas de produção de hortaliças de flor. Sistemas de produção de hortaliças de fruto. Sistemas de produção de hortaliças de raiz e sistemas de produção de hortaliças de bulbo. Custos de produção e análise econômica. Pós colheita de hortaliças, beneficiamento e comercialização.	
Bibliografia Básica	
ANDRIOLO, J. L. Olericultura Geral : princípios e técnicas. Santa Maria: UFSM, 2002. FILGUEIRA, F. A. R. Novo manual de Olericultura : agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças. 3.ed. Viçosa: UFV, 2008. MORETTI, C. L. Manual de Processamento Mínimo de Frutas e Hortaliças . Ed. Brasília: Embrapa Hortaliças, 2007.	
Bibliografia Complementar	
BORNE, H. R. Produção de mudas de hortaliças . Guaíba: Agropecuária, 1999. BRASIL, J. E. P. P. et al. Compêndio de Plantas Medicinais . Lavras: UFLA/FAEPE, 2000. FILHO, J. D. et al. Morango : Tecnologia de Produção e Processamento. Caldas: EPAMIG, 1999. FONTES, P. C. R. Olericultura : Teórico e prática. Ed. UFV, 2005.	

GOTO, R.; TIVELLI, S. W. **Produção de hortaliças em ambientes protegidos: condições subtropicais.** São Paulo: Fundação da Editora da UNESP, 2003.

Componente Curricular: Agroecossistemas e Agroenergia	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 5º semestre
Ementa	
Formas de agricultura, convencional e agroecológica: princípios, evolução, práticas adotadas, resultados, problemas. Conceito de sistema, ecossistema e agroecossistema. Estruturas dos agroecossistemas. Fundamentos de ecologia aplicados aos agroecossistemas. Princípios ecológicos na agricultura: dinâmica de nutrientes, da água e da energia. Dinâmica dos ecossistemas e agroecossistemas, diversidade e estabilidade dos agroecossistemas. Base ecológica do manejo de pragas e doenças. A ciclagem de nutrientes no agroecossistema através de adubação verde e da compostagem. Modelos alternativos de agricultura: orgânica, biodinâmica, natural. Conceito e importância da agroenergia. Matriz energética do Brasil e agroenergia no Brasil. Mercado mundial e brasileiro de agroenergia: etanol e biodiesel. Inserção brasileira no mercado mundial de agroenergia. Biomassa: conceitos, fontes e importância. Implicações econômicas, sociais e ambientais dos componentes do complexo agroenergético. Florestas energéticas do Brasil: biogás, etanol, biodiesel e resíduos agropecuários e florestais.	
Bibliografia Básica	
ALTIERI, M. Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA FASE, 1989. GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2000. KNOTHE, G.; VAN GERPEN, J.; KRAHL, J.; RAMOS, L. P. Manual de Biodiesel. São Paulo, SP: Edgard Blücher, 2006.	
Bibliografia Complementar	
HINRICKS, R. A.; KLEINBACH, M. Energia e meio ambiente. São Paulo: Thomson, 2003, MAZOYER, M.; ROUDART, L. História das agriculturas do mundo. Lisboa: Instituto Piaget, 2001. ROSILLO-CALLE, F.; BAJAY, S. V.; ROTHMAN H. (Orgs.) Uso da biomassa para produção de energia na indústria brasileira. Campinas: Editora Unicamp, 2005. VASCONCELLOS, G. F.; VIDAL J. W. B. O poder dos trópicos. Meditação sobre a alienação energética na cultura brasileira. São Paulo: Casa Amarela, 2004. VIVAN, J. L. Pomar ou floresta: princípios para manejo de agroecossistemas. Cadernos de T.A. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1993.	

Componente Curricular: Cadeias Produtivas de Fruticultura e Silvicultura	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 5º semestre
Ementa	
Fruticultura: importância econômica e social. Principais problemas quanto à implantação das espécies frutíferas. Aspectos técnicos do comportamento das espécies quanto ao clima e solo. Potencialidades regionais. Noções de manejo das espécies frutíferas: métodos de propagação sexuada e assexuada, tipos de mudas; época de plantio, espaçamento, manejo do solo e das adubações; tecnologia, tipos e objetivos da poda; noções de manejo fitossanitário dos pomares; colheita. Apresentação da cadeia produtiva das frutíferas. Silvicultura: importância econômica, social e ecológica da silvicultura, principais espécies de reflorestamento/florestamento, (nativas e exóticas), noções de produção de mudas florestais, implantação e manejo de florestas.	
Bibliografia Básica	
FACHINELLO, J. C.; NACHTIGAL, J. C.; KERSTEN, E. Fruticultura, fundamentos e práticas. Pelotas: UFPel, 1996. FRONZA, D. Fruticultura comercial: destaque para pequenas áreas. Porto Alegre: Santa Maria, 2006. PENTEADO, S.R. Enxertia e poda de fruteiras: Como fazer mudas e podas. Editora: Via Orgânica. 2007.	
Bibliografia Complementar	
CUQUEL, F. L. (Org.) Fruteiras de caroço: uma visão ecológica. Curitiba: [s.n.], 2004. GALVÃO, A. P. M. (ed.) Reflorestamento de Propriedades Rurais para Fins Produtivos e Ambientais: Um guia para ações municipais e regionais. EMBRAPA - Centro Nacional de Pesquisas Florestais. 2000. HOSOKAWA, R. T.; MOURA, J. B.; CUNHA, U. S. Introdução ao Manejo e Economia de florestas. Editora da Universidade Federal do Paraná, 1998. KLUGE, R. A. et al. Fisiologia pós-colheita de frutas de clima temperado. Campinas: Rural, 2002. YAMAZOE, G.; VILAS BOAS, O. Manual de Pequenos Viveiros Florestais. São Paulo: Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo – Instituto Florestal. 2003.	

6º semestre

Componente Curricular: Gestão Ambiental	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 6º semestre
Ementa	
Ambiente, produção e sustentabilidade. Questões ambientais globais e locais relacionadas aos recursos naturais. Gestão dos resíduos. Legislação ambiental. Educação ambiental.	
Bibliografia Básica	
BARCELOS, V. H. de L. Educação ambiental: sobre princípios, metodologias e atitudes. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. CASAGRANDE JUNIOR, E. F.; AGUDELO, L. P. P. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Curitiba: Livro Técnico, 2012. DIAS, R. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2011.	
Bibliografia Complementar	
BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Livro Vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção. Brasília: MMA, 2010. LEFF, H. (Coord.). A complexidade ambiental. Traduzido por Eliete Wolff. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003. PIMENTA, H. C. D. Gestão ambiental. Curitiba: Livro Técnico, 2012. SEIFFERT, M. E. B. Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. TACHIZAWA, T. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.	

Componente Curricular: Marketing no Agronegócio	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 6º semestre
Ementa	
Conceito de marketing. O marketing no agronegócio. Segmentação e Posicionamento de Mercado. Composto de Marketing: Os 4P's - produto, preço, praça e promoção. Estratégia de produto, de precificação, de venda e comunicação com o mercado. Marcas. Marketing de relacionamento. Plano de Marketing. Marketing Pessoal.	
Bibliografia Básica	
KOTLER, P. Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle. 12 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006. NEVES, M. F.; CASTRO, L. T. Marketing e estratégia em agronegócios e alimentos. I Ed. São Paulo: Atlas, 2007. URBAN, F. T. Gestão do Composto de Marketing. São Paulo: Atlas, 2009.	
Bibliografia Complementar	
COBRA, M. Administração de marketing. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2002. DIAS, S. R. (Coord.). Gestão de marketing. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. PETER, J. P.; CHURCHILL, G. A. Marketing: criando valor para os clientes. São Paulo: Saraiva, 2000. SANDHUSEN, R. L. Marketing básico. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2003. ZENONE, L. C. Marketing estratégico e competitividade empresarial. São Paulo: Novatec, 2007.	

Componente Curricular: Gestão de Pessoas	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 6º semestre
Ementa	
O ambiente organizacional. Desafios para a gestão de pessoas. A evolução das relações de trabalho. O modelo de gestão de pessoas: abordagem conceitual e sua divisão enquanto subsistemas (provisão, aplicação, manutenção, desenvolvimento e monitoração).	
Bibliografia Básica	
BOHLANDER, G. W.; SNELL, S. Administração de recursos humanos. 14. ed. São Paulo: Cengage, 2010. CHIAVENATO, I. Gestão de pessoas. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. CHIAVENATO, I. Recursos humanos: o capital humano das organizações. 9. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.	
Bibliografia Complementar	
ARAUJO, L. C. G. de; GARCIA, A. A. Teoria geral da administração: orientação para escolha de um caminho profissional. São Paulo: Atlas, 2010. CHIAVENATO, I. Desempenho humano nas empresas: como desenhar cargos e avaliar o desempenho para alcançar resultados. 6. ed. rev. e atual. Barueri: Manole, 2009. COSTA, E. da S. Gestão de pessoas. Curitiba: Livro Técnico, 2010. GIL, A. C. Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais. São Paulo: Atlas, 2001. LIMONGI-FRANÇA, A. C. et al. As pessoas na organização. 16.ed. São Paulo: Gente, 2002.	

Componente Curricular: Planejamento e Projetos no Agronegócio	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 6º semestre
Ementa	
Noções gerais de planejamento. Planejamento estratégico no espaço rural. Projetos: fases do projeto; tipos de projetos; custos de projetos; planejamento, projetos e produção. Empresas e projetos agropecuários. Programas e projetos em agronegócio: experiência brasileira e desenvolvimento.	
Bibliografia Básica	
BUARQUE, C. Avaliação econômica de projetos: uma apresentação didática. Rio de Janeiro: <i>Campus</i> , 2004. CASAROTTO FILHO, N. Projeto de negócios: estratégias e estudos de viabilidade. São Paulo: Atlas, 2002. CLEMENTE, A. Projetos empresariais e públicos. São Paulo: Atlas, 2008.	
Bibliografia Complementar	
CHIAVENATO, I. Os novos paradigmas: como as mudanças estão mexendo com as empresas. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003. GERBER, M. E. Empreender fazendo a diferença. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2004. GITMAN, L. J. Administração Financeira: Princípios, Fundamentos e Práticas Brasileiras. 12. ed São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. MENEZES, M. C.. L. Gestão de Projetos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003. OLIVEIRA, G. B. MS Project & Gestão de Projetos. São Paulo: Makron, 2006.	

Componente Curricular: Políticas Públicas no Agronegócio	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 6º semestre
Ementa	
Política agrícola para o meio rural: política agrícola e política agrária. Instrumentos de política agrícola: preços mínimos, controle da oferta. Estoques reguladores, subsídios, impostos, preços máximos. Evolução da política agrícola no Brasil: políticas públicas dos governos federal, estadual e municipal para o agronegócio brasileiro. Política macroeconômica: políticas de estímulos fiscais, financeiros e institucionais. Política florestal e de proteção ambiental. Política comercial. Logística e transporte.	
Bibliografia Básica	
BROSE, M. Participação na Extensão Rural: experiências inovadoras de desenvolvimento local. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001. CHIAVENATO, I. Administração geral e pública: teoria e questões com gabaritos. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. PLOEG, J. D. V. Camponeses e Impérios Alimentares. Porto Alegre: UFRGS, 2008.	

Bibliografia Complementar
ALMEIDA, J., NAVARRO, Z. (Orgs.). Reconstruindo a agricultura : idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1997. BAREMBLITT, G. Compêndio de análise institucional e outras correntes : teoria e prática. 5ª ed. Belo Horizonte, MG: Instituto Felix Guattari, 2002. MOURA, J. C.; NETTO, V. A. F. Estratégias para o Desenvolvimento Agrário : Anais do 2º Congresso Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural. Piracicaba, FEALQ, 2005. SOUZA, I. F. de. Agricultura Familiar na Dinâmica da Pesquisa Agropecuária , Brasília, Embrapa, 2006. VIEIRA, A. P. Política Agrícola . Lavras: UFLA/FAEP, 2000.

Componente Curricular: Extensão Rural	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 6º semestre
Ementa	
Desenvolvimento rural sustentável. Diagnóstico de sistemas agrários. Meios e métodos de extensão rural: propostas tradicionais e inovadoras de extensão rural. Formas e princípios cooperativos de extensão rural.	
Bibliografia Básica	
BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário , Secretaria de Agricultura Familiar, Grupo de Trabalho ATER. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, 2004. CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e Extensão Rural : contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2004. FREIRE, P. Extensão ou comunicação? 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.	
Bibliografia Complementar	
BORDENAVI, J. E. D. O que é comunicação rural? São Paulo: Brasiliense, 1983. MAZOYER, M.; ROUDART, L. História das agriculturas do mundo : do neolítico à crise contemporânea. Lisboa: Inst. Piaget, 1998. MOURA, J. C.; NETTO, V. A. F. Estratégias para o Desenvolvimento Agrário : Anais do 2º Congresso Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural. Piracicaba: FEALQ, 2005. SOUZA, I. F. de. Agricultura Familiar na Dinâmica da Pesquisa Agropecuária . Brasília: Embrapa, 2006. VERDEJO, M. E. Diagnóstico Rural Participativo : Guia Prático DRP. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.	

Componente Curricular: Tecnologia de Pós-Colheita de Produtos Agrícolas	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 6º semestre
Ementa	
Estrutura mundial e brasileira de armazenagem de grãos. Determinação do ponto de colheita: métodos e técnicas de amostragem e equipamentos necessários. Fatores que afetam a colheita e a pós-colheita. Colheita: tipos e técnicas e perdas. Pós-colheita: transporte, limpeza e secagem. Seleção e classificação. Maturação, embalagem, armazenagem e perdas. Legislação pertinente. Viabilidade econômica do beneficiamento e armazenamento de grãos e sementes.	
Bibliografia Básica	
CHITARRA, M. I. F.; CHITARRA, A. B. Pós-colheita de hortaliças e frutas: fisiologia e manuseio . Lavras: ESAL/FAEPE, 1990. PUZZI, D. Abastecimento e armazenagem de grãos . Campinas: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 2000. SILVA, J. S. (Ed.) Secagem e Armazenagem de Produtos agrícolas . Viçosa, MG. 2008.	
Bibliografia Complementar	
BRASIL, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento . SISLEGIS: Sistema de Legislação Agrícola Federal. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/legislacao/sislegis . Acesso em 26.07.2011 CARVALHO, N. M. de. A secagem de sementes . 2. ed. FUNEP. 2005. ELIAS, M. C. Tecnologias para armazenamento e conservação de grãos em pequenas e médias escalas . Pelotas: Egigraf, 2001. SANCHEZ, L. (Coord.) Manual de armazenamento e embalagem : Produtos agropecuários. Botucatu: FEPAF, 1983. WEBER, E. A. Excelência em beneficiamento e armazenagem de grãos . Porto Alegre: La Salle, 2004.	

Componente Curricular: Cadeia Produtiva de Animais Ruminantes II	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 6º semestre
Ementa	
Situação atual, desafios e perspectivas do mercado nacional e mundial. Avaliação dos potenciais e condicionantes da produção. Legislação sobre ovinocaprinocultura e bovinocultura de corte no Brasil. Métodos de produção, sistemas de produção e manejo. Controle de qualidade dos produtos. Estratégias de comercialização: marketing e planejamento. Ovinocaprinocultura, bovinocultura de corte e sustentabilidade. Gestão ambiental de empreendimentos de ovinocaprinocultura e bovinocultura de corte.	
Bibliografia Básica	
GOTTSCHALL, C. S. Produção de novilhos precoces : nutrição, manejo e custos de produção. 2. ed. Guaíba: Agrolivros, 2005. SILVA, S. C.; NASCIMENTO JUNIOR, D.; EUCLIDES, V. B. P. Pastagens : conceitos básicos, produção e manejo. Viçosa: Suprema, 2008. VAZ, C. M. S. L. Ovinos : o produtor pergunta, a Embrapa responde. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2007.	
Bibliografia Complementar	
COIMBRA FILHO, A. Técnicas de criação de ovinos . 2. ed. Guaíba: Agropecuária, 1992. OLIVEIRA, R. L.; BARBOSA, M. A. A. F. Bovinicultura de Corte : desafios e tecnologias. Salvador: Editora da UFBA, 2007. RESTLE, J. Eficiência na Produção de Bovinos de Corte . Santa Maria: Editora Imprensa Universitária – UFSM, 2000. SIMPÓSIO SOBRE BOVINOCULTURA DE CORTE, 5. 2004, Piracicaba. Pecuária de corte intensiva nos trópicos . Piracicaba: FEALQ, 2004. VALADARES FILHO, S. C.; PAULINO, P. V. R.; MAGALHÃES, K. A. (Eds.) Exigências nutricionais de zebuínos e tabe-	

las de composição de alimentos BR-Corte. 1. ed. Viçosa: UFV, 2006.

4.8.2. Componentes curriculares eletivos

Componente Curricular: Libras
Carga Horária: 36 horas
Ementa
Representações Históricas, cultura, identidade e comunidade surda. Políticas Públicas e Linguísticas na educação de Surdos. Libras: aspectos gramaticais. Práticas de compreensão e produção de diálogos em Libras.
Bibliografia Básica
CAPOVILLA, F. C. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue: Língua Brasileira de Sinais. São Paulo: Edusp, 2003. KARNOPP, L.; QUADROS, R. M. B. Língua de Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos, Florianópolis, SC: Artmed, 2004. SKLIAR, C. A surdez: um olhar sobre as diferenças. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.
Bibliografia Complementar
GESSER, A. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. SKLIAR, C. (org). Atualidades da educação bilíngue para surdos: processos e projetos pedagógicos. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009. SKLIAR, C. (org). Atualidades da educação bilíngue para surdos: interfaces entre pedagogia e linguística. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009. STROBEL, K. Cultura surda. Editora da UFSC, 2008. VYGOTSKY, L. S. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

Componente Curricular: Espanhol Instrumental
Carga Horária: 36 horas
Ementa
Estudo da Língua Espanhola com ênfase na leitura e compreensão de textos de interesse das áreas ligadas ao curso. Técnicas de tradução.
Bibliografia Básica
ALVES, A.; MELO, A. Mucho: Español para Brasileños. 2. ed. Moderna: São Paulo, 2004. MILANI, E. M. Gramática de Espanhol para Brasileiros. Ed. Saraiva, 2. ed., 2000. SARAIVA. Minidicionário Saraiva Espanhol-Português, Português-Espanhol. 6. ed., São Paulo: Saraiva, 2003.
Bibliografia Complementar
AGUIRRE BELTRÁN, B. El Español por Profesionales. SGEL: Madrid, 1994. BERLITZ. Espanhol para Viagem e Dicionário. 2. ed. Oxford, 1997. BURGOS, M. A.; REGUEIRO, M. A. V. Michaelis S.O.S Espanhol: Guia Prático de Gramática. Tradução: Andréa Silva Ponte. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1997. SEÑAS: Diccionario para la Enseñanza de la Lengua Española para Brasileños. Universidad Alcalá de Henares. Tradução: Eduardo Brandão e Claudia Berliner. 2. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2001. VILELA, A. C. Espanhol: Conversação para Viagem. São Paulo: Melhoramentos, 1996.

Componente Curricular: Inglês Instrumental
Carga Horária: 36 horas
Ementa
Estudo da Língua Inglesa com ênfase na leitura e compreensão de textos de interesse das áreas ligadas ao curso. Técnicas de tradução.
Bibliografia Básica
CONCEIÇÃO, A.; COSTA, G.; MELLO, L. Leitura em Língua Inglesa: Uma Abordagem Instrumental. Disal Editora, 2010. MATHESON, R.; PHILLIPS, T. English for Agribusiness and Agriculture in Higher Education Studies. Garnet, 2009. OXFORD. Dicionário escolar para Estudantes Brasileiros. Oxford: OUP, 2005.
Bibliografia Complementar
AMORIM, J. O. Longman gramática escolar da língua Inglesa. São Paulo: Longman, 2007. MICHAELIS. Dicionário Escolar Inglês. Paulo: Melhoramentos, 2008. MUNHOZ, R. Inglês Instrumental: estratégias de leitura. Módulo 1. São Paulo: Texto novo, 2000. MURPHY, R. Essential Grammar in use a reference practice book for elementary students of use: English. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. TORRES, N. Gramática prática da Língua Inglesa: o inglês descomplicado. São Paulo: Saraiva, 2007.

Componente Curricular: Tópicos Avançados em Economia Solidária
Carga Horária: 36 horas
Ementa
Conceitos de economia solidária de importância no agronegócio. Uso da economia solidária na resolução de problemas no agronegócio. Estudos de caso.
Bibliografia Básica
GAIGER, L. I. A Economia Solidária Diante do Modo de Produção Capitalista. In: Economia Solidária I. p. 18 - 38. (www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv1.pdf). ICAZA, A. M. S.; FREITAS, M. R. de. Projeto Esperança/Coesperança e a construção da economia solidária no Brasil: relato de uma experiência. Porto Alegre: Cáritas Brasileira, 2006. LECHAT, N. M. P. As Raízes Históricas da Economia Solidária e seu Aparecimento no Brasil. In: Economia Solidária I. p. 4-15. (www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv1.pdf).
Bibliografia Complementar
CAPUCHA, L.; PEGADO, E.; SALEIRO, S. Metodologias de Avaliação de Intervenções Sociais. Lisboa: PROFISSS, 1999.

CARVALHO, C. P. Economia popular : Uma via de modernização para Alagoas. 3. Ed. Editorial UFAL, 2008.
CATTANI, A. D. A outra Economia . Porto Alegre: Veraz Editores, 2005.
COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. Manual Gestão do Ciclo de Projecto : Abordagem Integrada e Quadro Lógico. Série Métodos e Instrumentos para a Gestão do Ciclo de Projecto. Bruxelas, 1993.
KRAYCHETE, G. Economia popular solidária : sustentabilidade e transformação social. In: KRAYCHETE, G.; AGUIAR, K. Economia dos Setores Populares: Sustentabilidade e Estratégias de Formação . São Leopoldo: Oikos, 2007.

Componente Curricular: Tópicos Avançados em Informações Gerenciais
Carga Horária: 36 horas
Ementa
Conceitos de informações gerenciais de importância no agronegócio. Uso de informações gerenciais na resolução de problemas no agronegócio. Estudos de caso.
Bibliografia Básica
BATALHA, M. O. (Coord.). Gestão agroindustrial . Grupo de estudos e pesquisas agroindustriais. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
GORDON, S. R.; GORDON, J. R. Sistemas de Informação : uma abordagem gerencial. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
STAIR, R. M.; REYNOLDS, G. W. Princípios de sistemas de informação . São Paulo: Cengage Learning, 2011.
Bibliografia Complementar
GITMAN, L. J. Princípios de administração financeira . 12. ed. São Paulo: Pearson, 2010.
MENDES, J. T. G.; PADILHA JUNIOR, J. B. Agronegócio : uma abordagem econômica. São Paulo: Pearson, 2007.
O'BRIEN, J. A. Sistemas de Informação : e as decisões gerenciais na era da internet. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.
SHITSUKA, R. I. C. M. Sistemas de Informação : um enfoque computacional. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2005.
ZUIN, L. F. S. Agronegócios : gestão e inovação. São Paulo: Saraiva, 2006.

Componente Curricular: Tópicos Avançados em Qualidade Total
Carga Horária: 36 horas
Ementa
Conceitos de qualidade total de importância no agronegócio. Uso do conhecimento sobre qualidade total na resolução de problemas no agronegócio. Estudos de casos.
Bibliografia Básica
ANTUNES, L. M.; ENGEL, A. Qualidade Total na Agropecuária . 3. ed. Guaíba: Agropecuária, 1999.
ROBLES JR., A.; BONELLI, V. V. Gestão da Qualidade e do Meio Ambiente . São Paulo: Atlas, 2006.
SILVA, T. T. da. Neoliberalismo, qualidade total e educação : visões críticas. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
Bibliografia Complementar
ARAÚJO, L. C. G. de. Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional : arquitetura organizacional, benchmarking, empowerment, gestão da qualidade total e reengenharia. 4. ed. Rev. Atual. São Paulo: Atlas, 2008. v 1.
ARRUDA, G. A. Manual de Boas Práticas . Vol. II: Unidades de Alimentação e Nutrição. Rio de Janeiro: Ed. UERJ/Sirius, 1999.
CARVALHO, M. M. de; PALADINI, E. P. Gestão da Qualidade . Rio de Janeiro: <i>Campus</i> , 2005.
PALADINI, E. P. Qualidade total na prática : implantação e avaliação do sistema de qualidade total. São Paulo: Atlas, 1994.
ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F.; NEVES, E. M. Agronegócio do Brasil . São Paulo: Saraiva, 2006.

Componente Curricular: Tópicos Avançados de Adversidades Climáticas
Carga Horária: 36 horas
Ementa
Conceitos de adversidades climáticas de importância no agronegócio. Uso do conhecimento sobre adversidades climáticas na resolução de problemas no agronegócio. Estudos de caso.
Bibliografia Básica
NEDEL, A. S. Desastres Naturais e Geotecnologias : Adversidades Climáticas, Caderno Didático n5. Ministério da Ciência e Tecnologia, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. São José dos Campos: INPE, 2010. (http://urlib.net/8JMKD3MGP7W/384F7QB)
PEREIRA, A. R.; ANGELOCCI, L. R.; SENTELHAS, P. C. Agrometeorologia fundamentos e aplicações . Guaíba: Ed. Agropecuária, 2001.
VAREJÃO-SILVA, M. A. Meteorologia e Climatologia . Brasília: INMET, 2001.
Bibliografia Complementar
AZEVEDO, A. C. de; DALMOLIN, R. S. D. Solos e ambiente : Uma introdução. Santa Maria: Editora Palotti, 2004.
DAKER, A. A água na agricultura . Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos. 7. ed., v. 2, 1987.
MONTEIRO, J. E. (org.) Agrometeorologia dos cultivos : o fator meteorológico na produção agrícola. Brasília: INMET, 2009.
PEREIRA, A. R.; VILLA NOVA, N. A.; SEDIYAMA, G. C. Evapo(transpi)ração . Piracicaba: Fealq, 1997.
VIANELLO, R. L.; ALVES, A. R. Meteorologia básica e aplicações . Ed. Viçosa, 1991.

Componente Curricular: Tópicos Avançados em Produção e Tecnologia de Sementes
Carga Horária: 36 horas
Ementa
Morfologia e embriologia de sementes. Produção, beneficiamento e armazenamento de sementes. Formação, crescimento e desenvolvimento de sementes. Germinação, dormência, produção e custos em sementes. Análise de sementes, vigor e métodos de controle de qualidade de sementes.
Bibliografia Básica
CARVALHO, Nelson Moreira de; CARVALHO, Nelson Moreirade; NAKAGAWA, Joao. Sementes : ciência, tecnologia e produção. 1988.

CARVALHO, N. M. de. **A secagem de sementes**. 2. ed. FUNEP. 2005.
MARCOS FILHO, J. **Fisiologia de Sementes de Plantas Cultivadas**. Piracicaba - SP. Fealq, v.12, 2005, 495p.

Bibliografia Complementar

NASCIMENTO, Warley Marcos; BRASÍLIA, D. F. **Hortalças: tecnologia de produção de sementes**. EMBRAPA Hortaliças, 2011.
RAVA, Carlos A. et al. **Produção de sementes de feijoeiro comum livres de Colletotrichum lindemuthianum em várzeas tropicais irrigadas por subirrigação**. Embrapa Arroz e Feijão, 2002.
LINHARES, A. G.; ROSINHA, R. C. **A produção de semente de trigo no Brasil**. Embrapa Trigo. Documentos, 2004.
BRESEGHELLO, F. et al. **Produção de semente genética e pré-básica, na Embrapa Arroz e Feijão**. Embrapa Arroz e Feijão. Documentos, 2001.
SANTOS, AF dos; PARISI, J. J. D.; MENTEM, JOM. **Patologia de sementes florestais**. Colombo: Embrapa Florestas, 2011.

Componente Curricular: Tópicos Avançados em Uso, Manejo e Conservação do Solo

Carga Horária: 36 horas

Ementa

Erosão do solo. Sistemas de preparo do solo sistemas de cultivo. Práticas conservacionistas.

Bibliografia Básica

BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. **Conservação do solo**. São Paulo: Ícone, 2008.
LEITE, L.F.C.; MACIEL, G.A.; ARAÚJO, A.S.F. **Agricultura conservacionista no Brasil**. Embrapa. 2014.
PRIMAVESI, Ana. **Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais**. NBL Editora, 2002.

Bibliografia Complementar

BEZERRA, J.F. **Solo: substrato da vida**. Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, Brasília, 2006.
DE LIMA FILHO, O. F. et al. (Ed.). **Adubação verde e plantas de cobertura no Brasil: fundamentos e prática**. EMBRAPA, v.1, 2014.
DE LIMA FILHO, O. F. et al. (Ed.). **Adubação verde e plantas de cobertura no Brasil: fundamentos e prática**. EMBRAPA, v.2, 2014.
SCHNEIDER, P.; GIASSON, E.; KLAMT, E. **Classificação da aptidão agrícola das terras: um sistema alternativo**. Guaíba: Agro livros, 2007.
LEPSCH, I. F. **Formação e conservação dos solos**. São Paulo: Oficina de textos, 2002.

5. Corpo Docente e Técnico Administrativo em Educação

Os itens a seguir descrevem, respectivamente, o corpo docente e técnico administrativo em educação, necessários para funcionamento do curso, tomando por base o desenvolvimento simultâneo de uma turma para cada período do curso. Nos itens abaixo, também estará disposto às atribuições do coordenador de curso, do colegiado, Núcleo Docente Estruturante e as políticas de capacitação.

5.1. Corpo Docente

Nº	Nome	Formação	Titulação
1	ADILSON RIBEIRO PAZ STAMBERG	Graduação em Administração Licenciatura em Educação Profissional com habilitação em Administração Rural, Agricultura e Zootecnia	Mestre em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania
2	AIRAM FERNANDES DA SILVA	Graduação em Agronomia	Doutor em Ciências e Tecnologias de Sementes
3	ANDRÉA PEREIRA	Graduação em Informática	Mestre em Computação
4	ÂNGELA PAWLOWSKI	Licenciatura em Ciências Biológicas Bacharelado em Ciências Biológicas	Doutora em Botânica
5	CRISTIANE DA SILVA STAMBERG	Licenciatura Plena em Matemática e Física	Doutora em Educação nas Ciências
6	DIEGO PRETTO	Graduação em Administração	Mestre em Gestão de Organizações Públicas
7	DIONARA DENIZE CAVINATTO	Graduação em Direito	Mestre em Direito
8	ELIANE DE LOURDES FELDEN	Graduação em Pedagogia – Orientação Educacional	Doutora em Educação
9	FÁTIMA REGINA ZAN	Graduação em Ciências Contábeis Graduação em Administração	Mestre em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania

10	JÉSSICA MARIA ROSA LUCION	Graduação em Ciências Sociais	Mestre em Ciências Sociais
11	LETICIA DOMANSKI	Graduação em Português-Espanhol e Respektivas Literaturas	Mestre em Educação
12	LUIS HENRIQUE LOOSE	Graduação em Agronomia	Doutor em Agronomia
13	MARIA APARECIDA LUCCA PARANHOS	Graduação em Letras	Mestre em Letras
14	ROSANE RODRIGUES PAGNO	Graduação em Administração	Mestre em Engenharia da Produção
15	SÔNIA REGINA SCHELESKI	Licenciatura Plena em Matemática	Mestre em Ensino Científico e Tecnológico

5.2. Atribuições do Coordenador

A Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio tem por fundamentos básicos, princípios e atribuições assessorar no planejamento, orientação, acompanhamento, implementação e avaliação da proposta pedagógica da instituição, bem como agir de forma que viabilize a operacionalização das atividades curriculares, dentro dos princípios da legalidade e da eticidade, e tendo como instrumento norteador o Regimento Geral e Estatutário do Instituto Federal Farroupilha.

A Coordenação de Curso têm caráter deliberativo, dentro dos limites das suas atribuições, e caráter consultivo, em relação às demais instâncias. Sua finalidade imediata é colaborar para a inovação e aperfeiçoamento do processo educativo e zelar pela correta execução da política educacional do Instituto Federal Farroupilha, por meio do diálogo com a Direção de Ensino, Coordenação Geral de Ensino e Núcleo Pedagógico Integrado.

Além das atribuições descritas anteriormente, a coordenação de curso superior segue regulamento próprio aprovado pelas instâncias superiores do IF Farroupilha que deverão nortear o trabalho dessa coordenação.

5.3. Colegiado do Curso

O Colegiado de Curso é o órgão consultivo responsável por: acompanhar e debater o processo de ensino e aprendizagem, promovendo a integração entre os docentes, discentes e técnicos administrativos em educação envolvidos com o curso; garantir a formação profissional adequada estudantes, prevista no perfil do egresso; responsabilizar-se com as adequações necessárias para garantir qualificação da aprendizagem no itinerário formativo dos estudantes em curso. Avaliar as metodologias aplicadas no decorrer do curso, propondo adequações quando necessárias; Debater as metodologias de avaliação de aprendizagem aplicadas no curso, verificando a eficiência e eficácia, desenvolvendo métodos de qualificação do processo; entre outras inerentes as atividades acadêmicas.

A organização e funcionamento do Colegiado de Curso seguem regulamentação própria, estabelecida pela Instrução Normativa Nº 05/2014/PROEN. O Colegiado do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio é composto pelo Coordenador(a) do Curso, como membro nato; 50% dos docentes que ministram disciplinas no Curso; um representante discente e um representante dos Técnico-Administrativos em Educação, com atuação relacionada ao curso, todos eleitos por seus pares.

5.4. Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante – NDE - é um órgão consultivo, responsável pela concepção, implantação e atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos Superiores de Graduação do Instituto Federal Farroupilha.

São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

I - contribuir para a consolidação do perfil do egresso do curso;

II - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

III - indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas relativas à área de conhecimento do curso;

IV - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;

V - acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso - PPC, zelando pela sua integral execução;

VI - propor alternativas teórico-metodológicas que promovam a inovação na sala de aula e a melhoria do processo de ensino e aprendizagem;

VII - participar da realização da autoavaliação da instituição, especificamente no que diz respeito ao curso, propondo meios de sanar as deficiências detectadas;

VIII - acompanhar os resultados alcançados pelo curso nos diversos instrumentos de avaliação externa

do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES - estabelecendo metas para melhorias.

O NDE está regulamentado por meio da Instrução Normativa Nº 04/2014/PROEN elaborada e aprovada pela Pró-Reitoria de Ensino e pelo Comitê Assessor de Ensino, sendo constituído por cinco professores pertencentes ao corpo docente, dentre estes o(a) coordenador(a) do curso, que será membro nato e um(a) Pedagogo(a).

5.5. Corpo Técnico Administrativo em Educação

O Técnico Administrativo em Educação no Instituto Federal Farroupilha tem o papel de auxiliar na articulação e desenvolvimento das atividades administrativas e pedagógicas relacionadas ao curso, como o objetivo de garantir o funcionamento e a qualidade da oferta do ensino, pesquisa e extensão na Instituição. Os cargos são os seguintes: Administrador, Analista de Sistemas, Pedagoga, Bibliotecária, Auxiliar de Biblioteca, Assistente Administrativo, Auxiliar Administrativo, Técnico em Secretariado, Técnico em Assuntos Educacionais, Técnico em Contabilidade, Técnico em Tecnologia da Informação, Técnico em Enfermagem, Técnico em Laboratório de Biologia, Assistente Social, Assistente de Alunos, Nutricionista, Médico, Odontólogo, Enfermeira, Tradutor e Intérprete de Libras. E específico para o eixo de Recursos Naturais e Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio: Engenheiro Agrônomo e Técnico em Agropecuária.

Descrição			
Nº	Cargo	Nome	Formação
1	Administrador	ADILSON DOS SANTOS MORAIS	Mestrado em Gestão Estratégica de Organizações
2	Auxiliar Administrativo	ADRIANA CLARICE HENNING	Graduação em Ciências Econômicas
3	Assistente em Administração	ALEXANDRE MUMBACH	Especialização em PROEJA
4	Assist. Alunos	ALINE HAAB LUTTE	Mestrado em Biologia Celular e Molecular
5	Téc. em Secretariado	ANDRÉA LUCIANA FIDÉLES	Graduação Gestão Internacional dos Negócios
6	Téc. Em Tecnologia da Informação	ANDREW ROBERTO LOPES FERREIRA	Especialização em Redes de Computadores
7	Médica	BRUNA SASSO ANTUNES	Graduação Medicina

8	Bibliotecária	CARMEM ELISA MAGALHÃES FERREIRA QUEIROZ	Especialização em Bibliotecas Escolares e Acessibilidade
9	Pedagoga	CARMEN LOURDES DIDONET SMANIOTTO	Mestrado em Educação nas Ciências
10	Tradutor e Intérprete de Libras	CLÁUDIA MENDES DE OLIVEIRA	Graduação Pedagogia
11	Auditora	CRISTIANE DE LIMA GEIST	Especialização Docência na Educação Profissional
12	Assistente Social	DANIELA CAMARGO	Graduação em Assistente Social
13	Técnico em Contabilidade	DIEGO BERWALD	Especialização em Controladoria
14	Téc em Enfermagem	DIONEI JOÃO ZAVISLAK	Graduação em Matemática
15	Enfermeira	EDINARA MORAES MORAIS	Especialização em Saúde Pública
16	Assistente em Administração	EDUARDO PACHECO CEMBRANEL	Graduação
17	Assistente de Alunos	ELIAS ADAMS	Graduação em Psicologia
18	Auxiliar de Biblioteca	EMANUELLE TOBIAS WOJCIECHOWSKI NARDÃO	Ensino Médio
19	Nutricionista	FERNANDA MARTINI DE ANDRADE	Especialização em Gestão Escolar
20	Téc. em Agropecuária	IVAN JACSON PREUSS	Especialização em Desenvolvimento Rural Sustentável e Agricultura familiar
21	Auxiliar de Biblioteca	JULIANA HANKE RÖPKE	Ensino Médio
22	Assistente em Administração	LEONI SACK DE LIMA RAPACHI	Graduação em Administração
23	Técnica em Laboratório-Biologia	LETIANE NASCIMENTO DA PONTE	Especialização em Vigilância Sanitária
24	Tradutor e Intérprete de Libras	LICIARA DAIANE ZWAN	Mestrado em Ensino científico e Tecnológico
25	Téc. Em Assuntos Educacionais	LILIANE KREBS BESSEL MÜLLER	Especialização Psicopedagogia Institucional
26	Odontólogo	LOURENÇO REDIN JAHNKE	Especialização em Endodontia
27	Téc. em Tecnologia da Informação	LUCAS CAMPELLO DA PIEVA	Graduação em Tecnologia da Informação
28	Téc. Em Assuntos Educacionais	MEDIANEIRA DA GRAÇA GELATI WEYH	Mestrado em Educação
29	Assistente em Administração	RITA VANDERLEIA MARTEL	Especialização em Processo Civil
30	Assistente em Administração	ROBERTO LEAL SCHNEIDER	Ensino Médio
31	Tradutor e Intérprete de Libras	ROCHIANE DOS ANJOS	Ensino Médio
32	Engenheiro Agrônomo	RODRIGO PIVOTO MULAZZANI	Mestre em Ciência do Solo
33	Analista de TI	RODRIGO THOMAS	Especialização em Gestão e Governança da Tecnologia da Informação
34	Téc. Em Arquivo	SANDRA MERLO	Especialização em Gestão de Documentos
35	Assistente de Alunos	TÂNIA REGINA JAPUR IHJAZ	Graduação em Direito
36	Tradutor e Intérprete de Libras	TATIANE DA SILVA CAMPOS	Especialização no Ensino de Libras
37	Auditor	TIAGO BENETTI	Especialização Ciências Contábeis

5.6. Políticas de capacitação do corpo Docente e Técnico Administrativo em Educação

O Programa de Desenvolvimento dos Servidores Docentes e Técnico-Administrativos do IF Farroupilha deverá efetivar linhas de ação que estimulem a qualificação e a capacitação dos servidores para o exercício do papel de agentes na formulação e execução dos objetivos e metas do IF Farroupilha.

Entre as linhas de ação deste programa estruturaram-se de modo permanente:

- a) Formação Continuada de Docentes em Serviço;
- b) Capacitação para Técnicos Administrativos em Educação;
- c) Formação Continuada para o Setor Pedagógico;
- d) Capacitação Gerencial.

A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, através da Coordenação de Gestão de Pessoas é responsável por articular e desenvolver políticas de capacitação de servidores.

Estarão disponíveis na biblioteca do *Campus* para consulta e empréstimo os livros da bibliografia básica e complementar. A bibliografia básica de cada disciplina deverá prever três (3) títulos referenciais, assim como a bibliografia complementar. As demais obras referenciais de apoio previstas no Plano de Ensino de cada disciplina e outros componentes curriculares também estarão disponíveis no acervo bibliográfico do *Campus*.

6. INSTALAÇÕES FÍSICAS

O *Campus* oferece aos estudantes do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio uma estrutura que proporciona o desenvolvimento cultural, social e de apoio à aprendizagem, necessárias ao desenvolvimento curricular para a formação geral e profissional, conforme descrito nos itens a seguir.

6.1. Biblioteca

O IF Farroupilha *Campus* Santo Ângelo opera com o sistema especializado de gerenciamento da biblioteca, Pergamum, possibilitando fácil acesso ao acervo que está organizado por áreas de conhecimento, facilitando, assim, a procura por títulos específicos, com exemplares de livros e periódicos, contemplando as áreas de abrangência do curso.

A biblioteca oferece serviço de empréstimo, renovação e reserva de material, consultas informatizadas a bases de dados e ao acervo virtual e físico, orientação bibliográfica e visitas orientadas. As normas de funcionamento da biblioteca estão dispostas em regulamento próprio.

Tabela 3 – Descrição do espaço físico da Biblioteca do IF Farroupilha *Campus* Santo Ângelo

Descrição	
Espaço físico da Biblioteca	Qtde.
Biblioteca – com salas de estudos	380m ²

6.2. Áreas de ensino específicas

Espaço físico geral	
Quantidade	Descrição
10	Salas de aulas de 70 m ² com 35 conjuntos escolares, quadro branco, ar condicionado, disponibilidade para utilização de computador e projetor multimídia.
1	Sala de Direção Geral
1	Sala de Direção de Ensino
1	Sala do Setor de Apoio Pedagógico (SAP)
1	Sala de Direção de Pesquisa, Extensão e Produção e Estágios
1	Sala de Coordenação de Pesquisa, Extensão, Produção e NIT
1	Sala de Direção de Administração
1	Sala de Direção de Desenvolvimento Institucional
1	Sala de Coordenação de Gestão de Pessoas e Protocolo
3	Setor Administrativo
1	Sala de TI – Tecnologia de Informação
9	Sala de Professores
1	Coordenação de Registros Acadêmicos
1	Assistência Estudantil
2	Sala de reuniões
1	Sala da Coordenação de Ações Inclusivas
1	Sala da CPA – Comissão Própria de Avaliação
1	Sala de Atendimento Individualizado (Assistência Estudantil)
8	Banheiros, todos adaptados para pessoas com deficiência
4	Copa
1	Almoxarifado
1	Estúdio de TV
1	Cantina
1	Galpão em estrutura metálica para a guarda de maquinários agrícolas
1	Casa para a guarda de insumos (casa já existente na área doada)

Laboratórios	
Quant.	Descrição
3	Laboratório de Informática: sala de 70 m ² com 35 computadores, ar condicionado, disponibilidade para utilização de computador e projetor multimídia.
1	Laboratório de Informática: sala de 34m ² para 17 alunos
2	Laboratório de Estética: sala de 70 m ² para 35 alunos

1	Laboratório de Cuidados Humanos: sala de 70 m ² para 35 alunos
1	Laboratório de Anatomia Humana e Biologia: sala de 70 m ² com bancadas para 35 alunos.
1	Laboratório de Química/Física: sala de 70 m ² com bancadas para 35 alunos
1	Laboratório de Hardware: sala de 70 m ² para 35 alunos
3	Laboratório de Ensino, Pesquisa, Extensão e Produção – LEPEP I: Olericultura - Jardinagem e Paisagismo. (Aproximadamente 10 ha)
3	Laboratório de Ensino, Pesquisa, Extensão e Produção - LEPEP II: Fruticultura - Silvicultura - Mecanização Agrícola (Aproximadamente 15 ha);
3	Laboratório de Ensino, Pesquisa, Extensão e Produção - LEPEP III: Culturas Anuais – Forragicultura (Aproximadamente 20 ha);

6.3. Áreas de esporte e convivência

As áreas de esporte e convivência estão em fase de projeto a serem implantados na área do *Campus*. Estão previstas as construções de um campo de futebol com pista de atletismo, totalizando uma área de 10.000 ha, e também de um ginásio de esportes. Atualmente possui 01 (uma) quadra de esportes coberta.

6.4. Áreas de atendimento ao discente

Área de atendimento ao discente	
	Qtde.
Setor da Saúde	01
Assistência Estudantil	01
Espaço de Convivência	01
Sala da Coordenação	01
Sala de Atendimento individualizado	01
Sala do CAE	01
Sala do CAI/NAPNE	01

6.5. Áreas de apoio

Espaços de produção	
	Tamanho
Área para condução de culturas anuais (soja, trigo, milho, etc.)	Aprox. 12 ha
Área para experimento	Aprox. 4 ha
Pomar	Aprox.1 ha
Horta	Aprox. 0,3 ha

O *Campus* Santo Ângelo possui uma área total de 50 hectares. Os espaços de produção, além dos já existentes, serão dimensionados para atender as necessidades específicas dos cursos do eixo de recursos naturais e Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio.

7. Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 3, de 18 de dezembro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP032002.pdf>

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm

BRASIL. Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm

BRASIL. Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012. Regulamenta a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7824.htm

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6o da Medida Provisória no

2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm

BRASIL. Ministério da Educação. Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância. Brasília: MEC, 2012. 33p.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=44501-cncst-2016-3edc-pdf&category_slug=junho-2016-pdf&Itemid=30192

BRASIL. Ministério do Trabalho. Portaria nº 397 do Ministério do Trabalho, de 9 de outubro de 2002. Aprova a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO / 2002, para uso em todo território nacional e autoriza a sua publicação. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/home.jsf>

BRASIL. Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007. Republicada em fevereiro de 2012. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Disponível em: <http://meclegis.mec.gov.br/documento/view/id/17>

BRASIL. Portaria Normativa MEC nº 18, de 11 de outubro de 2012. Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto no 7.824, de 11 de outubro de 2012. Disponível em: <http://200.17.98.44/naps/wp-content/uploads/2013/06/5753091305116-Portaria-Normativa-N%C2%BA-18-de-11-de-outubro-de-2012.pdf>

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA. Resolução Conselho Superior nº 48, de 8 de outubro de 2010. Aprova o Regulamento dos Estágios Curriculares Supervisionados para os Cursos do Instituto Federal Farroupilha. Disponível em: http://www.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/20138249503631regulamento_estagios_iffarroupilha_versao_final_10_11_2010_atualizado_2013.pdf

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA. Resolução Conselho Superior nº12, de 30 de março de 2012. Aprova a Política Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Disponível em: http://www.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/201252285014605politica_de_assistencis_estudantil_do_if_farroupilha.pdf

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA. Resolução Conselho Superior nº 046, de 20 de junho de 2013. Aprovar a Convalidação dos cursos criados pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul, pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves e pela Escola Agrotécnica Federal do Alegrete, que continuaram sendo ofertados pelo Instituto Federal Farroupilha, em face da Lei 11892/2008. Disponível em: http://www.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/2013525151818672resolucao_n%C2%BA_046_2013.pdf

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA. Resolução Conselho Superior nº 073, de 12 de setembro de 2013. Aprovar o Regulamento da Comissão Própria de Avaliação – CPA do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha/RS. Disponível em: http://www.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/201381315221192resolucao_n%C2%BA_073_2013.pdf

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA. Resolução Conselho Superior nº 12, de 28 de maio de 2014. Dispõe sobre as normas e procedimentos para a Mobilidade Acadêmica, nacional e internacional, no âmbito do Instituto Federal Farroupilha. Disponível em: http://www.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/201452411145134resolucao_n%C2%BA_012_2014_-_mobilidade_academica_do_instituto_federal_farroupilha.pdf

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA. Resolução nº 13, de 28 de maio de 2014. Define Diretrizes Institucionais Gerais e Diretrizes Curriculares Institucionais da Organização Didático-Pedagógica para os Cursos Superiores de Graduação do Instituto Federal Farroupilha e dá outras providências. Disponível em: http://www.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/201452411834306resolucao_n%C2%BA_013_2014_-_define_diretrizes_institucionais_gerais_e_diretrizes_curriculares_institucionais.pdf

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA. Instrução Normativa nº 01/2014/PROEN. Estabelece os procedimentos para a elaboração, ajuste curricular e submissão de Projeto Pedagógico de Curso para análise técnica da Pró-Reitoria de Ensino e posterior submissão às demais instâncias do IF Farroupilha e dá outras providências. Disponível em: http://www.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/201481511242791normativa_01_2014.pdf

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA. Instrução Normativa nº 04/2014/PROEN, de 18 de julho de 2014. Normatiza a criação, atribuições e funcionamento do Núcleo Docente Estruturante dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Disponível em: http://www.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/20146221622502882014_julho_instrucao_normativa_proen_n%C2%BA_04_2014_nde_-_nucleo_docente_estruturante.pdf

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA. Instrução Normativa nº 05/2014/PROEN, de 18 de julho de 2014. Normatiza a criação, atribuições e funcionamento do Colegiado dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Disponível em: http://www.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/201471391551802014_julho_instrucao_normativa_proen_05_2014_-_colegiado_de_curso_de_graduacao.pdf

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA. Instrução Normativa nº 03/2010/PRENSINO. Esclarecimentos sobre o Regulamento da Avaliação do Rendimento Escolar. Disponível em: http://www.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/20126610421109instrucao_normativa_n%C2%BA_03.2010_pre_sino_esclarecimentos_sobre_o_regulamento_do_rendimento_escolar.pdf

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA. Plano de desenvolvimento Institucional (PDI) 2014 - 2018. Disponível em: http://www.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/2014816145120955pdi_2014_2018.pdf

FEE – Fundação de Economia e Estatística. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Perfil Socioeconômico. Coredes: Corede Celeiro. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Celeiro>
Acesso em: set. 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. Lei nº 10.283, de 17 de outubro de 1994. Dispõe sobre a criação, estruturação e funcionamento dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento e dá outras providências. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=12666&hTexto=&Hid_IDNorma=12666

SEPLAG - Secretaria do Planejamento e Participação Cidadã do Estado do RS. Agenda de Desenvolvimento: Celeiro. Agosto de 2012. Disponível em: http://www.seplag.rs.gov.br/download/20130730152643agenda_para_o_desenvolvimento_celeiro.pdf Acesso em: set. 2014.

8. Anexos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA

RESOLUÇÃO CONSUP N° 032/2017, DE 14 DE JULHO DE 2017

Homologa a Resolução *Ad Referendum* n° 008/2017, que aprova a criação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio – *Campus* Santo Ângelo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.


A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando as disposições do Artigo 9º do Estatuto do Instituto Federal Farroupilha e os autos do Processo n° 23719.000219/2017-74; o Regulamento do Conselho Superior; com a aprovação com a aprovação da Câmara Especializada de Ensino, por meio do Parecer n° 021/2017/CEE; da Câmara Especializada de Administração, Desenvolvimento Institucional e Normas, com o Parecer n° 015/2017/CADIN; e do CONSUP, nos termos da Ata N° 005/2017, da 2ª Reunião Extraordinária do CONSUP, realizada em 14 de julho de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos e na forma constantes do anexo, a Resolução *Ad Referendum* n° 008/2017, que aprova a criação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio – *Campus* Santo Ângelo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Maria, 14 de julho de 2017.


CARLA COMERLATO JARDIM
PRESIDENTE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA

RESOLUÇÃO Ad Referendum N° 008/2017

Aprova a criação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio do Campus Santo Ângelo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando as disposições contidas no Artigo 9º do Estatuto do IF Farroupilha e os autos do Processo nº 23719.000219/2017-74,

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR a criação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio do Campus Santo Ângelo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Maria, 03 de julho de 2017.

CARLA COMERLATO JARDIM
PRESIDENTE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA

RESOLUÇÃO CONSUP Nº 042/2017, DE 14 DE JULHO DE 2017

Aprova o Projeto Pedagógico e autoriza o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio – *Campus* Santo Ângelo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando as disposições do Artigo 9º do Estatuto do Instituto Federal Farroupilha e os autos do Processo nº 23719.000220/2017-07; o Regulamento do Conselho Superior; com a aprovação da Câmara Especializada de Ensino, por meio do Parecer nº 019/2017/CEE; e do CONSUP, nos termos da Ata Nº 005/2017, da 2ª Reunião Extraordinária do CONSUP, realizada em 14 de julho de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR, nos termos e na forma constantes do anexo, o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio – *Campus* Santo Ângelo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

Art. 2º - AUTORIZAR o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio – *Campus* Santo Ângelo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

Art. 3º - O Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio – *Campus* Santo Ângelo, aprovado por esta Resolução, será oficialmente publicado pela Pró-Reitoria de Ensino no site institucional.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Maria, 14 de julho de 2017.

CARLA COMERLATO JARDIM
PRESIDENTE

**REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO DO CURSO SUPERIOR DE
TECNOLOGIA EM GESTÃO DO AGRONEGÓCIO**

Santo Ângelo - RS, 2017

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E DAS FINALIDADES

Art. 1º - O Estágio Curricular é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam cursando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos, conforme estabelece o art. 1º da Lei nº 11.788/08.

Art. 2º - Este regulamento visa normatizar a organização, realização, supervisão e avaliação do Estágio Curricular Supervisionado previsto para o Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio.

Art. 3º - A realização do estágio curricular supervisionado tem como objetivos:

I - oferecer aos alunos a oportunidade de aperfeiçoar seus conhecimentos e conhecer as relações sociais que se estabelecem no mundo produtivo;

II - ser complementação do ensino e da aprendizagem, relacionando conteúdos e contextos;

III - propiciar a adaptação psicológica e social do educando a sua futura atividade profissional;

IV - facilitar o processo de atualização de conteúdos, permitindo adequar aqueles de caráter profissionalizante às constantes inovações tecnológicas, políticas, econômicas e sociais;

V - incentivar o desenvolvimento das potencialidades individuais, propiciando o surgimento de novas gerações de profissionais empreendedores, capazes de adotar modelos de gestão, métodos e processos inovadores, novas tecnologias e metodologias alternativas;

VI - promover a integração da instituição com a comunidade;

VII - proporcionar ao aluno vivência com as atividades desenvolvidas por instituições públicas ou privadas e interação com diferentes diretrizes organizacionais e filosóficas relacionadas à área de atuação do curso que frequenta;

VIII - incentivar a integração do ensino, pesquisa e extensão através de contato com diversos setores da sociedade;

IX - proporcionar aos alunos às condições necessárias ao estudo e soluções dos problemas demandados pelos agentes sociais;

X - ser instrumento potencializador de atividades de iniciação científica, de pesquisa, de ensino e de extensão.

CAPÍTULO II

DAS INSTITUIÇÕES CAMPO DE ESTÁGIO

Art. 4º – O Estágio Curricular Supervisionado do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio deve ser realizado em:

I – Cooperativas, propriedades rurais e organizações do Agronegócio;

II – Órgãos públicos e privados com atuação no setor agropecuário, nacional ou internacional;

III – Órgãos de prestação de serviços nos diversos setores da economia;

IV – Instituições de ensino, pesquisa e extensão tanto nacional quanto internacional;

V – Instituição de origem, em atividades relacionadas ao agronegócio.

§ 1º - Cabe ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia, por meio da Diretoria/Coordenação de Extensão e Coordenação de Curso, prever e organizar os meios necessários à obtenção e ao

desenvolvimento do Estágio Curricular Supervisionado.

§ 2º – A escolha da Parte Concedente e da área de interesse de realização de estágio será de responsabilidade do educando, desde que as atividades a serem desenvolvidas no estágio tenham relação com o curso.

§ 3º – Para iniciar as atividades de estágio é obrigatória a retirada da documentação específica (anexos I, II, IV, V, VII), pelo estudante, na Diretoria/Coordenação de Extensão.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO, CARGA HORÁRIA E PERÍODO DE REALIZAÇÃO

Art. 5º - O estágio curricular supervisionado no Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio terá duração de 200 horas e deverá ser realizado após a primeira metade do curso.

Parágrafo único - O aluno do curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio poderá realizar o estágio obrigatório a partir do momento em que tenha cursado 1200 horas em componentes curriculares obrigatórios (entre disciplinas e atividades complementares).

Art. 6º - A coordenação do curso apresentará aos alunos, através de seminários, as orientações para a realização do estágio.

CAPÍTULO IV

DAS ATIVIDADES A SEREM DESEMPENHADAS PELO ESTUDANTE-ESTAGIÁRIO

Art. 7º - Ciente dos direitos e deveres que terá, junto à Parte Concedente, o estagiário deverá demonstrar responsabilidade no desenvolvimento normal das atividades e, paralelamente:

I - cumprir as exigências propostas na concessão do Estágio e contidas no Termo de Compromisso de Estágio Curricular Supervisionado;

II - respeitar os regulamentos e normas da Parte Concedente;

III - cumprir o horário estabelecido;

IV - não divulgar informações confidenciais recebidas ou observadas no decorrer das atividades, pertinente ao ambiente organizacional que realiza o estágio;

V - participar ativamente dos trabalhos, executando suas tarefas da melhor maneira possível, dentro do prazo previsto;

VI - ser cordial com chefes, colegas e público em geral;

VII - responder pelos danos pessoais e/ou materiais que venha a causar por negligência, imprudência ou imperícia;

VIII - zelar pelos equipamentos e bens em geral da instituição;

IX - observar as normas de segurança e higiene no trabalho;

X - entregar, sempre que solicitados, os relatórios internos da instituição;

XI - enviar, em tempo hábil, os documentos solicitados.

CAPÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 8º - O Instituto Federal Farroupilha, em sua estrutura organizacional, contará com a Diretoria e/ou Coordenação de Extensão a qual compete:

I - realizar reuniões com os Coordenadores de Curso e representantes pedagógicos para atualização das

orientações gerais sobre estágio;

II - auxiliar os Coordenadores de Curso na orientação dos alunos sobre o funcionamento do estágio;

III - identificar e cadastrar as oportunidades de Estágio junto às pessoas jurídicas de direito privado ou público e pessoas físicas, em casos específicos;

IV - auxiliar os alunos na identificação de oportunidades de Estágio;

V - divulgar oportunidades de Estágio e cadastrar os alunos;

VI - providenciar os formulários necessários para as condições do Estágio, mencionados nesta regulamentação, bem como os demais documentos necessários para a efetivação do estágio;

VII - protocolar o recebimento do Plano de Atividades de Estágio e encaminhar para o Professor Orientador para avaliação;

VIII - registrar a solicitação de Professor Orientador, enviada pelo Coordenador de Curso;

IX - receber os relatórios de Estágios e, com os Coordenadores responsáveis, organizar o calendário das Defesas de Estágios;

X - encaminhar, à Banca Examinadora, os Relatórios de Estágio, com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, considerando a data definida para a respectiva defesa;

XI - encaminhar para o Setor de Registros Escolares os resultados finais, para arquivamento e registro nos históricos e documentos escolares necessários;

XII - em consonância com as Coordenações responsáveis, emitir parecer em todas as situações referentes ao Estágio.

Art. 9º - O Estagiário terá as seguintes atribuições junto à Entidade Educacional:

I - encaminhar à Coordenação de Curso a solicitação de Professor Orientador;

II - efetuar matrícula de estágio, no Setor de Registros Escolares;

III - retirar documentação de Estágio na Diretoria/Coordenação de Extensão;

IV - entregar Carta de Apresentação da Entidade Educacional à Parte Concedente, quando encaminhado para estágio;

V - elaborar o Plano de Atividades de Estágio Curricular Supervisionado (Anexo V), sob orientação do Supervisor de Estágios da Parte Concedente e do Professor Orientador;

VI - fornecer documentação solicitada pela Diretoria/Coordenação de Extensão, digitada e impressa e em modelo fornecido quando for o caso;

VII - solicitar Apólice de Seguro contra acidentes pessoais;

VIII - prestar informações e esclarecimentos, julgados necessários pelo supervisor do Estágio da Parte Concedente;

IX - demonstrar responsabilidade no desenvolvimento normal das atividades de Estágio na Parte Concedente;

X - participar de todas as atividades propostas pelas Coordenações responsáveis, pelo Professor Orientador e pelo Supervisor de Estágio;

XI - elaborar o Relatório de Estágio, conforme normas estipuladas pelo Instituto Federal Farroupilha (Anexo III) e entregá-lo na Diretoria/Coordenação de Extensão, 30 (trinta) dias antes da data de defesa, sob pena de somente defender no período de defesas seguinte;

XII - participar, em caráter obrigatório, das reuniões de orientação sobre Estágio no Instituto Federal Farroupilha;

XIII - enviar à Diretoria/Coordenação de Extensão uma cópia do Termo de Compromisso de Estágio Curricular Supervisionado no prazo máximo de 5 (cinco) dias;

XIV - submeter-se à Banca de Avaliação de Estágio;

XV - comunicar ao Professor Orientador e às Coordenações responsáveis, toda ocorrência que possa estar interferindo no andamento do seu programa.

Art. 10 - Caberá ao Professor Orientador do Instituto Federal Farroupilha:

I - orientar o estagiário durante as etapas de encaminhamentos e de realização das atividades de

Estágio;

II - acompanhar e avaliar as atividades dos estagiários;

III - emitir parecer sobre o Plano de Atividades de Estágio Curricular Supervisionado, o desempenho do estagiário, o Relatório de Estágio e a defesa do mesmo e encaminhar para a Diretoria/Coordenação de Extensão;

IV - participar da Banca de Avaliação de Estágio;

V - comunicar irregularidades ocorridas no desenvolvimento do estágio à Diretoria/Coordenação de Extensão.

Parágrafo Único - O professor orientador deverá ser preferencialmente da área, área afim ou designado para tal pelo Coordenador do Curso para a orientação, com justificativa, quando o requisito não for cumprido.

Art. 11 – São atribuições do supervisor de estágio, da parte concedente:

I – Receber o estagiário no local de estágio;

II – Orientar, conjuntamente com o professor orientador, o estagiário a preencher o plano de atividades de estágio;

III – Supervisionar as atividades de estágio;

IV – Participar da avaliação do estágio, por meio de instrumento próprio.

Art. 12 - São atribuições do Coordenador do Curso em relação ao estágio curricular supervisionado:

I – Designar os professores orientadores;

II – Distribuir os alunos estagiários para cada orientador;

III – Apresentar aos alunos o seminário de preparação para o estágio.

CAPÍTULO VI

DO NÚMERO DE ESTAGIÁRIOS POR ORIENTADOR

Art. 13 - O quantitativo de estagiários por Professor Orientador será definido pela Coordenação de Curso de maneira equitativa, entre os professores do respectivo Curso, consideradas as especificidades do estágio.

CAPÍTULO VII

DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Art. 14 - O Relatório do Estágio Curricular Supervisionado é o documento que sistematiza as atividades desenvolvidas durante cada estágio.

§ 1º - O relatório que trata o caput deste artigo deve ser organizado observando o formulário disposto no anexo III deste regulamento e as orientações do Professor Orientador do estágio.

§ 2º – Ao final de cada estágio do curso o estudante-estagiário deverá entregar seu relatório de estágio ao Professor Orientador, no prazo estabelecido por este, o qual deverá registrar o recebimento na presença do estudante.

CAPÍTULO VIII

DO PROCESSO AVALIATIVO

Art. 15 - A avaliação do Estágio Curricular Supervisionado será realizada em formulário próprio, preenchido pelo Supervisor da Parte Concedente e pelo Professor Orientador.

Art. 16 - O processo de avaliação do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório dos Cursos constará de:

I - instrumento de avaliação da Parte Concedente (Ficha de Avaliação) (Anexo VI). Este critério terá peso 2 (dois) e será composto de 10 (dez) itens que serão avaliados da seguinte forma: Ótimo (2.0), Muito bom (1.5), Bom (1.0), Satisfatório (0.5) e Insatisfatório (0), sendo que a nota final será concebida pela média dos 10 (dez) itens;

II - a avaliação seguirá parâmetros definidos na Ficha de Avaliação de Defesa de Estágio Obrigatório (Anexo VIII);

III - três cópias, encadernadas, do Relatório de Estágio, as quais deverão ser entregues pelo aluno, em data previamente agendada, exceto em casos de prorrogação das atividades de Estágio. O relatório deverá ser elaborado conforme as normas do Instituto Federal Farroupilha, com o aceite do Professor Orientador;

IV - o Relatório de Estágio será avaliado de 0 (zero) a 3 (três);

V - a explanação oral terá nota de 0 (zero) a 5 (cinco);

VI - após a Defesa do Estágio, o aluno terá prazo de até 15 (dias) para entregar, na Diretoria/Coordenação de Extensão, 1 (uma) cópia impressa encadernada e em formato digital (CD identificado) do Relatório de Estágio, com as assinaturas (aluno e Professor Orientador) e devidas correções, se sugeridas.

Art. 17 - Terá direito à Defesa de Estágio o estudante que:

I - cumprir a carga horária mínima de Estágio estabelecida no Projeto Pedagógico do Curso;

II - entregar Relatório de Estágio assinado pelo Professor Orientador nos prazos previstos;

Art. 18 - A Banca de Avaliação é soberana no processo de avaliação e terá as seguintes atribuições:

I - assistir a defesa do Relatório de Estágio;

II - avaliar a defesa do estágio por parte do estudante;

III - avaliar o conteúdo do relatório;

IV - emitir parecer de aprovação ou reprovação do Relatório, após a Defesa de Estágio;

V - encaminhar os documentos de avaliação (Anexos VIII e IX) para a Diretoria/Coordenação de Extensão.

Parágrafo Único - A Banca de Avaliação deverá ser composta por três avaliadores, sendo obrigatoriamente o Professor Orientador, um professor da área e um terceiro avaliador que poderá ser um docente ou um técnico-administrativo em educação ou ainda, um convidado externo (exceto o supervisor de estágio da parte concedente), com formação na área de atuação, equivalente ou superior, ao avaliado.

Art. 19 - O período de duração da Defesa de Estágio será de até 1 hora, sendo os primeiros 20 (vinte) minutos destinados à apresentação. Será atribuição da Banca de Avaliação adequar o restante do tempo para arguição, encaminhamentos e deliberações finais.

Parágrafo Único - As orientações para os membros da Banca de Avaliação serão repassadas pelas Coordenações de Curso e de Extensão.

Art. 20 - A aprovação do aluno, no Estágio, estará condicionada:

I - ao cumprimento da carga horária mínima estabelecida no Projeto Pedagógico do Curso;

II - ao comparecimento para a Defesa do Estágio na data definida, salvo com justificativa amparada por lei;

III - à obtenção de Nota mínima 7,0 (sete);

IV - à entrega da versão final do Relatório de Estágio no prazo estipulado pela Instituição, exceto em situações previstas em lei;

Parágrafo único - Será considerado automaticamente reprovado o trabalho em que for detectado plágio, no todo ou em partes. Será considerado plágio a utilização total ou parcial de textos de terceiros sem a devida referência.

Art. 21 - Em caso de reprovação, expressa por escrito pela Banca de Avaliação, o aluno deverá realizar novamente o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, obedecendo aos prazos legais de conclusão de curso.

Parágrafo único - A Banca de Avaliação terá a possibilidade de vincular a aprovação a uma nova apresentação e/ou reformulação da redação do relatório, com prazos determinados pela própria banca, devendo tais recomendações serem entregues por escrito e assinadas, respeitado o prazo limite da instituição com relação a data que antecede à formatura.

Art. 22 - A Parte Concedente realizará avaliação mediante preenchimento do formulário próprio (Anexo VI), enviado pela Diretoria/Coordenação de Extensão do *Campus*.

Art. 23 - Os prazos para entrega dos documentos comprobatórios de Estágio Curricular Supervisionado, estabelecidos pela Diretoria/Coordenação de Extensão, devem ser rigorosamente observados sob pena do estudante não obter certificação final de conclusão do curso, em caso de inobservância dos mesmos.

Art. 24 - O acadêmico fica impedido de obter certificação final de conclusão do curso, enquanto não tiver seu Relatório de Estágio aprovado.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25 - O aluno poderá realizar outros Estágios, de caráter não obrigatório, desde que previstos no Projeto Pedagógico do Curso. Nesses casos, a carga horária não será suplementar à estabelecida para o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório.

Parágrafo único - O Estágio Não Obrigatório somente poderá ser realizado enquanto o aluno mantiver matrícula e frequência na Entidade Educacional, sendo obrigatória a prévia tramitação pelo Setor de Estágios.

Art. 26 - Quaisquer dúvidas que eventualmente venham a ocorrer referente ao Estágio Curricular Supervisionado e que não constem deste Regulamento deverão ser encaminhadas à Diretoria/Coordenação de Extensão e Coordenadores de Curso, ou caso necessário, à Pró-Reitoria de Extensão que fornecerá as devidas orientações.

ANEXO I

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE ESTAGIÁRIO (para anexar nos arquivos do estagiário)

Nome: _____

Curso: Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio

Semestre: _____ Ano: _____

Prezado (a) Diretor(a)

Eu _____, estudante do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio, do Instituto Federal Farroupilha, matrícula nº _____, venho por meio deste solicitar a Vossa autorização para a realização do Estágio

_____ nesta instituição.

_____/_____/_____/_____

Assinatura do Estudante Assinatura do Professor (a) Orientador(a) de Estágio

Espaço para considerações da Direção da Instituição pretendida para estágio:

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura e Carimbo do Diretor da Instituição

ANEXO III

CRITÉRIOS PARA A ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO – CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DO AGRONEGÓCIO

Para realização do relatório de estágio, o estudante deve seguir as orientações gerais para elaboração de relatório de atividade de estágio curricular obrigatório do IF Farroupilha (PROEX Nº 02/2010), tanto para a estrutura quanto para a apresentação geral gráfica do relatório de estágio. Entretanto, no relatório, deve-se acrescentar o item Revisão de Literatura, anterior ao item 1.2.2 (Desenvolvimento) das orientações da PROEX Nº 02/2010.

No caso do relatório de estágio ser um artigo científico, o item Desenvolvimento, deve ser desmembrado em: Revisão de Literatura, Material e Métodos e Resultados e Discussão.

A estrutura do relatório de estágio deverá ser da seguinte maneira:

1. Elementos Pré-Textuais

Capa

Folha de Rosto

Folha de Assinaturas

Dados de Identificação

Dedicatória (optativo)

Agradecimentos (optativo)

Epígrafe (optativo)

Lista de Figuras (optativo)

Lista de Tabelas (optativo)

Lista de Abreviaturas (optativo)

Sumário

2. Elementos Textuais (todos obrigatórios)

Introdução

Revisão de Literatura

Desenvolvimento

Considerações Finais

3. Elementos Pós-Textuais

Referências

Anexos (optativo)

Apêndices (optativo)

Os elementos textuais devem conter, obrigatoriamente, as seguintes informações:

1. INTRODUÇÃO

Visa situar o leitor no assunto num contexto global. Apresenta o tema e justifica sua escolha; delimita, através dos objetivos, gerais e específicos, o que foi observado ou investigado.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Deve estar de acordo com o tema selecionado pelo estagiário. Base teórica do assunto, apresentando os pontos de vista dos autores (referenciados no texto) acerca do tema, destacando-se posições semelhantes e divergentes, ou seja, elaborada a partir de uma análise interpretativa própria das ideias dos diversos autores.

3. DESENVOLVIMENTO

Em se tratando de um relatório de estágio realizado no acompanhamento de atividades (indústrias de

Agronegócio, serviços de alimentação, órgãos de fiscalização, unidades de pesquisa, entre outras), o desenvolvimento deve conter os seguintes aspectos: descrição das atividades (fazendo o uso de imagens e dados técnicos) e discussão destes dados com embasamento técnico-científico, visando o aprimoramento das atividades acompanhadas.

Em se tratando de uma pesquisa o mesmo deve ser estruturado da seguinte maneira:

Materiais e Métodos:

Descrição do objeto da pesquisa; elenco dos materiais e equipamentos; detalhamento das atividades e tarefas executadas (incluindo, técnicas de amostragem e de coleta de dados) e procedimentos para análise dos dados.

Resultados e discussões:

Apresentação de todos os resultados e dados obtidos, devendo o aluno fazer uma análise crítica dos mesmos, discutindo-os, comparando-os com os resultados esperados e com a base teórica.

4. CONCLUSÃO ou CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resultante de uma análise crítica do trabalho executado, contrastando os objetivos e os resultados encontrados.

ANEXO IV

FICHA DE CONFIRMAÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

Estagiário: _____
Parte Concedente: _____
Representante Legal: _____
CNPJ/CPF: _____
Área de atuação: _____
Área ou Setor do estágio: _____
Endereço onde realizará o estágio: _____ nº _____
Município/Estado: _____ CEP: _____
Telefone: (____) _____ E-mail: _____
Supervisor do Estagiário na Parte Concedente: _____

E-mail do Supervisor do Estágio: _____

Início do estágio: ____/____/____ Previsão de término: ____/____/____

A empresa oferece: SIM NÃO

- Alimentação () ()

- Moradia () ()

- Remuneração () () R\$ _____, ____

- Transporte () () R\$ _____, ____

Previsão da devolução do Termo de Compromisso: ____/____/____

Carimbo e assinatura da Parte Concedente

ANEXO V

PLANO DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO.

1. IDENTIFICAÇÃO DO ESTAGIÁRIO

Nome: _____

CPF: _____ RG: _____

Endereço: _____

E-mail: _____ Telefone: (__) _____ Cel: (__) _____

Curso do Estagiário: _____

Professor Orientador: _____

E-mail: _____ Telefone: (__) _____

2. IDENTIFICAÇÃO DA PARTE CONCEDENTE

Nome: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

Supervisor: _____

E-mail: _____ Telefone: (__) _____

3. PREVISÃO DE ATIVIDADES A SEREM REALIZADAS

4. PERÍODO DE ESTÁGIO

Início: __/__/____ Previsão de Término: __/__/____

Aluno – Estagiário

Supervisor – Parte Concedente

Professor Orientador – Entidade Educacional

Coordenador de Extensão

ANEXO VI

TERMO DE REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO (Avaliação do Estagiário pela Parte Concedente)

1ª Parte – Identificação

Nome do Estagiário:		
Curso:		
Nome da Parte Concedente:		
Endereço:		
Cidade:		Estado:
CEP:	Fone/Fax:	Endereço Eletrônico:
Área de Atuação:		
Definição da área do estágio:		
Início do Estágio:	Término do Estágio:	Total de Horas do Estágio:

2ª Parte – Resumo das atividades desenvolvidas pelo aluno

--

3ª Parte – Avaliação do Estagiário

1 – RENDIMENTO
Qualidade, rapidez, precisão com que executa as tarefas integrantes do programa de estágio. () ótimo () muito bom () bom () satisfatório () insatisfatório
2 – FACILIDADE DE COMPREENSÃO
Rapidez e facilidade em entender, interpretar e colocar em prática instruções e informações verbais ou escritas. () ótimo () muito bom () bom () satisfatório () insatisfatório
3 – CONHECIMENTOS TÉCNICOS
Conhecimento demonstrado no cumprimento do programa de estágio, tendo em vista sua escolaridade. () ótimo () muito bom () bom () satisfatório () insatisfatório
4 – ORGANIZAÇÃO, MÉTODO DE TRABALHO E DESEMPENHO
Uso de recursos, visando melhoria na forma de executar o trabalho. () ótimo () muito bom () bom () satisfatório () insatisfatório
5 – INICIATIVA-INDEPENDÊNCIA
Capacidade de procurar novas soluções, sem prévia orientação, dentro dos padrões adequados. () ótimo () muito bom () bom () satisfatório () insatisfatório
6 – ASSIDUIDADE
Assiduidade e pontualidade aos expedientes diários de trabalho. () ótimo () muito bom () bom () satisfatório () insatisfatório

7 – DISCIPLINA
Facilidade em aceitar e seguir instruções de superiores e acatar regulamentos e normas. () ótimo () muito bom () bom () satisfatório () insatisfatório
8 – SOCIABILIDADE
Facilidade e espontaneidade com que age frente a pessoas, fatos e situações. () ótimo () muito bom () bom () satisfatório () insatisfatório
9 – COOPERAÇÃO
Atuação junto a outras pessoas, no sentido de contribuir para o alcance de um objetivo comum; influência positiva no grupo. () ótimo () muito bom () bom () satisfatório () insatisfatório
10 – RESPONSABILIDADE
Capacidade de cuidar e responder pelas atribuições, materiais, equipamentos e bens da empresa, que lhe são confiados durante o estágio. () ótimo () muito bom () bom () satisfatório () insatisfatório

4ª Parte – Parecer Descritivo

1 – SUGESTÕES À INSTITUIÇÃO DE ENSINO EM RELAÇÃO À FORMAÇÃO DO ALUNO
2 – ASPECTOS PESSOAIS QUE POSSAM TER PREJUDICADO O RENDIMENTO DO ALUNO NO ESTÁGIO
3 – A EMPRESA CONTRATARIA UM TÉCNICO COM ESSE PERFIL PARA OCUPAR UMA VAGA NO SEU QUADRO DE PESSOAL.
() Sim () Não

Observação

--

Supervisão do Estágio

Nome: _____
 Formação: _____
 Função: _____
 Local: _____
 Data: ____/____/____
 Assinatura Supervisor: _____

OBS.: A avaliação do Supervisor de Estágio é um dos critérios para Aprovação do Estágio.

ANEXO VII

CONFIRMAÇÃO DE DADOS PARA CONVÊNIO DE ESTÁGIO CURRICULAR

RAZÃO SOCIAL: _____

ÁREA DE ATUAÇÃO DA EMPRESA: _____

REPRESENTANTE LEGAL: _____

CARGO/FUNÇÃO: _____

CNPJ/CPF: _____

ENDEREÇO: (SEDE E LOCAL DE ESTÁGIO SE FOREM DISTINTOS)

_____ Nº. _____

MUNICÍPIO/ESTADO: _____ - _____ CEP: _____

TELEFONE: (____) _____ E-MAIL: _____

ÁREA OU SETOR PARA ESTÁGIO: _____

SUPERVISOR DO ESTAGIÁRIO: _____

CARGO/FORMAÇÃO: _____

E-MAIL DO SUPERVISOR DO ESTÁGIO: _____

ANEXO VIII

FICHA DE AVALIAÇÃO FINAL DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

Curso: SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PRODUÇÃO DE GRÃOS

Campus: _____

Aluno(a): _____

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

AVALIAÇÃO DO ESTÁGIÁRIO REALIZADO PELA PARTE CONCEDENTE - PESO = 2.0

Resultado Parcial

ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO - PESO = 3.0

3.0	0.5		Estrutura (a banca deverá observar se o documento constitui um relatório).
	2.0		Conteúdo (suporte teórico, relato e argumentação, análise crítica).
	0.5		Aspectos gramaticais (ortografia/acentuação, concordância verbal e nominal, regências verbal e nominal, coesão e coerência, pontuação).

Resultado Parcial

DEFESA DE ESTÁGIO - PESO = 5.0

SEGURANÇA E DOMÍNIO

3.0	1.0		Conhecimento específico da área
	0.5		Referencial Teórico (fontes de cultura, referências bibliográficas).
	1.5		Análise Crítica - Capacidade de posicionamento do Técnico diante de situações contraditórias. Saber fazer sugestões, indicações de melhorias e saber posicionar-

COERÊNCIA ENTRE RELATÓRIO E TRABALHO PRÁTICO DESENVOLVIDO

1.0		Descrever com clareza e precisão tudo aquilo que realmente foi trabalhado, fazendo referência a fundamentação teórica que serviu de base.
------------	--	---

ORGANIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO ESTÁGIO

1.0	0.3		Tempo de apresentação.
	0.1		Recursos audiovisuais utilizados.
	0.3		Apresentação condizente com o conteúdo descrito no relatório.
	0.3		Postura (apresentação pessoal, linguagem, comportamento durante defesa).

Resultado Parcial

Data: ___ / ___ / ___

Resultado Final

Assinatura do Orientador: _____

Assinatura da Banca 1: _____

Assinatura da Banca 2: _____

Recomendações: _____

ANEXO IX

ATA DE DEFESA DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

20__

Aos _____
realizou-se na sala _____, às _____h, a apresentação do Relatório Final do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do(a) aluno(a) _____ do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio, turma _____. A banca foi composta por _____.

Sendo assim, considera-se o(a) aluno(a) _____.

Obs: A aprovação do(a) aluno(a) está **condicionada** a entrega da versão final do relatório de estágio no prazo definido pela banca.

Nada mais havendo a tratar, eu _____
lavro a presente ata que vai assinada por mim e pelos demais presentes.